

Fernando José Taques

**MOVIMENTO LGBT DE PORTUGAL E ESPANHA:
Um estudo comparativo**

Tese submetida Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em Sociologia Política.
Orientadora: Prof^a Dr^a. Lígia Helena
Hahn Lüchmann

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Taques, Fernando José

MOVIMENTO LGBT DE PORTUGAL E ESPANHA: [tese] : Um estudo comparativo / Fernando José Taques; orientadora, Lígia Helena Hahn Lüchmann - Florianópolis, SC, 2012.
159 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Movimento LGBT. 3. Identidade. 4. ONG. 5. Sexualidade. I. Lüchmann, Lígia Helena Hahn . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Folha de aprovação

À minha mãe e à
minha orientadora.

AGRADECIMENTOS

Infinitas graças vos damos soberana rainha, pelos benefícios que recebemos todos os dias de vossas mãos liberais. Dignai-vos agora e para sempre, tomar-nos debaixo de vosso poderoso amparo, e para melhor expressarmos nosso agradecimento, vos saudamos com esta tese.

*Os pássaros são sábios.
Não discutem: Cantam.
Cantar é o jeito mais puro de entender
A vida.
A coruja doutorou-se em filosofia.
Por isto,
A coruja não canta.*

(Daniel Lima)

*Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da
técnica.
Fora disso sou doido.
Com todo o direito a sê-lo.
Com todo o direito a sê-lo,
Ouviram?*

(Fernando Pessoa- Álvaro de Campos)

RESUMO

O objetivo desta tese de doutoramento é analisar o Movimento LGBT (Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) em Espanha e Portugal, através da atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltas para as questões LGBTs, ou seja, questões relacionadas ao combate contra as diferentes formas de preconceito e discriminação e à conquista de direitos. Para isso, observou-se o *modus operandi* das cinco ONGs pesquisadas, três em Portugal e duas na Espanha, em busca de similitudes e diferenças na atuação. Considerou-se para este estudo a produção acadêmica sobre movimentos sociais e a categoria clássica de dádiva, sendo que esta é apontada como apoio à compreensão das práticas movimentalistas e que corroboram a expressão dos Movimentos LGBTs de Portugal e Espanha. Para a compreensão do Movimento LGBT Brasileiro é utilizada a categoria cordialidade como elemento possível a ser destacado sobre o modo de expressão social deste movimento.

Palavras-chave: Movimento LGBT, Identidade, ONG, Sexualidade, Dádiva, União Europeia.

ABSTRACT

The objective of this thesis for a PhD degree is to analyze the LGBT Movement (Movement for Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender) in Spain and Portugal, through the activities of Nongovernmental Organizations (NGOs) turns to the "LGBT issues", in other words, issues related to investments and struggles against different forms of prejudice and discrimination and for the earning of rights. For this, we observed the *modus operandi* of the five NGOs surveyed, three in Portugal and two in Spain, looking for similarities and differences in their performance. It was considered for this the scientific research on social movements the classic category of gift, and this is possible to understand of political practices to support the expression of LGBT movements in Spain and Portugal. To understand the Brazilian LGBT movement is used the cordiality category as possible element to be highlighted on the mode of expression of this social movement.

Key words: LGBT Movements, Identity, NGOs, Sexuality, Gift, European Union.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 SENDAS IDENTITÁRIAS	25
3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS (EVENTUAIS) DERIVAÇÕES	37
4 O SEMEADOR E O LADRILHADOR ..	61
5 MOVIMENTOS LGBTs EM ESPANHA E PORTUGAL ..	85
5.1 OS ATIVISTAS ..	85
5.1.1 ILGA Portugal ..	86
5.1.2 Clube Safoi ..	89
5.1.3 Panteras Rosa ..	92
5.1.4 Red por la Despatologización de las Identidades Trans Del EstadoEspañol ..	94
5.1.5 Colectivo de Lesbianas; Gays; Transexuales y Bisexuales de Madrid ó COGAM ..	97
6 A FALA DOS ATIVISTAS ..	101
7 A DÁDIVA IBÉRICA E O MOVIMENTO CORDIAL ..	139
7.1 E O BRASIL? ..	143
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..	149

1 INTRODUÇÃO

Movimento Homossexual, Movimento GLBT¹, Movimento LGBT² isto apenas para iniciarmos a apresentação de uma variada gama de possibilidades para nos referirmos ao nosso campo de estudos.

Há mais de uma década estudamos o hodiernamente chamado Movimento LGBT. Para alguns, pode tratar-se de um período curto, para outros, como este que escreve, trata-se de um terço de vida empenhado em analisar, comentar e, especialmente, apresentar à Sociologia e aos sociólogos este movimento que cremos eferescente e inovador.

O interesse em estudar o Movimento LGBT surge no início do curso em Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda, àquela altura, concomitante às Ciências Sociais eu cursava Direito. Já imaginava realizar um estudo interdisciplinar que envolvesse as duas áreas e que versasse sobre sexualidades, direitos e, conseqüentemente, cidadania.

Cursando uma disciplina cujo tema principal era a sociedade civil, encontrei a intersecção que passaria a ser o centro de minhas análises sociológicas: a relação entre sexualidades, sociedade civil e a busca por reconhecimento, respeito às diferenças e conquista de direitos.

Contudo, vivíamos uma época onde os estudos sobre sexualidades pouco interessavam à Sociologia. O estudo sobre movimentos sociais na área, no Brasil, já contava com mais de setenta anos. Porém, o conhecimento sobre o Movimento LGBT era algo que raramente ultrapassava as notas de rodapé da Sociologia dos Movimentos Sociais, especificamente, e da Sociologia em geral.

Se a Sociologia e igualmente a Ciência Política pouco ou nada se interessavam pelo tema, a outra filha das Ciências Sociais, a Antropologia, amplamente produzia e dizia sobre homossexualidades. Aliás, por décadas esse tema fora relegado à Antropologia como um objeto menor, de pouco interesse, perfumaria, exotismo, ou para irmos além: nada mais era do que um risível mal burguês que jamais poderia influenciar os verdadeiros Movimentos Sociais das massas.

Num primeiro momento busquei estudar o Movimento LGBT de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina. Optei por um estudo

1 Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros

2 Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

de caso cujo objetivo principal era perceber se ONGs (Organizações Não-Governamentais) poderiam também ser consideradas como Movimentos Sociais (TAQUES, 2005).

O segundo passo foi pesquisar o Movimento LGBT do Estado Catarinense e as relações de poder em seu interior para a feitura da dissertação de mestrado, investigando sobre as possibilidades de organização flexíveis, abertas e pouco hierarquizadas (TAQUES, 2007).

No terceiro estudo, decidi comparar os Movimentos LGBTs do Cone Sul, entendendo Cone Sul como área que abrange Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Buscava, com aquele trabalho, entender as dinâmicas que envolviam e que ao mesmo tempo diferenciavam os movimentos no interior de cada país. Cheguei a realizar uma série de entrevistas com os atores diretamente envolvidos, mas acontecimentos novos na vida levaram-me a redirecionar este caminho.

No ano de 2009 iniciei o processo para realizar meu estágio doutoral na Universidade de Coimbra (UC), especificamente no Centro de Estudos Sociais (CES), criado e coordenado por Boaventura de Sousa Santos. Lá chegando, meu objetivo seria o de conhecer os Movimentos LGBTs de Portugal e Espanha. Saber acerca de seu *modus operandi*, para mais tarde poder fazer uma comparação entre aqueles movimentos e os congêneres do Cone Sul.

Estudar o Movimento LGBT Ibérico implicou numa escolha com tal grau de dificuldade que eu jamais tivera na minha vida. A dificuldade deveu-se ao fato de, logo após eu chegar em Coimbra, mais precisamente no meu terceiro dia na UC, eu ter recebido a informação que havia sido chamado a ser professor efetivo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Ser um professor universitário significava um sonho de realização pessoal, acrescido ao fato de eu ter me preparado a vida inteira para tal posto. No entanto, ali estavam dois sonhos postos diante de mim e que careciam de uma decisão urgente: continuaria (na verdade *iniciaria*) minha pesquisa na Europa ou abriria mão da mesma e voltaria ao Brasil e assumiria a vaga a mim destinada?

Após uma semana atabalhoada, amparado no apoio recebido pelas pessoas caras a mim, decidi-me por permanecer e levar adiante minhas pesquisas. Noutra hora, noutro momento eu haveria de ser professor. Aquele haveria de ser o momento eleito para a pesquisa.

Tomada a decisão, encontrei apoio na orientadora portuguesa do meu estágio, a Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Santos que sempre fora muito solícita e competente, indicando-me os grupos e organizações lusitanas

que eu deveria conhecer. E assim o fiz.

A Prof^ª Dr^ª Ana Santos sugeriu que eu conhecesse três grupos portugueses com os quais ela já havia trabalhado no passado: A ILGA-Portugal, o Clube Safo e o Panteras Rosa. Mais a frente apresentaremos detalhadamente o nosso campo, mas cremos que podemos aqui esboçá-los num primeiro momento.

Cabe salientar que a Prof^ª Dr^ª Ana Santos pesquisou estes grupos (SANTOS, A., 2004, 2005, 2006), dentre outros, quando da feitura de sua dissertação de mestrado e de seu doutoramento e, para além de uma acadêmica autêntica, trata-se de uma ativista reconhecida pelo meio que estuda, sendo inclusive uma das fundadoras do Não Te Prives, coletivo que defende os direitos LGBTs na cidade de Coimbra.

A viagem a Coimbra e o conhecimento que passei a ter com os grupos LGBTs, fizeram com que eu mudasse minha rota inicial e deixasse o Cone Sul para momento posterior decidindo, finalmente, por estudar para fins da tese (ECO, 2003) de doutoramento, os movimentos LGBTs de Espanha e Portugal.

No caso de Portugal, a sugestão para que eu conhecesse os três grupos anteriormente mencionados não incluíam explicações esmiuçadas, apenas vinham como sugestões de minha orientadora de estágio doutoral e logo descobriu-se a motivação para tanto. *Grosso modo*, ao conhecer os grupos, claramente percebeu-se que a ILGA-Portugal contava com uma orientação mais próxima daquilo que consideraríamos como ãinstitucionalizadaã, à medida em que trabalhava diretamente com governos, apresentava uma agenda cooperadora e que conseguia posicionar-se como interlocutora importante entre a sociedade e o Estado Português.

O Clube Safo trata-se de um coletivo que, embora não tão fortemente instituído (não contando com uma sede), possui uma história muito rica, pois representa um grupo de mulheres que em algum momento não eram apoiadas na expressão de suas sexualidades e que encontraram no Clube o espaço privilegiado e livre para vivenciarem suas experiências e seus desejos. O ãoclubeã não se equivale a um clube nos padrões tradicionais, sendo apenas o nome dado ao grupo e pelo qual ele é reconhecido. Sua primeira especificidade está no fato de ser um grupo de discussão, amizade e pressão formado por mulheres lésbicas ou bissexuais.

Os Panteras Rosa formam uma coletividade bastante diferente das anteriores. Inegavelmente, trata-se de um grupo de pressão, mas essa pressão não é elaborada objetivando alcançar ou convencer um centro

decisório das Questões LGBTs. Os Panteras Rosa têm uma vocação nitidamente anarquista. Questionam os estilos de vida apresentados (e reproduzidos) pelos LGBTs e também questionam se a busca pelos direitos - que são os mais comuns na agenda reivindicativa LGBT ocidental - não seriam um mero simulacro da vida heterossexual, claro, à diferença da sexualidade, mas mesmo assim uma mera cópia (e uma cópia mal feita).

Os atores sociais escolhidos foram analisados, no sentido de compreender comparativamente (SCHIMIDT; SCHNEIDER, 1998) como eles instituem-se, ampliam-se e fortalecem-se como movimentos sociais e como tal categoria é interpretada por estes mesmos atores.

Métodos qualitativos (GUERRA, 2006) foram os recorrentes para o prosseguimento da pesquisa, haja vista tratar-se de um trabalho de campo que envolveu especialmente entrevistas.

As entrevistas (HAGUETTE, 1997) foram individuais, semi-diretivas e orais (COLOGNESE; MÉLO, 1998), sendo que, contamos com a possibilidade de gravá-las (caso houvesse algum empecilho elas seriam escritas). Pareceu-nos (e depois comprovamos) que as entrevistas semi-diretivas eram o melhor método para este trabalho, pois norteariam em linhas gerais o processo, do mesmo modo que apresentariam momentos de abertura nos quais o entrevistado poderia sentir-se à vontade e mais confiante com relação ao pesquisador. Salientamos que tais entrevistas foram realizadas junto a cinco membros das ONGs ou coletivos. Especialmente, busquei os líderes de cada uma delas.

Chegamos a cada um dos três grupos com os contatos por nós recebidos das mãos da professora Ana. Ao chegarmos aos locais sugeridos pelos nossos entrevistados prosseguíamos com o questionário e ao final perguntávamos sobre suas ações em rede (se havia ou não) bem como qual era a relação com os grupos considerados congêneres em Espanha. Aliás, eles deliberadamente diriam se reconheciam congêneres ou não no país vizinho.

Perguntar sobre a existência de grupo similar em Espanha ou se os grupos portugueses tinham intimidade com o movimento espanhol era-nos de suma importância à medida em que reviveríamos a experiência do método *snowball* (HOUTZAGER; LAVALLE; ACHARYA, 2004) que já utilizávamos à época de nossa dissertação de mestrado e traria lume às relações ibéricas, pois também nos apresentaria aos movimentos espanhóis. Não duvidávamos que tratar-se-ia de uma credencial ímpar quando fôssemos em sua busca a fim de melhor conhecê-los e entrevistá-los.

A ILGA-Portugal nos sugeriu o Triângulo Rosa. O Clube Safo nos indicou o COGAM, e o Panteras Rosa apresentou-nos a possibilidade de conhecer a Rede pela Despadronização das Identidades Trans.

Ao ter em mãos os contatos de cada um destes grupos de Espanha teríamos o equivalente ao português, em especial se considerarmos que os coletivos portugueses que apontaram seus homólogos espanhóis os consideravam e admiravam de algum modo, além do que, naquele país, havia uma série de estudos sobre seu movimento LGBT que também contribuiria a este (TOMÁS, 2010).

Evitamos ao máximo aquilo que Howard Becker (2010) chamou de *ôtomar partido*, e procuramos descrever verdadeiramente aquilo que vimos, presenciamos e ouvimos. Igualmente, como aponta-nos o mesmo autor, sabíamos que não éramos os primeiros a entrevistar aquelas pessoas e que não seríamos os primeiros a *ôlevá-los* para a academia. Sabíamos que era necessário volver os olhos àqueles que já haviam trabalhado de algum modo similar.

Torna-se necessário salientar que tanto Portugal quanto Espanha contam com um número elevado de organizações que se propõem a defender e lutar pelas Questões LGBTs. Seria um trabalho bastante rico poder entrevistar todos os representantes desses grupos e trazer para a academia essas trajetórias e essas práticas movimentalistas bastante originais. Contudo, meu tempo para a pesquisa foi exíguo, assim como os recursos financeiros.

Quando consegui o estágio doutoral sabia que teria rendimentos limitados para a estada, não havendo recursos extras para pesquisas. Com a bolsa que lá recebia deveria manter-me, pagar aluguel, alimentação, vestuário, comprar livros, enfim, sobreviver. Para a pesquisa, contaria com este mesmo dinheiro. Como nossa pesquisa implicava em viajar para um outro país, neste caso a Espanha, aquilo também significava gastos extras que poderiam dificultar nossa manutenção saudável em terras estrangeiras, longe da família, dos amigos, da imensa maioria de nossas referências primeiras.

Mesmo com essa série de dificuldades, consegui fazer as viagens necessárias tanto dentro de Portugal como em Espanha e pude entrevistar e conhecer mais sobre as especificidades do Movimento LGBT Ibérico.

A pesquisa que ora apresento, procura trazer à tona o papel dos atores sociais na defesa da luta por direitos de grupos LGBTs Ibéricos. Portugal e Espanha são os países europeus mais próximos culturalmente

ao Brasil. Ambos os países apresentam uma série de conquistas pelos LGBTs que podem servir de modo exemplar ao Brasil e aos Movimentos LGBTs locais. Entender as nuances dos movimentos europeus implica na possibilidade de refletir de modo apurado e especial os passos seguidos pelos congêneres brasileiros.

A intenção desta tese é encontrar os elementos principais que subsidiam uma resposta para uma pergunta simples: como países tão tradicionais, católicos, que sofreram com séculos de inquisição e que passaram quase a totalidade do século XX sob regimes ditatoriais conseguiram produzir uma legislação pró-LGBTs e ganhar destaque europeu e mundial?

Volto meu olhar para as teorias sobre Movimentos Sociais e busco neste espaço de produção tão ampla entender em que medida os movimentos de nosso estudo têm sua atuação explicada pela produção acadêmica desta área.

A partir do olhar sociológico de dois clássicos, busco sedimentar, mesmo que de modo temporário a análise sobre as relações entre Portugal e Espanha com a própria Europa a partir dos escritos de Marcel Mauss (2003). Quanto à relação que o Brasil possa ter com estes países e com o exterior na generalidade, ao menos em termos de movimentos sociais, recorremos ao nacional Sérgio Buarque de Holanda (1995).

Com a realização desta investigação que compara os movimentos LGBTs de Portugal e Espanha, mas para além de esmiuçar esta relação procura também dizer algo sobre o Brasil contemporâneo, procuramos contribuir para o adensamento do debate teórico relativo às ONGs, aos Movimentos Sociais e ao campo de ação no combate à discriminação contra homossexualidades, para além das fronteiras nacionais, ampliando as possibilidades de construção teórica sobre a realidade brasileira e dos Estados Ibéricos.

Torna-se irresistível sugerir aos nossos colegas que deem continuidade a este trabalho, ou que proponham algo novo sobre esse tema e que possam fazer uma pesquisa com mais recursos, com mais tempo e com um número maior de entrevistados. Sabemos que há muito a ser desvendado dentro daqueles países e que conhecer aquela realidade contribui profundamente para olharmos a nossa própria realidade como brasileiros e de brasileiros que somos.

Olhar para a Península Ibérica é olhar para o nosso passado e para nossas referências principais no continente europeu. Afinal, nossas afinidades com Portugal e Espanha são enormes. Portugal, para além de

ser o mais antigo país da Europa (MATTOSON, 2008), foi o país ao qual o Brasil pertenceu até 1822, chegando num dado momento a formarmos com ele um reino unido. Não apenas fomos um reino unido mas em nosso território por treze anos abrigamos a capital do império português. Somos parte daquilo que alguém chamou de oceano moreno (MOREIRA, 2010), sempre num contato com o outro (e este outro o português), que de algum modo sempre contribuiu para que nos tornássemos o que somos (MAFFESOLI, 2002).

De Portugal herdamos a língua, nossa religiosidade e também a relação com o público e o privado, o patriarcalismo e uma série de especificidades que nos colocam em condição única nas Américas.

Espanha, para além de ter sido também a oficial colonizadora do Brasil por sessenta anos (VALDEÓN; PÉREZ; JULIÁ, 2010), dela são diretamente oriundos mais de cinquenta por cento do nosso território. Também temos na Língua Castelhana similitudes que não partilhamos tão estreitamente com nenhuma outra no globo terrestre.

Mirarmos Portugal e Espanha é um exercício que implica em nos aproximarmos e nos distanciarmos. É conhecer parte do nosso passado, mas ao mesmo tempo, entrar em contato com um potencial futuro que se debaterá com problemas semelhantes, sejam eles o conservadorismo ou a religiosidade, ou o indelével patriarcalismo.

Longe estamos de forçar a uma relação entre os dois países ibéricos e o Brasil a uma relação de causa e efeito (GEERTZ, 2001), mas um breve olhar que possa fazer com que haja algum tipo de reconhecimento nas experiências vividas.

Espanha e Portugal formam um espaço imaginário onde nos encontramos com uma espécie de Brasil que fica distante e ao mesmo tempo próximo. Contudo, não devemos cair na tentação de imaginar transplantes de ideias descontextualizadas de suas intrínsecas relações sociais. Tampouco devemos supor que há mais semelhanças do que aquelas que necessariamente existem. São duas realidades próximas, mas bastante diferentes. Encontrar o ponto de entrelaçamento entre o possível, exequível, similar e o estranho é que se constituiu em um dos inúmeros desafios desta pesquisa.

2 SENDAS IDENTITÁRIAS

Como assegurar que não apenas o mero interesse humano acerca da sua própria sexualidade é o grande motivador para ósaberõ sempre mais sobre o tema? Ou melhor, cabe alguma distinção entre o interesse (LAQUEUR, 2001) constante e o saber científico que, ao longo do tempo produziu e contou-nos sobre as sexualidades salvaguardo pelo cáriz de *olhar especializado* que apenas a ciência consegue tão bem assegurar?

Historicamente a sexualidade é analisada, esmiuçada, esquadrinhada e avaliada. As ciências ampliam suas lentes e passam a identificar uma miríade de possibilidades sexuais. Contudo, há uma complexa relação entre as possibilidades apresentadas pela multiforme sexualidade humana e a ordem moral (FOUCAULT, 2003).

A sociologia raramente posiciona-se como voz autorizada para versar sobre a sexualidade. Segundo Michel Bozon (2004), os discursos das ciências humanas são percebidos como inadequados para a sexualidade. Já para John Gagnon (2006), existiriam limitações na formação do sociólogo, diferente dos psicólogos. Neste caso, quando nós, sociólogos, tratamos sobre õmotivaçãoõ, nosso preparo é menor que o dos psicólogos.

Porém, isto não retira o vívido interesse que a sociologia nutre sobre as sexualidades. Quando versamos sobre um aspecto da sexualidade, a homossexualidade, os aspectos sociológicos envolvidos ao estudarmos o tema são bastante amplos, como bem aponta Janice Irvine (1998, p. 574):

Central to the field of lesbian and gay studies is a range of topics that should hold particular fascination for sociologists: examination of the historical invention of sexual taxonomies and the reciprocal effect of the social organization of sexual communities, as well as inquiry into the origins of sexual cultures, the organization of systems of meaning, and the construction and deconstruction of identities.

A sexualidade é ampla. Extrapola a área das práticas e sentimentos individuais, a constituição familiar, do parentesco, da constituição de subjetividades e de identidades individuais e sociais, influenciando a organização de outras instituições políticas, econômicas e sociais.

Pode-se concebê-la como representação, desejo ou apenas como

uma atividade ou um comportamento (PISCITELLI; GREGORI; CARRARA, 2004).

Para Alain Touraine (2007, p. 219):

A sexualidade ocupa um lugar central na formação dos sujeitos, pois ela remete a uma experiência individual, ao engajamento da personalidade ao redor desta experiência, que é ao mesmo tempo uma vivência pessoal, uma relação com o outro e, mais profundamente, uma consciência de si mesmo voltada para a relação com a vida e com a morte. O que é dito aqui tem uma consequência que é preciso mencionar logo de saída. A sexualidade é a construção de condutas de sexo.

De qualquer forma, a sexualidade³ continua a despertar interesse e acaloradas discussões de ordem religiosa ou moral, mas é inegável que desde os finais do século XX passa a figurar no espaço público como categoria reivindicatória de direitos.

A sexualidade, quando passou a constituir-se em um discurso político, não se apresentou isoladamente, isto é, como reivindicação individual ou de segmentos sociais. A sexualidade tornou-se publicizada aliada a outras categorias, dentre elas a mais poderosa até o presente: a identidade.

A identidade funciona como um poderoso instrumento para mobilizações de pessoas, como também de reconhecimento pessoal. A sociologia hodierna busca entendê-la num sentido amplo e, mais ou menos, a compreende de modo múltiplo:

Podemos acrescentar que a *nossa identidade é múltipla*, devido aos muitos grupos a que estamos ligados na sociedade e que se relacionam com o nosso sexo, a nossa nação, as nossas crenças e a nossa geração. Uma segunda razão que justifica que tenhamos identidades é o facto de nos sentirmos dilacerados entre o desejo de sermos nós próprios e o desejo de sermos aceites nos diversos grupos em que nos integramos, o que implica múltiplas arbitragens ou, como dizem certos sociólogos, múltiplas estratégias (ANGERS, 2008, p. 61).

Serão ou ãestarão são verbos que operacionalizam as identidades.

3 Fazemos aqui referências ã sexualidade, mas não queremos apontá-la como categoria encerrada. No decorrer do texto nossa postura tornar-se-á mais explícita.

Para os defensores do *õserõ*, os aspectos biológicos da sexualidade são preponderantes. Tais defensores argumentam que ninguém opta por sua sexualidade e a natureza serve como fator explicativo, ou seja, defende-se que há uma predisposição genética para a sexualidade. Já os defensores do *õestarõ* cunham uma explicação pautada numa sexualidade que é construída socialmente. Noutros termos, múltiplos fatores concorrem para que os sujeitos desenvolvam suas sexualidades, não necessariamente garantindo sua fixidez e sim sua fluidez no tempo. Não se trata de algo eterno.

Diante disso, a homossexualidade ganha notória centralidade em razão de ser apresentada como fator genético por alguns, como também por ser defendida por outros como uma das inúmeras possibilidades da sexualidade humana. Mais do que isso, a homossexualidade já nasce com uma marca de negatividade, implicando aos *õdetentoresõ* do rótulo uma relação de *outsiders* frente aos demais membros da sociedade. Por mais que se trate de um preconceito contra um *õgrupoõ*, se expressa individualmente, diretamente contra uma dada pessoa (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Homossexual, homoerótico, uranista, homófilo, entendido... são alguns termos que foram (ou são) utilizados para nomear aqueles e aquelas cujos desejos são voltados para pessoas do mesmo sexo (FRY; MACRAE, 1983).

Nosso objetivo não é apresentar uma *õgênese* da homossexualidade, porém, torna-se necessário trazeremos à luz como estas questões são tratadas, tanto pela academia quanto pelos sujeitos, assim como pelos *õsujeitos-academiaõ* que influenciam aspectos e discussões identitárias.

Um dos exemplos de sujeito-academia, o antropólogo Luiz Mott (2003) do GGB⁴, advoga fortemente em favor da utilização do termo *õhomossexualõ* ao invés de quaisquer outros. Entretanto, o sistema de identificação defendido por Mott não vale para todos, como bem demonstra Maria Luiza Heilborn (1996) ao descrever um ritual de casamento entre duas mulheres e ambas afirmarem que não se identificavam como homossexuais.

Talvez aqui caiba uma menção bastante específica relativa ao termo *õhomossexualõ*. Nesta palavra, o radical *õhomoõ* é de origem grega e significa algo como *õigualõ*. Há, muitas vezes, uma nítida confusão com o radical *õhomoõ* de origem latina que significa

4 Grupo Gay da Bahia.

homem. A homossexualidade como categoria foi concebida pensando-se em homens e mulheres que têm inclinações para com aqueles e aquelas do mesmo sexo, ou seja, guardadas as devidas proporções, iguais-sexuais. Contudo, se a significação latina for acessada, torna-se algo como homens-sexuais e aqui reside um grande problema, pois as mulheres não estão incluídas nesta última significação.

Nos países de cultura mediterrânea, e isso vale para Espanha, Portugal e, de algum modo também para o Brasil, o modo de encarar as identidades e, neste caso, identidades sexuais é bastante diferente de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, de cultura anglo-saxã. Mediternaneamente, as ambiguidades, as ambivalências e os hibridismos da sociedade tornariam as identidades menos rígidas (SOARES, 2002).

Jurandir Freire Costa (1992) postula que existe uma diferença entre valorizar uma identidade, neste caso a identidade gay, e posicioná-la como única identidade possível. Em última instância, o autor deposita sobre a comunidade o direito de tornar-se porta-voz do assunto, pois ela é que teria autoridade para falar sobre o tema.

Para Stuart Hall (2005), o senso comum percebe a construção da identificação de um modo naturalista, partindo-se de uma origem comum, ou pelo compartilhamento de características ou ideias de grupos ou de pessoas.

Hall (2003) analisa identidades sob rasura, ou seja, no sentido de que devem ser analisadas de um modo não reconstruído de sua ideia original. Sob rasura, neste caso, é um modo novo de se pensar a identidade, um modo impossível de se operar com os mecanismos do passado, propondo-as como não unificadas, mas fragmentadas, construídas de modo múltiplo, tornando-as passíveis imediatas de sua análise salvaguardando-se espaço e tempo para sua compreensão.

Para este autor, as oposições nunca são fixas, elas estão em constante articulação de suturas, propiciadas pelas representações dos sujeitos. O hibridismo da identidade a leva a ser percebida como um posicionamento, o qual pode ser tratado provisoriamente como identidade.

Chantal Mouffe (1993) busca insistentemente desconstruir quaisquer possibilidades de essencializações. Para o alcance de sua Democracia Radical a autora postula que tal democracia não pode existir enquanto houver essencializações, ou seja, a desconstrução de identidades essencializadas é condição *sine qua non* para a democracia plena.

As relações entre particularismos e universalismos permeiam a relações identitárias. Quanto a este aspecto, Ernesto Laclau (2000) sugere que para uma política verdadeiramente democrática precisa haver um híbrido entre as identidades existentes e a abertura constante para novas possibilidades, ou seja, uma redefinição constante entre o particular e o universal.

Como podemos perceber, há um diálogo intenso entre as ideias de Hall, Mouffe e Laclau, principalmente no que concerne às posições de sujeito e quanto fragmentado é o variado campo das possibilidades existentes. A questão aqui implicada, para Mouffe (1999), é a de transformar o potencial de hostilidades e a distinção entre um nós/eles de um modo não incompatível com a democracia pluralista. Que o óe se seja percebido como adversário e não como inimigo, que haja possibilidade da transformação do antagonismo em agonismo, num reconhecimento de posições legítimas.

A relação identitária entre um eu e um nós encontra explicação em Elias e Scotson (2000, p. 31): a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas. Isto serve-nos como referência quando percebemos a origem de uma marca individual:

Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 31).

Historicamente, há um processo de dificuldades para a realização de um nós/eles satisfatório. Há mais de trinta anos Adrienne Rich (1999) denunciava que aquilo que era tido como universal carecia de desmistificações. As mulheres não são respeitadas em suas especificidades e muitas vezes sequer tais especificidades são consideradas. A existência da heterossexualidade compulsória não permite a visualização de múltiplas formas de relações diversas daquelas padronizadas. Existem outras sexualidades.

Porém, muitas e muitas vezes, ao menos em termos de movimentos atrelados à sexualidade, a própria sexualidade é mobilizada pelos movimentos a fim de adquirir direitos e mesmo poder expor-se frente ao mundo de modo livre e desimpedido:

C'est-à-dire, au fond, la réconciliation d'un individu avec lui-même: échapper à l'obligation de la double vie et aux déchirements de la

conscience qui sont le lot des homosexuels qui ne peuvent vivre leur homosexualité qu'en la dissimulant. On pourrait donc également traduire *pride* par o'affirmation de soiö, o'visibilitöö, ou encore o'sortie du placard (ERIBON, 2000, p. 27).

Mesmo não negando tais aspectos, muitos autores buscam apontar para a existência de outras sexualidades e outras alternativas discursivas. Neste sentido, a Teoria *Queer* é bastante emblemática. Para melhor compreendermos a proposta *Queer* recorremos a Touraine (2005, p. 59):

A destruição da dualidade natural e cultural dos dois gêneros levou as feministas mais radicais em direção à postura *queer*, que afirma a ausência de separação global entre homens e mulheres e se representa a sexualidade de cada indivíduo como um conjunto de fragmentos de sexualidades diversos que todos os atores vivem, segundo as circunstâncias e seus parceiros. Esta é a concepção *queer*, que rejeita a importância atribuída pela ideologia dominante ao casal heterossexual e que, ao contrário, defende a diversidade de condutas sexuais definidas tanto pela natureza dos parceiros quanto pelas relações estabelecidas entre eles.

A proposta *queer* é bastante radical, ela não se pretende apenas como discussão acadêmica, mas almeja uma forte mudança política. Para tanto, a polaridade homo-heterossexual reforça a criação de uma política para identidades fixas que produz exclusões e, conseqüentemente, gera guetos (DUGAN, 1995).

Gays e lésbicas, segundo a teoria *queer* foram essências criadas que serviram apenas para limitar ou para criar termos como o'minoria sexualö, o'comunidade gayö, esquecendo-se assim tantos outros que não se reconhecem nessas categorias, como os bissexuais e transgender, revelando portanto a fragilidade de identidades impostas (GAMSON, 1995).

Como bem percebe Miguel Vale de Almeida (2004, p. 97):

Se é comum pensar que o'*Queer*ö funciona sobretudo como modismo para distinguir *gays* de velho estilo dos de novo estilo, é certo que o termo pode ser usado para descrever uma população aberta, cujas características partilhadas não são a identidade mas um posicionamento antinormativo em relação à sexualidade. Como no

início do liberacionismo *gay*, *õqueerõ* confunde as categorias que licenciam a normatividade sexual; mas difere de *õgayõ* porque evita a ilusão de que o seu projecto seja inventar ou desvelar uma qualquer sexualidade livre, natural ou primordial.

Pode-se dizer que a teoria *queer* esfacela a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003b) e, como defendem Marie-Hélène Bourcier e Beatriz Preciado (2001), ao *õqueerizar* a disciplinaõ, acaba por desenvolver uma historiografia *queer* que implica no rechaço às identidades essencializadas, mas nem por isso desfaz-se da categoria identidade já que ela passa a ser empregada como operação-performativa.

Quando as identidades deixam de ser percebidas como essência, passa-se à possibilidade de encontros e até mesmo a conhecimentos. Para Teresa de Lauretis (1991), gays e lésbicas não conhecem a história um do outro. A homossexualidade não deve ser percebida como o oposto da heterossexualidade. Assim sendo, a autora sugere resistências aos discursos dominantes sobre sexualidades e a incorporação de outros aspectos, tais como etnia e geração, construindo assim um outro horizonte discursivo, outro modo de pensar o sexual, não mais homogeneizado. Uma crítica e uma desconstrução do próprio discurso (de gays e lésbicas) bem como do próprio silêncio que é construído.

Se pensarmos como sugerido pelos e pelas teóricas expostos, poderemos perceber que muito do que tomamos como natural foi em verdade construído socialmente. Diante disso, nem mesmo uma categoria poderosa como a heterossexualidade consegue escapar. Alain Giami (1999) nos aponta que a criação da *õheterossexualidadeõ* surgiu num dado momento histórico para resguardar a função erótica e reprodutiva da sexualidade e, portanto, da normalidade. A pergunta que o autor faz é: como uma categoria, que tem por ambição reagrupar a maioria da população, pode resistir à heterogeneidade das condutas sexuais?.

Tal pergunta encontra eco no pensamento de Vale de Almeida (2004, p. 93), que nos aponta um caminho interessante:

O que distingue a emergência do *õhomossexualõ* na segunda metade do século XIX é o facto de que então se tornou inseparável e literalmente incompreensível sem o seu gémeo *õnormalõ*, *õheterossexualõ*. Assim, a heterossexualidade é também uma construção cujo significado depende de modelos culturais cambiáveis. Ora, nos finais do século XX, tanto a hetero como a

homossexualidade foram naturalizadas.

Dentro de um quadro de fixidez identitária, aqueles que fogem dos binarismos ficam deslocados, seja um deslocamento do olhar õsobreõ; seja um deslocamento que os posiciona distante dos chamados õnormaisõ. O caso da bissexualidade é exemplar. Ao contrário dos homossexuais, historicamente bissexuais não foram tratados como uma identidade imutável, mas isso não significou alívio ou um olhar compreensivo para com estas pessoas: foram incompreendidos e tratados como uma espécie de mal (MENDÉS-LEITE, 1996).

O que dizer então daqueles e daquelas que modificam seus corpos, constroem seus traços na busca por um feminino que não abdica de características masculinas (BENEDETTI, 2005) e também buscam tornarem-se õbelíssimasõ (PELUCIO, 2006)? Estas são apenas algumas questões que a imagem das travestis podem provocar. Afinal, elas estão longe dos padrões binários tão caros à heteronormatividade.

Para Nancy Fraser (2001), o grupo que ela denomina õcoletividades homossexuaisõ não alcança o mesmo status de sexualidade atrelada à heteronormatividade. Para ela, homossexuais têm sua sexualidade menosprezada, não reconhecida, não respeitada.

Quando entramos na seara do reconhecimento, sabemos que estamos numa trilha complexa e que demanda negociações. Pois õreconhecerõ implica em õtolerarõ e esta relação nunca foi fácil nos grupos humanos:

Lo característico de toda sociedad humana, culquiera que sea su tamaño, es el empeño en atribuir carácter humano únicamente a los miembros del grupo, reduciendo a los demás a la categoría de no-humanos, a quienes se pueda tratar como a tales, lo que no siempre implica la intención de eliminarlos (HÉRITIER, 2002, p. 23).

A õtolerânciaõ apontada pela autora é absolutamente necessária se o que se busca é o convívio minimamente harmonioso em sociedade:

Tolerar significa, entonces, aceptar la idea de que los hombres no se definen simplemente como libres e iguales ante el Derecho, sino que *la categoría de hombre corresponde a todos los seres humanos sin excepción*. Sin duda este es el fundamento de una ética universal hipotética, a condición ó las condiciones son tantas ó de que haya una toma de conciencia individual y colectiva, que exista una voluntad política

internacional y se desarrollen sistemas educativos que enseñen a no odiar (HÉRITIER, 2002, p. 25).

É inegável a existência do preconceito contra aqueles que destoam do geral. Especialmente quando o que aponta estar òfora de tomõ é a sexualidade:

Os homossexuais ainda enfrentam um preconceito profundamente enraizado e, muito comumente, uma violênciã aberta. Suas lutas emancipatõrias encontram resistênciãs talvez tãõ profundas quanto aquelas que continuam a obstruir o acesso das mulheres à igualdade social e econõmica. (GIDDENS, 1993, p.44).

Se um dia múltiplas formas de expressãõ de sexualidade foram alocadas sob o rótulo de òhomossexualõ, de lá para a atualidade, muito sobre a visãõ que estas pessoas têm de si mesmas não é a mesma, o que implica no fato desta visãõ também não ser homogênea. A questãõ do òserõ ou òestarõ homossexual também não é ponto pacífico, assim como a utilizaçãõ do termo òhomossexualõ. Mesmo porque a construçãõ desta identidade homossexual, segundo Tomàs (2010, p. 34): ò[í] supone para la persona la aceptaciõn, de manera gradual, de la etiqueta de òhomossexualõ o òlesbianaõ aplicada al yo.õ

Contudo, torna-se ainda mais complexa a análise sobre o tema se considerarmos a categoria òarmãrioõ que é utilizada, ou melhor, mobilizada quando quer-se referir a pessoa que não gostaria que sua sexualidade fosse revelada. Ou nas palavras de Vale de Almeida (2009, p. 14): òO òarmãrioõ é a mais conhecida metãfora dos problemas subjectivos, sociais e polítics da homossexualidade enquanto categoria de identidade e de discriminaçãõ.õ

Entendemos que o termo òhomossexualõ pode ser considerado como uma grande categoria (guarda-chuva) para abarcar toda a diversidade das sexualidades policiadas (BHABHA, 2005). Contudo, nos parece exageradamente arriscado ainda utilizã-la porque muito dos implicados (senãõ a maioria deles e delas) possuem profundas dificuldades em se considerarem homossexuais.

Se o termo òhomossexualõ não é unânime entre os sujeitos, tampouco o é o uso das siglas que passaram a identificar os grupos que estudaremos. Segundo Regina Facchini (2005), em seu estudo realizado no Grupo Corsa de São Paulo, com o sugestivo título de òSopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produçãõ de identidades coletivasõ, há uma profunda discussãõ sobre a adoçãõ das siglas. Para a autora, o termo òGLSõ, que englobaria gays, lésbicas e simpatizantes, é

uma criação associada por vários setores do movimento ao mercado. Tal associação ao mercado ocorre porque o *ô*Sô serviria para incluir os *ô*simpatizantes*ô*, sujeitos não-LGBTs, porém, freqüentadores de bares e boates destinados, via de regra, ao público LGBT. Além disso, alguns ativistas apontavam que não existia um movimento de negros e simpatizantes, ou movimento sem-terra e simpatizantes.

Já *ô*GLT*ô* seria um termo que evitaria essa associação com o mercado e manteria gays, lésbicas e transgêneros *ó* os setores mais ativos *ó* na vanguarda do movimento. Tanto que continua sendo a sigla utilizada pela ABGLT *ó* Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

Nos nossos trabalhos escritos até o início de 2008, utilizávamos o termo GLBT, pois verificamos que os principais interessados possuíam sérias restrições ao termo homossexual. Seria uma ingerência muito grande de nossa parte manter o velho e surrado *ô*movimento homossexual*ô* quando os próprios sujeitos não convivem tranquilamente com o termo. Se, como sociólogos, somos levados a criar (e muitas vezes enquadrar) categorias, a partir de 2008, com a realização da Conferência GLBT do Brasil, nosso próprio campo oficializou a sigla e a alteração. Ficou decidido que haveria uma inversão entre as letras G e L passando a ser *ô*movimento LGBT*ô* para que assim produzisse-se maior visibilidade às lésbicas.

Em Espanha e Portugal há igualmente dissonâncias sobre a utilização de siglas. Porém, percebemos que a sigla LGBT é a mais usual e a utilizaremos de forma mais tranquila ao longo de nosso trabalho.

Claro está que movimento LGBT e movimento homossexual são sinônimos, não é esta a questão principal. Sempre que nos referimos a um estamos nos referindo ao outro automaticamente, contudo, torna a academia muito mais próxima da realidade vivenciada pelo movimento, ao invés de insistir no uso de termo muitas vezes (ou na maioria delas) percebido como opressivo.

Reiteramos que o movimento LGBT é múltiplo. Utilizamos o termo no singular, mas sabemos tratar-se de uma pluralidade de processos sociais (MELUCCI, 2001), que envolve vários aspectos e sujeitos. Portanto, como não há consenso, preferimos utilizar LGBT e assim também chamar o movimento reivindicatório destes que assim se denominam lembrando sempre que não pretendemos utilizar tal sigla de modo estanque, fechada, elegendo esta como a única recomendável. Acreditamos, sim, que os movimentos têm autonomia e estão em

constante transformação, o que implica em transformar inclusive o modo pelo qual se autodenominam e que gostariam de se ver reconhecidos.

Como vimos até aqui, qualquer identidade guarda em si, no mínimo, ambiguidades. Mas que é mobilizada por vários movimentos sociais como o grito de guerra (BAUMAN, 2005) quando trata-se de conquistas e acesso a direitos.

No caso da homossexualidade, este grito de guerra possui importância histórica por vários motivos, como diz Eribon (2000, p. 26): «Assumer son homosexualité, cela passé toujours par un choix, une décision. Et cette décision engage toute l'existence d'un individu: son rapport à la famille, aux amis, au milieu professionnel...».

Para além disso, o movimento também passa pelo rearranjo de sua auto-imagem, como também pela imagem que se faz da «heterossexualidade»:

O desafio não está em desalojar o ponto de vista heterossexual mas em deslocá-lo: deslocá-lo porque a imagem da homossexualidade reenviada não é, sobretudo, uma visão simétrica, deslocá-lo porque ele próprio tem que reajustar o ponto «não universal» onde até agora se situou. (LEVY, 2004, p. 212)

Nos próximos capítulos faremos um apanhado sobre movimentos sociais e também sobre os movimentos LGBTs.³

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS (EVENTUAIS) DERIVAÇÕES

Nosso trabalho, ao longo dos anos, busca compreender a categoria movimentos sociais em suas múltiplas dimensões. Aqui, torna-se importantíssimo o retorno ao tema e a sua análise salvaguardando o jogo entre luzes e sombras que os movimentos sociais exercem dentro da sociologia.

Mas, por fim, o que são movimentos sociais? Cabe a este fenômeno social uma categorização com contornos e limites claros? Passa (ou passou) por transformações ao longo dos anos? Não objetivamos aqui cercear a categoria movimentos sociais, muito ao contrário, buscamos mostrar como trata-se de uma categoria extremamente ampla e profundamente flexível.

De antemão, cabe salientar que estamos de acordo com aqueles que não percebem fronteiras estanques entre ONGs e Movimentos Sociais e que percebem esta relação como flexível (GOUVEIA, 2004), em constante comunicação (ALVAREZ, 1997), de auto-transformação e, para além disso, de transformação dos próprios movimentos (TAQUES, 2005, 2007).

Para entendermos melhor os movimentos sociais, Jorge Machado (2007, p. 252) nos diz que eles são:

[...] formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos freqüentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais, ou, em última instância, decisões institucionais de governo e organismos referentes à definição de políticas públicas.

O autor apresenta uma noção de movimentos sociais como ação social voltada para a pressão junto às instâncias institucionais, para tanto, nem sempre, tornando-se também institucionalizados, mas com a finalidade de alterar políticas públicas.

Tais pressões podem também ser interpretadas como uma ação coletiva que confronta com aquilo que está institucionalizado, buscando,

portanto, a sua alteração. Ou como aponta Sidney Tarrow (2009, p. 19):

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase único recurso que as pessoas comuns têm contra os opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas.

Pelo exposto, Tarrow reconhece as muitas atividades envolvidas num movimento social, isto variando num amplo leque que vai desde a sua organização até a construção de identidade coletivas. Contudo, a base dos movimentos sociais seria o confronto.

Outro autor caro aos estudos sobre movimentos sociais, Alain Touraine discorda do autor supracitado referentemente ao papel do sinônimo de confronto, ou seja, do conflito:

É exatamente pelo fato da idéia de conflito estar onipresente que é tão fácil escrever uma história dos conflitos sem repousar sobre qualquer interpretação precisa. A noção de conflito é tão geral que ela não corresponde a nenhum tipo de ação, já que ela corresponde a todos. Ela designa, pois, um estado do sistema social e não uma categoria de atores. (TOURAINÉ, 2009, p. 172).

A proposta de Touraine para explicar os movimentos sociais retira o foco sobre a ação, sobre as práticas e a direciona sobre os sujeitos envolvidos na relação:

[...] um *movimento social* se define pelos atores que o animam e querem mudar o uso que é feito dos principais recursos de uma sociedade. Um tal movimento pode se manifestar em todos os níveis da organização social, mas sempre corresponde a um só tipo de ação. Ele é mais completo que um conflito, já que traz orientações positivas, mas ele é igualmente mais complexo do que as rupturas revolucionárias. É por isso que eu sempre o defini pela associação de um conflito social e pela identificação com os recursos culturais mais valorizados numa dada sociedade. (TOURAINÉ, 2009, p.172).

Touraine é o sociólogo responsável pelo termo "Novos Movimentos Sociais" que corresponderia aos movimentos que não eram sindicais, continham um conteúdo fortemente cultural, portanto novo no campo das reivindicações, mas possuíam similitudes com discursos do movimento sindical (TOURAINÉ, 2005). A influência deste autor foi bastante grande, principalmente para os sociólogos que pautavam seus estudos sob o paradigma dos "Novos Movimentos Sociais" (NMS).

Cabe aqui uma breve explicação sobre "paradigma". Um paradigma pode ser interpretado como um conjunto explicativo que encontra apoio da comunidade acadêmica (ou de grande parte dela) e que passa a ser utilizado como o mais adequado para explicar determinada circunstância (GOHN, 1997). Noutros termos, sob um paradigma, via de regra, as respostas para as dúvidas que são postas encontram explicações que não se chocam com o estabelecido pelo próprio paradigma.

O sociólogo catalão Jordi Tomàs acrescenta sua contribuição sobre o estudo de movimentos sociais. Para o autor, há um componente relacional entre a sociedade contemporânea e uma espécie de estabilidade de funcionamento institucional que é garantido pela presença de movimentos sociais na arena política:

En nuestras sociedades posindustriales, los movimientos sociales se han venido consolidando como un componente estable del funcionamiento del sistema, una categoría de actores políticos que ha reclamado ó directa o indirectamente ó unas relaciones políticas diferentes, y un protagonismo en los procesos de agregación de intereses (TOMÀS, 2010, p. 11).

Nosso objetivo não é criar quadros interpretativos estanques. Mesmo porque entendemos que não existem tipos puros de movimentos sociais. E isto se torna muito mais evidente na realidade ibérica onde há uma variada influência de quaisquer destes paradigmas e de uma miríade de outros. Mesmo porque, um dos eventuais responsáveis por um destes paradigmas, Alain Touraine, propõe um novo olhar sobre os paradigmas:

Temos necessidade de encontrar novas formas de ação coletiva e até mesmo de novos movimentos sociais que não sejam mais identificados com a reação de vítimas, mas definidos pela prioridade dada a uma reflexão sobre si mesmos (TOURAINÉ, 2009, p. 175).

Ao mesmo tempo, com a proposta de não-filiação a nenhum

paradigma ou corrente de análise, torna-se altamente tentador analisar os movimentos sob a perspectiva norte-americana das Oportunidades Políticas que identifica três recursos para a análise da transformação de confrontos em um movimento social:

A forma do confronto utilizada pelas pessoas para ganhar apoio e impor sua vontade aos opositores, os enquadramentos interpretativos da ação coletiva que dignificam e justificam suas ações e as estruturas de mobilização que reforçam os desafiantes na linha de fogo e ligam o centro à base (TARROW, 2009, p.121).

A melhor forma entendermos a categoria oportunidade política de Tarrow é compreendê-la estruturalmente. Para tanto, recorreremos ao apontado por Jordi Tomàs (2010, p. 297):

la *Estructura de Oportunidad Política*, entendida como el conjunto de dimensiones del entramado político que proporcionan incentivos para que se desarrolle un proceso movilizador con independencia de la acción deliberada de los actores en cuestión.

Colocamo-nos sob um òdilema interpretativo que torna-se ainda mais instigante quando o campo que propomos analisar, Espanha e Portugal, pode ser comparado àquilo que já foi chamado de òcadinho movimentalista de forte efervescência (SCHERER-WARREN, 2008).

Contudo, se há divergências entre correntes teóricas acerca dos Movimentos Sociais, o mesmo não se pode dizer sobre a importância reputada ao Movimento LGBT.

Para Tomàs, o movimento LGBT serve para erodir bases milenares da sociedade:

Pero, además, el movimiento está contribuyendo a erosionar algunos de los òcimientos milenarios sobre los que se han construido las sociedades a lo largo de la Historia, tales como la represión sexual, la heterosexualidad obligatoria y la familia patriarcal (TOMÀS, 2010, p. 13).

Para Tarrow, por exemplo, trata-se de um movimento que utiliza muito bem as mídias de massa:

As passeatas pelos direitos civis em que os participantes enfrentaram cães policiais e mangueira de água, a queima pública de cartões de alistamento feita pela Nova Esquerda e o espetáculo de ativistas homossexuais e lésbicas òsaindo do armário: o apetite da televisão por

imagens visuais dramáticas era um instrumento cultivado e explorado pelos organizadores de movimentos. Se podiam transmitir suas mensagens para milhões de pessoas através dos programas de televisão, encorajando alguns a seguir o seu exemplo e muitos a encarar com simpatia suas reivindicações, era possível criar um movimento sem arcar com os custos de construir e manter organizações de massa (TARROW, 2009, p.168).

Touraine, por seu turno, consegue ser ainda mais otimista ao tratar sobre o Movimento LGBT:

Se não é certo que possamos falar de uma nova cultura dos gays e lésbicas, é certo, no entanto, que estamos diante de um movimento de libertação que visa a eliminar todas as formas de interdito e discriminação. Libertação que pode também levar os gays e as lésbicas a renunciarem a todas estas práticas de transgressão, de provocação, de manifestações festivas, e que suscitou em torno deles grande fascínio e transformou as *drag queens*, por exemplo, numa das criações mais notáveis da cultura da provocação. [í] Gostaríamos que todos os movimentos de defesa dos direitos culturais das minorias fossem tão visíveis como os que foram lançados com sucesso pelos gays e lésbicas, e agora pelos transexuais e os travestis, cuja importância foi por longo tempo ignorada (TOURAINÉ, 2007, p.193).

Por mais que os autores apresentados tratem sobre a ãovidade histórica do Movimento LGBT (GOHN, 2003), outros questionam parte de suas bandeiras de lutas. Dentre eles destacamos Judith Butler e Pierre Bourdieu.

Ambos os autores criticam o fato de, muitas vezes, o movimento voltar-se para o Estado. Em Butler (2003a, p. 224):

A petição por direito ao casamento procura o reconhecimento do Estado das relações não-heterossexuais e, assim, configura o Estado como detentor de um direito que, na verdade, deveria conceder de maneira não discriminatória, independente de orientação sexual.

Em Bourdieu (2002, p.146) temos uma análise próxima sobre o movimento:

Ele tem que exigir do Direito (que, como a palavra mesma diz, está parcialmente ligado ao *straight*...) um reconhecimento da particularidade, que implica sua anulação: tudo se passa, de fato, como se os homossexuais, que tiveram que lutar para passar da invisibilidade para a visibilidade, para deixarem de ser excluídos e invisibilizados, visassem a voltar a ser invisíveis, e de certo modo neutros e neutralizados, pela submissão à norma dominante.

A análise dos autores é interessante porque mostra como o Movimento age quando relaciona-se com o estado. Normalmente é uma prática voltada para a aquisição de direitos e/ou respeito aos direitos conquistados. Contudo, ao mesmo tempo, fortalece o Movimento, mas também o fragiliza, pois passa a conceder ao estado um tipo de òdireitoõ de passar a regular sobre suas vidas e de regular sobre suas relações. Embutido nas duas argumentações está o fato de, via de regra, as missões junto ao estado buscarem direitos para õhomossexuaisõ excluindo-se assim quaisquer outros que não se identifiquem em tais termos.

Em verdade, quando o Movimento LGBT busca o reconhecimento do estado, ele busca o reconhecimento do direito, respeito às suas relações afetivas e acesso às solidariedades que não impliquem em desrespeitos (HONNETH, 2003).

Claro está que o Movimento não se libertou de noções como òidentidadeõ e percebemos que tal categoria é maleável, mas por isso mesmo pode oprimir ou flexibilizar. Contudo, percebemos que com a ação de determinados setores do Movimento LGBT, em especial os novos instituídos (LÜCHMANN; SOUZA, 2005), notáveis direitos têm sido adquiridos e, na maioria das vezes, não se tratam de direitos limitadores que servem apenas para LGBTs, mas que sempre servem para a ampliação da cidadania.

Defendo que trata-se de um Movimento que amplia o quadro democrático, que propicia emancipação (SANTOS, B., 2001). Suas formas de conquistar direitos fogem do padrão. As paradas do orgulho, por exemplo, representam um coletivo que nada mais é que o encontro de fragmentos (MAFFESOLI, 2007) que buscam viver num mundo diferente, sem opressões.

E, invariavelmente, este processo passa pelos movimentos sociais e culturais, como aponta Touraine (2009, p. 196):

[...] definir os movimento sociais e culturais como construtores de uma nova figura do sujeito, o que

implica uma transformação radical da cultura contemporânea. [...] esta elevação do indivíduo em direção a ele mesmo enquanto sujeito só pode ser feita pelo reconhecimento do *outro* como sujeito: é reconhecendo o outro como sujeito que posso me reconhecer eu mesmo como sujeito. Reconhecer o outro como sujeito é reconhecer a capacidade universal de todos se fazerem sujeitos.

A proposta não é individualista, mas sim de reconhecimento de sujeitos, sujeitos que devem ser respeitados, sujeitos de direitos e que quebrem com velhas dicotomias entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000), sujeitos que propiciem outra modalidade discursiva e construtiva. Neste sentido, o Movimento LGBT não é apenas inovador, mas também busca ampliar a cidadania que muitas vezes é tratada apenas em seu sentido clássico (CARVALHO, 2007), com novas práticas de reconhecimento (LÜCHMANN; SELL; BORBA, 2008) e com o estabelecimento de redes e novas alianças (CASTELLS, 2003).

Como trataremos sobre o Movimento LGBT, torna-se necessário mencionarmos a data simbólica de sua origem contemporânea: 28 de junho de 1969 (FRY; MACRAE, 1983). Naquela noite um fato inusitado haveria de mudar o rumo de muitos grupos e influenciar vários outros ao redor do mundo. Tudo inicia-se com a tentativa da polícia nova-iorquina de interditar um bar chamado o Stonewall Inn, frequentado em sua maioria por gays, lésbicas e travestis. Os policiais alegavam desrespeito às leis que regulavam a venda de bebidas alcoólicas. Imediatamente houve reação por parte dos frequentadores, gerando grande tumulto que durou todo o final de semana. Neste mesmo ano surge a Frente de Libertação gay que decreta o dia 28 de junho como o Dia do Orgulho Gay (SPENCER, 1996).

No que diz respeito aos movimentos sociais que portavam como bandeira principal a luta contra a discriminação para com homossexuais em fins dos anos 1970 e início da década de 1980, a diversidade de temas, questões e demandas trazidas por este movimentos sociais imprimiram novos olhares e paradigmas teóricos no campo das ciências sociais.

Nos anos seguintes, ocorre o surgimento de uma epidemia que marcaria definitivamente o movimento LGBT mundial: A AIDS. Surgindo no último quinto do século XX⁵ e tratando-se de um fato novo

⁵ Primeiramente os casos relatados foram nos Estados Unidos, levando apenas um ano para ser identificado o primeiro caso brasileiro (TERTO-JR, 1996).

(sem análise prévia), a AIDS aponta como primeiras vítimas homossexuais masculinos, sendo que imediatamente a ciência médica batizou-a como *Imunodeficiência Relacionada à Homossexualidade* ou *GRID* (TERTO-JR, 1996).

Em vários países, inclusive em Portugal e Espanha, que viviam uma queda na atuação de militantes (TOMÁS, 2010), não foi diferente. Os relatos sobre a doença avançam ao longo dos anos 1980. Preconceitos contra homossexuais surgem (ou ressurgem) com bastante força: o *Peste Gay*, o *Peste Rosa*, tornam-se as identificações mais recorrentes para o vírus (TERTO-JR, 1996; BIRMAN, 1994). Ou nas palavras de Tomás (2010, p. 87):

En el movimiento gay/lesbiano español, la construcción del *marco del sida* tiene su origen cronológico hacia finales del año 1985. La situación del movimiento en ese momento es de una profunda crisis de militancia acompañada de desestructuración e incluso desaparición de numerosos colectivos en ciudades tan importantes como Madrid.

A associação de figuras como a *peste* e a *lepra* à AIDS trazem em seu bojo implicações profundas, principalmente por serem modelos antropológicos e históricos com bastante força no imaginário social, assim sendo, justificariam os discursos de saúde pública bem como contribuiriam significativamente para a exclusão dos portadores (BIRMAN, 1994).

Ou nas palavras de Byrne Fone (2008, p. 20):

Un fundamento para este temor, afirman muchos, es la percepción de que la homosexualidad y los homosexuales perturban el orden sexual y de los géneros que supuestamente creó lo que se suele llamar la ley natural. [í] Otra fuente de homofobia es el temor de que la conducta social de los homosexuales ó antes que la conducta sexual solamente- perturbe el orden social, legal, político, ético y moral de la sociedad, una afirmación que supuestamente está sustentada por la historia y afirmada por la doctrina religiosa.

A homossexualidade torna-se oficialmente uma sexualidade policiada, como nos aponta Homi Bhabha (2005). Desta vez, alvejada pela medicina, pela imprensa, pela polícia e pela igreja, numa região sul-europeia que vivia o início do fim de longos e dolorosos regimes

autoritários. A homossexualidade percebida como prática proibitiva por questões morais, ganha reforço através da reativação da ideia de sociedade higiênica: A saúde de todos, homossexuais ou não, via-se ameaçada pelas práticas sexuais abomináveis (TREVISAN, 2000). Em todos os quadrantes a AIDS foi vista e tratada como punição aos homossexuais (TERTO-JR, 1996).

Não bastava a punição, mas passa a instituir-se a homofobia declaradamente, que nada mais é que a aversão, temor e proscricção de práticas homossexuais (FONE, 2008).

Em Nova Iorque, onde o contemporâneo Movimento LGBT surgiu, a AIDS também chegou num período de declínio do ativismo de rua. Contudo, isso não implicou no surgimento de um ativismo diferenciado que passou a questionar e a auxiliar na produção de saber sobre o vírus HIV. Como nos aponta Cristiana Bastos (1998), a institucionalização de grupos especializados no acompanhamento da produção científica biomédica resultou na elaboração de recomendações de investigações relevantes para as comunidades afetadas. Ou, nas palavras da autora:

O novo ativismo não só se confrontou com a medicina como veio a influenciar a própria produção do conhecimento médico, combatendo, questionando, pressionando, negociando, propondo. A partir da SIDA, o processo de produção da ciência médica ficou mais acessível ao escrutínio público (BASTOS, 1998, p. 17).

Disso podemos extrair que, concomitantemente à chegada da AIDS num momento de enfraquecimento dos movimentos LGBTs que até mesmo torna-se tema da produção de discursos que os atingem frontalmente, passa-se por uma transformação e ela mesma ocasiona novas práticas movimentistas, novos discursos e saberes. Muito do movimento que passamos a perceber posteriormente a este período surge em resposta a AIDS (CASTELLS, 2003).

Já nos anos 1990, vários grupos foram sendo formados, especialmente em Portugal, já que Espanha mantinha remanescentes dos 1980. Atores coletivos se organizando em torno de ONGs, alguns, na tentativa de pressionar os governos para que comunidades e grupos vítimas de preconceito passassem a ser ouvidos e tivessem seus direitos garantidos. A luta não se fazia apenas através do aparato democrático institucional (partidos e sindicatos), mas também através de novos tipos de instituições (organizações, associações e novas formas de diálogo que colocavam-se à disposição). Alguns movimentos sociais passam a

organizar-se na forma institucional de ONGs, objetivando com isso, uma ação permanente. As causas pelas quais lutava-se deixavam de ser momentâneas, pontuais, para tornarem-se bandeiras principais de reivindicações dessas ONGs.

Para uma melhor compreensão, devemos aqui expor o que entendemos por ONGs, utilizando para tanto a análise de Leilah Landim (2002, p. 21). :

[...] mais do que algo com õessência ONGö (por exemplo, uma mesma organização pode identificar-se como òmovimentoö, em um contexto, e como òONGö em outro), trata-se aqui de organizações que criam identidades e são identificadas enquanto tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas.

As ONGs passam a realizar um trabalho diferenciado e novo, se comparado às práticas movimentalistas exercidas até os anos 1990, tornando-se um ònovo instituídoö(LÜCHMANN; SOUZA, 2005), um ator novo, com propostas novas após os processos de redemocratização de países que viveram décadas sob duras ditaduras.

O estudioso Marco Cremaschi identificou as variantes dos movimentos sociais a partir de coletivos, ONGs e demais variantes como expressão da contemporaneidade:

Più recentemente, il campo dei movimenti si è fatto più complesso e frammentario: tutt'altro che scomparsi nelle società urbane, si sono moltiplicati e diffusi; mentre il carattere conflittuale è andato (almeno in parte) svanendo, hanno assunto connotati più orientati culturalmente su identità non riconducibili al conflitto di classe e su stili di vita; tra l'altro, sono cresciute componenti identitarie e comunitarie decisamente conservatrici (anche nel tradizionale senso politico) (CREMASCHI, 2008, p. 51).

Em verdade, ao notarmos as últimas palavras do autor poderíamos nos questionar se há um processo de encerramento em si de determinados grupos, de determinadas lutas. Porém, cabe-nos perceber como e de que forma as possibilidades de conquista de direitos, especialmente no caso do movimento LGBT ocorrem hodiernamente.

Ou como nos sugere Michel Maffesoli, estaríamos diante de um neotribalismo?:

Podemos dizer que no seio de uma massa multiforme existe uma multiplicidade de microgrupos que escapam às diversas predições ou injunções de identidade habitualmente formuladas pelos analistas sociais. O fato é que a existência dessas tribos é flagrante. A existência de suas culturas não é menos real (MAFFESOLI, 2010, p. 245).

Portanto, não deve causar pânico um certo enquadramento, ou melhor, um tipo de identificação de próximos. Isto faz parte do processo. Um processo que envolve pertença, identidade, partilha e reconhecimento.

Tal reconhecimento é fundamental para a formação de um grupo. Como bem aponta Paul Ricoeur (2006, p. 12):

Para expresarlo en una palabra, la dinámica que pone en movimiento la investigación consiste en invertir, en el plano mismo de la gramática del verbo *reconocer*, su uso en la voz activa a su empleo en la voz pasiva: reconozco activamente algo, a personas, a mí mismo, pido ser reconocido por los otros.

Quando refletimos especialmente sobre questões LGBTs, a formação de um grupo, ou de coletivos (que implicarão num movimento), são consequências possíveis daquilo que Howard Becker (2009, p. 48) chamou de *grupos desviantes organizados*:

Membros de grupos desviantes organizados têm, claro, algo em comum: o desvio. Ele lhes dá um sentimento de destino comum, de estar no mesmo barco. A partir desse sentimento de destino comum, da necessidade de enfrentar os mesmo problemas, desenvolve-se uma cultura desviante: um conjunto de perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele e um conjunto de atividades rotineiras baseadas nessas perspectivas. O pertencimento a um grupo desse tipo solidifica a identidade desviante.

Mas para que haja a formação de um grupo, há de haver também a identificação com esse grupo. No caso da homossexualidade, nas palavras de Tomàs (2010, p. 34): *El proceso de construcción de la identidad homosexual supone para la persona la aceptación, de manera*

gradual, de la etiqueta de «homosexual» «lesbiana» aplicada al *yo*.

Tal situação é bastante complexa, pois ela delimita substancialmente as formas de auto-expressão, elegendo uma como a primordial, como bem aponta Anthony Appiah (1998, p. 179):

A política do reconhecimento exige que a nossa cor de pele, o nosso corpo sexual, seja reconhecido politicamente de maneira difícil para aqueles que querem tratar a sua pele e o seu corpo sexual como dimensões pessoais do eu. E pessoal não significa secreto, mas não apertadamente manuscrito.

Assumir-se para vir a público lutar por direitos, à medida em que isso significa ostentar algo que é percebido pela sociedade de modo tão pejorativo não é fácil e isto ocorre comumente no movimento LGBT na generalidade e não foi exceção nos movimentos do Estado Espanhol:

En el colectivo homosexual generará fenómenos de *desidentificación* respecto de la identidad homosexual y un grado menor de *visibilización* de colectivo. Serán pocas las personas que van a querer hacer pública su condición de homosexuales por la estigmatización sobreañadida que suponía ser percibido como *enfermo* sospechoso de ser portador de una enfermedad incurable y contagiosa. (TOMÁS, 2010, p. 88).

Mas esta não é uma situação duradoura. Com os poucos (mas eficientes) ativistas e com a mudança nas práticas e nos costumes, a sociedade passou por novos momentos que permitiram uma explosão de ativismo que buscasse resultados e a lista de reivindicações se ampliasse:

La politización de estas experiencias de menosprecio ha tratado de poner en evidencia precisamente el déficit de reconocimiento. Su articulación por parte del movimiento permitió la construcción y percepción subjetiva de agravios, la demanda de responsabilidades públicas en este ámbito y la difusión de creencias colectivas acerca de la existencia de una injusticia que afectaba al grupo, de lo cual ha dependido la legitimidad de las reivindicaciones y buena parte de su potencial de movilización colectiva (TOMÁS, 2010, p. 41).

Tais práticas movimentalistas sempre soaram como irrealizáveis em países tradicionais e fortemente católicos como Espanha e Portugal, porém, o trabalho dos ativistas e a pertença destes países a órgãos supra-

nacionais, como a União Europeia (EU), colocou portugueses e espanhóis em contato com novas realidades e que propiciaram novas práticas e novas reações a essas práticas:

Por outro lado, não obstante a forte tradição conservadora mantida pelas instituições sociais dominantes, Portugal insere-se numa região política supra-nacional caracterizada por uma crescente harmonização interna no que respeita aos princípios da democracia e dos direitos humanos. Nessa linha, o país tende a aproximar-se dos padrões culturais, políticos económicos e sociais que vigoram nos restantes países da Europa, inclusive por via dos tratados, directivas e recomendações formulados pelas diversas instituições europeias (SANTOS, A., 2004, p. 145).

Olhando à distância, a União Europeia é resultado final de acordo de livre-comércio entre os países da Europa Ocidental, que ao longo dos anos agregou países do centro do continente e que conseguiu com isso quase chegar a uma confederação:

A União Europeia é uma entidade de direito público que congrega os povos e estados-nações do continente europeu que por livre vontade se uniram e com os quais partilha a soberania. A União, em conjunto com os estados membros, firma a paz e a segurança no seu espaço próprio e visa contribuir para a paz, segurança e bom entendimento entre os povos em todo o mundo; é organizada por um Estado democrático e é constituída por uma sociedade assente na dignidade humana e nos direitos conexos do homem e do cidadão (GODINHO, 2010, p. 104).

Portugal e Espanha são países que há quase 30 anos estão intrinsecamente relacionados a esses processos e a esses ideais. Dentro do período de um decênio após a agonia de suas ditaduras, estes países foram aceitos como membros plenos da UE. Para além das implicações económicas e sociais, tal fato cria dispositivos que exigem o cumprimento de regras de toda a união em cada país. Tal fato é extremamente relevante para compreendermos os movimentos LGBTs em cada um dos países.

No plano legal, há três grandes marcos jurídicos que passam a ser apontados pelos académicos como os mais relevantes para o movimento LGBT:

No que respeita à legislação de direitos humanos LGBT existente no âmbito da UE, destacam-se três documentos. Em primeiro lugar, o Tratado de Amsterdão, datado de 1997, e que permite à UE a adopção de medidas visando o combate à discriminação de pessoas LGBT. Em segundo lugar, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia óque proíbe a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género-, assinada durante a Conferência de Nice, em Dezembro de 2000, por 15 Estados-membros. [í] Por fim, ainda em 2000, a denominada Directiva de Emprego estabelece normas precisas para banir a discriminação LGBT, exercida forma directa e indirecta no local de trabalho, orbigando a todos os Estados-membros, no prazo máximo de três anos, a adoptar legislação no sentido de proibir a discriminação também com base na orientação sexual ou identidade de género (SANTOS, A., 2005, p. 71).

Ora, tais documentos serão, desde fins da década de 1990, referenciados para que haja alteração legal local. Se há medidas unitárias que prevejam o combate à discriminação, nada mais lógico do que efetivar, em cada país, tal tratado que é ao mesmo tempo internacional, mas também nacional, pois obriga os membros da união a obedecê-los.

Porém, há ainda um documento anterior a estes três que já recomendava o fim da interposição de obstáculos à igualdade de direitos sexuais:

El Parlamento Europeo aprobó en 1994 una histórica resolución sobre la igualdad de derechos homosexuales y lesbianas (8/2/1994) óbasándose en el informe Roth- instando a la Comisión de la Unión Europea a recomendar a los Estados miembros la eliminación de òla prohibición de contraer matrimonio o de acceder a regímenes jurídicos equivalentes a las parejas de lesbianas o de homosexualesö, poniendo así fin òa toda restricción de los derechos a ser padres, a adoptar o a criar niños (TOMÁS, 2010, p. 181).

À esteira destes documentos é que o movimento LGBT de Portugal e Espanha saberão tirar proveito e efetivar suas conquistas locais. O local aqui, não aparece como mero decalque da união em si. As

legislações dos dois maiores países ibéricos careciam também de alterações profundas e estas poderiam ser fortemente incentivadas pelos movimentos LGBTs.

Ainda sobre as diretivas da União Europeia pode se dizer que:

Dans l'état actuel du droit européen, les gays et les lesbiennes trouvent une tutelle juridique efficace à titre individuel, mais lorsqu'il s'agit de les protéger en tant que membres d'un couple ou comme constituant une famille, les mécanismes de sauvegarde sont extrêmement limités. Le mariage et la filiation demeurent des espaces juridiques réservés aux unions hétérosexuelles. L'évolution de la jurisprudence de la CEDH a toujours été, en matière d'homosexualité, étroitement liée à l'avancement des différents systèmes juridiques nationaux (BORRILLO, 2010, p. 109).

Portanto, por mais que altas instâncias europeias pudessem ser acionadas, e de fato o foram, elas serviriam como salvaguardas, mas sempre de modo efêmero, ou melhor, de um modo não tão seguro como se houvesse uma legislação local.

Com isso, o movimento LGBT português soube capitalizar em seu favor um caso ocorrido no final dos anos 1990, envolvendo um pai que buscava seus direitos frente ao Estado Português:

[1] reporta-se a Novembro/Dezembro de 1998, época em que o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos aceitou o caso *Mouta versus Portugal*, apresentado por um pai homossexual contra o Estado português. A gênese deste caso remonta a 1994 quando João Salgueiro da Mota, um pai em litígio com a ex-mulher pela custódia legal da filha de ambos, viu a sua causa ganha quando o Tribunal da Família, conhecendo a orientação sexual do litigante, lhe concedeu a guarda da filha menor. Tal decisão, inédita na justiça portuguesa, parecia revelar novas possibilidades da aplicação da lei e do direito. Porém, após o recurso da mãe para o Tribunal da Relação de Lisboa, em 1996, a decisão do Tribunal da Família foi expressamente revogada pela homossexualidade assumida pelo progenitor (SANTOS, A., 2004, p. 145).

Tal litígio deu visibilidade ao movimento LGBT português e às suas reivindicações, especialmente quando o pai viu sua reivindicação

expressamente apoiada pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e Portugal teve de se retratar.

Em Espanha, o movimento LGBT local viu-se às voltas com o próprio processo de mobilização e com as dificuldades de unir em torno de um mesmo objetivo pessoas e reivindicações mais ou menos díspares:

En nuestro país, la tendencia organizativa que a seguido el movimiento en defensa de los derechos de las personas homosexuales ha sido de asumir, y hacer converger a lo largo del tiempo, la defensa de gays, lesbianas, transexuales y bisexuales en un único movimiento con diferentes sensibilidades (TOMÀS, 2010, p. 30).

Tal feito, visto de longe, parece fácil, porém quando percebido que o movimento LGBT está longe de formar um todo unido há de se reconhecer que quando há uma união mais duradoura entre as partes que o formam a possibilidade de assegurar conquistas é maior:

Los colectivos y asociaciones han permitido el desarrollo de relaciones de socialización entre iguales; una resocialización subcultural de sus miembros; la inscripción del individuo en un círculo de reconocimiento; y su inserción comprometida en contextos de micromovilización. A lo largo del tiempo, estas organizaciones han permitido el establecimiento de relaciones de socialización y complicidad entre personas que se han identificado mutuamente en la vivencia de experiencias singulares de su evolución personal (TOMÀS, 2010, p. 36).

As dificuldades para reunir o movimento em torno de uma bandeira unificada são várias. Uma delas refere-se precisamente às reivindicações. Nem sempre todos LGBTs buscam o mesmo objetivo.

Para compreendermos este fenômeno, recorremos a Eribon, que pode ser aplicado ao movimento LGBT na generalidade:

C'est pourquoi, pour ma part, je me refuse à choisir entre les homosexuels qui demandent le droit au mariage et ceux qui demandent le droit à la différence et à la marginalité. Les gays et les lesbiennes aujourd'hui doivent demander à la fois l'égalité juridique et sociale et le droit de vivre comme ils le désirent. Il faut se battre en même temps pour l'indifférence du droit à l'égard de ce que sont les individus et pour le droit à la

différence dans le modes de vie. En effet, si le droit ne doit pas faire de différence entre les individus, ce n'est pas parce que tous les individus sont identiques mais au contraire parce qu'ils sont différents et qu'il faut protéger ces différences (ERIBON, 2000, p. 36).

Percebe-se que o movimento LGBT português é um movimento tardio frente a outros países europeus. Isso ocorre devido a uma série de fatores, especialmente o conservadorismo da sociedade local e também ao baixo índice de associativismo. Porém, com o advento da AIDS (no plano local chamado de SIDA), a pecha pejorativa é transformada em elemento que serviria para práticas movimentalista e, a partir disso, há o surgimento de um movimento LGBT efetivo:

Nesta medida, a sociogênese do associativismo GLBT confirma a situação de semiperiferia da formação social portuguesa. É esta situação que explica que só a partir da segunda metade da década de 1990 o associativismo GLBT português adquira expressão idêntica aos seus congêneres europeus e norte-americanos, traduzida em organizações com representatividade no seio da própria comunidade, visibilidade social e mediática, credibilidade e capacidade de pressão sobre os organismos político-partidários e as instituições do Estado, e enfim, uma agenda política própria (CASCAIS, 2006, p. 125).

O movimento LGBT espanhol não é tão tardio como o homólogo português. O atual modelo movimentalista de Espanha surge nos anos 1980 e tem suas origens ligadas ao fim da ditadura franquista, ao fim da chamada *“Ley de Peligrosidad Social”* - que punia fortemente práticas homossexuais e à legalização de associações LGBTs e na luta contra a AIDS (VERGEL, 2005).

O feito mais notável até a atualidade deste movimento, ocorreu no mês de outubro de 2004:

El viernes 1 de octubre de 2004 se produce un acontecimiento especialmente relevante en la historia de España y, sobre todo, en la historia de la reivindicación homosexual en nuestro país. El ejecutivo del PSOE aprueba el anteproyecto de reforma del Código Civil que permite el matrimonio a personas del mismo sexo. Básicamente se reformula el artículo 44, que queda de la siguiente manera: *“La identidad de*

sexos de ambos contrayentes no impide la celebración del matrimonio ni sus efectos. Se reforma también el artículo 66. Donde antes decía "el marido y la mujer son iguales en derechos y deberes". En el artículo 67, donde se decía "el marido y la mujer deben repetirse", ahora se dice "los cónyuges deben repetirse". Asimismo, el artículo 175 recoge la figura de la adopción y queda descrito de la siguiente forma: "Fuera de la adopción por ambos cónyuges, nadie puede ser adoptado por más de una persona" (VERGEL, 2005, p. 235).

É tal fato que coloca Espanha em posto central no que se refere aos movimentos LGBTs globais, ou melhor, é ainda este fato que a mantém como país onde a legislação pró-LGBT é a mais avançada. Ao contrário de outros países que aprovaram uniões civis, Espanha, com essa alteração legal, reconhece como "matrimônio" a união legal de duas pessoas.

Em Portugal, por mais que haja desde o ano de 2010 o reconhecimento como "matrimônio" de pessoas do mesmo sexo, o processo ocorreu de modo diferente do caso espanhol. Houve, para tanto a criação de uma lei permitindo o casamento, não uma alteração do que já havia, como no caso espanhol.

Evidentemente, em qualquer um dos países, setores conservadores viram-se alvoraçados e afrontados com as medidas, sempre efetivadas, nos dois lados da fronteira, por governos socialistas.

Mas tais conquistas são precisamente os efeitos de movimentos sociais fortemente organizados e que conseguem, através de suas redes de relações estabelecer o elos necessários para alcançar as mudanças almejadas:

A los movimientos sociales, en general, se les atribuye el haber impulsado múltiples transformaciones en diferentes ámbitos de lo político. En el nivel simbólico, se subrayan los cambios promovidos en los sistemas de valores, en las opiniones y en la formación de nuevas identidades colectivas. En relación con los representantes, su capacidad para hacer emerger nuevos actores políticos, o de generar cambios en la estructura de representación política y en los sistemas de alianzas (TOMÀS, 2010, 291).

Sempre a referência à Europa realizada pelos movimentos LGBTs, a Europa dos direitos LGBTs, foi figura quase que mítica

mobilizada para se atingir os objetivos. Isto tudo não implica apenas na recolha de vitórias locais, mas também de muita crítica:

«Ahora toca Europa es la idea más genial que se les ha ocurrido a los colectivos gays: esto significa que en nuestro país ya no hay nada que hacer, ya no hay nada que exigir, ya no hay agresiones, ya no hay homofobia en la sociedad ni en el Parlamento, ni en la Iglesia, no hay discriminación laboral, familiar, social, no hay educación heterosexista ni *bulling* en los colegios a los niños marikitas, no hay SIDA en las cárceles, no hay homosexuales excluidos en el ejército, no hay cuotas de gays mediáticos en los partidos, vivimos en Disgayland, donde todo son divertidas atracciones y ni un sufoco. Y ahora queremos montar una Disgayland en cada rincón de Europa. Mientras, fuera del parque quedan todas las maricas y lesbianas que no tienen dinero para pagar la entrada, o que no quieren entrar al parque porque a la salida vuelven al mundo real, a la España Real (VIDARTE, 2007, p.22).

A crítica de Vidarte ao movimento LGBT de Espanha não se faz isolada de outras críticas sobre o comportamento de alguns outros setores LGBTs. Tais conquistas espanholas, que de algum modo foram inspiradas no restante do continente, deixaria de ófora da festaõ muitas pessoas que permaneceriam, de algum modo, excluídas:

El movimiento LGTB no es ninguna oenegé nacida del seno capitalista que abre sus brazos a los miserables del planeta para, desde un estatus privilegiado, consolidar una situación injusta de hecho y reforzar el sistema con una militancia de aires revolucionarios y solidarios pero absolutamente servil en sus planteamientos de fondo. Por no cuestionarse realmente qué solidaridad quiere poner en juego y si el valor mismo de Solidaridad no es una trampa ideológica que conduce directamente de los sindicatos obreros de Gdansk al Papa, pasando por Lech Walesa y los gemelos fascistas, una asimiliación devoradora por parte de la derecha de todos los valores revolucionarios para neutralizarlos y reconducirlos a su redil (VIDARTE, 2007, p.152).

O fato de ter alcançado status, conquistado direitos e ter sido reconhecido mundialmente gerou um novo modo de agir que é polêmico

para muitos analistas, implicando numa espécie de òheterossexualizaçãõ:

Les homosexuels espagnols apparaissent également comme de nouveaux riches. La classique òfolleö espagnole s'est transformée en gai respectable. Mais, comme tous les nouveaux riches, les homosexuels espagnols essayent de dissimuler leur passé et de reproduire les styles de vie quotidiens des groupes sociaux hégémoniques. C'est dans ce contexte qu'il faut comprendre l'histoire politique de l'hétérosexualisation des homosexuels en Espagne, dont l'expression la plus évidente est la renonciation des pères et mères gais et lesbiennes à leur droit d'éduquer leur fils et filles comme des gais et des lesbiennes (GUASCH, 2010, p. 51).

Diante de situações como esta, percebe-se que a crítica se faz pelo *aburguesamento* das relações homossexuais. Pela valorização de categorias sociais plenas de significado como casamento e família. Haveria a perda substancial do caráter òrevolucionárioö do movimento LGBT.

Porém, tais reivindicações, independentemente de seu resultado final, podem ser entendidas como reivindicações legítimas, não apenas em Espanha, mas na generalidade dos países:

Mais c'est important aussi symboliquement, parce que c'est une bataille pour l'égalité des droits et surtout pour le droit des homosexuels de vivre librement, comme ils l'entendent. Cela étant dit, il faut bien voir que cette bataille autour de la question du couple n'est qu'un aspect de la lutte contre les discriminations. C'est pourquoi il faut demander au gouvernement et aux partis politiques de s'engager à défendre les droits des homosexuels d'une manière plus générale. C'est important pour la France, bien sûr, mais c'est important surtout pour certains pays où la situation des homosexuels est bien plus difficile (ERIBON, 2000, p. 24).

Trata-se aqui, da conquista absolutamente simbólica de um espaço e de uma série de fatos que poderiam implicar ao menos em igualdade formal e que, de modo geral, sempre foram negados àqueles e àqueles que gostariam de ter uma vida comum com seus pares afetivos. Este talvez seja o grande trunfo do processo de mundialização da

conquista de direitos por parte do movimento LGBT:

En matière de sexualité et d'homosexualité, par exemple, depuis vingt ans, les enjeux se dessinent de plus en plus au niveau international. Mais, à vrai dire, le problème ce n'est pas l'homosexualité, c'est l'homophobie; ce n'est pas la sexualité, c'est plutôt ce que j'appelle la sexophobie (TIN, 2010, p. 67).

A homofobia, a sexofobia e outras fobias do gênero (no duplo sentido do termo!) permanecem de algum modo nas sociedades ocidentais. Não significa que, ao existir codificação de direitos que eles sejam respeitados em suas sociedades. De fato, se há a possibilidade do casamento, casa-se, mas não há garantias plenas do respeito que a imposição jurídica de um direito por séculos negado possa realizar:

Apesar da tolerância que existe nas sociedades modernas, a situação dos homossexuais depende, em larga medida, do modo como são vistos em termos do investimento feito para manter estável e coesa a normatividade da heterossexualidade aplicável a todos (LEVY, 2004, p. 212).

De fato, conquistar direitos mais ou menos iguais, equivalerá em passar a ser também alguém ômais ou menos igualô ao que já há. Contudo, isso não significa uma total assimilação. O movimento LGBT conquista seus direitos por múltiplas vias de expressão. Não se pode acusá-lo gratuitamente de conquistar o que deseja pelos mesmos padrões tradicionais da política. As paradas do orgulho que ocorrem em boa parte dos países do ocidente e que mobilizam milhões de pessoas servem como prova disso:

Je ne crois pas qu'on puisse opposer la fête à la politique. Je crois au contraire que la mobilisation gay et lesbienne a fait éclairer la définition traditionnelle de la politique, comme le mouvement féministe l'avait fait auparavant. Quand des milliers de personnes viennent faire la fête pour affirmer tout simplement qu'elles ont le droit d'être ce qu'elles sont, c'est éminemment politique. Le premier message de la *Lesbian and Gay Pride* est fort simple: nous existons. Et là-dessus se greffent d'autres messages: nous nous battons contre les discriminations donc nous sommes l'objet, nous voulons l'égalité juridique, etc. C'est très politique. Beaucoup plus politique, en tout cas, que les querelles internes aux partis

donc les journaux et la télévision nous parlent
tout les jours (ERIBON, 2000, p. 31).

O fato intensamente interessante aqui envolvido é que a Europa, de um modo geral, chegou a uma espécie de encruzilhada sobre como seguir com um movimento LGBT verdadeiramente contestador. Ou melhor, a noção de verdadeiro acoplado ao contestador é que causa incômodos. A Holanda, por exemplo, considerada como o primeiro país (THERBORN, 2006) a legislar em defesa de LGBTs, especialmente a primeira a apontar para o casamento, passa por uma espécie de crise de valores daquilo que passa a ser chamado de ilusão:

[í] si les Pays-Bas sont en avance sur beaucoup de pays grâce à leur politique (homo)sexuelle, surtout au niveau légal, les progrès réalisés sont contestés et, bien que les personnes homosexuelles soient moins concernées, les lois sur la sexualité deviennent plus restrictives. La situation sociale est par conséquent ambiguë. Les homosexuels peuvent sortir du placard à condition de se conformer aux normes de la société. Malgré quelques avancées, les Néerlandais ne sont donc jamais sortis de leur puritanisme traditionnel, qui n'a permis qu'une tolérance pour certaines expressions sexuelles comme l'homosexualité. Comme l'affirment certains libres, la révolution sexuelle n'a pas eu lieu. Les Néerlandais, qui sont si fiers de leurs libertés sexuelles, ne réalisent pas suffisamment qu'ils croient à une illusion (HEKMA, 2010, p. 85).

Há, como pano de fundo (não tão fundo) destas análises, uma espécie de tristeza quando no limite da chegada. Olhando a distância, nota-se que ainda há muito a se conquistar, e isto não apenas em termos globais, mas mesmo naquela Europa que já se anuncia fatigada e desiludida.

Em França, o debate sobre a homoparentalidade continua aceso (GROSS, 2010). Na Suíça, por mais que ainda sejam interditos a adoção e a procriação assistida, a população aprovou em referendo o direito a união de pessoas do mesmo sexo (ROCA I ESCODA, 2010). Já na Bélgica, passa-se a questionar se há algum fundamento em manter categorias como homossexual e heterossexual em termos jurídicos, à medida em que passa a haver cada vez mais um elevado grau de igualdade de direitos e, conseqüentemente, menor oposição (HERBRAND; PATERNOTTE, 2010).

No caso português, tão notável quanto o espanhol, são inegáveis as influências oriundas do exterior no discurso LGBT local. Porém, há sempre espaço para a originalidade intrínseca a cada local:

De facto, o discurso global dos direitos humanos assume contornos específicos quando reapropriado pelo movimento LGBT português, responsável pela sua utilização estratégica e selectiva, confirmando deste modo os contornos de um globalismo localizado (SANTOS, A., 2005, p. 160).

Assumir localmente um discurso e tentar implementá-lo em seu país pode ser percebido para além de um mero simulacro. Neste caso, onde sabe-se da existência de secular homofobia e sexismo, por que não enfrentá-los com as armas, antídotos ou quaisquer elementos que possam resultar em sua eliminação ou, ao menos, em considerável diminuição?

Para além do próprio caso de tornar-se bem sucedido, tanto o movimento LGBT espanhol, como também o português, tais movimentos passam pelo enfrentamento próximo que é o próprio esmaecimento de seu colorido tão chocante e afrontoso para tons róseos e pastéis. Sobreviver ao novo colorido é que torna-se tarefa não necessariamente nova, mas renovada.

4 O SEMEADOR E O LADRILHADOR

Espanha e Portugal são as referências primeiras, as mais próximas alusões quando tratamos sobre a colonização da América do Sul. Ainda àqueles que passaram pelos bancos das escolas fundamentais no último quartil do século XX é tranquila a repetição de sentenças como ãa América foi descoberta por Cristovão Colombo em 1492 e o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral em 1500.

A educação formal, a qual nos submetemos, já não é a mesma. Não apenas porque não privilegia a repetição de fórmulas, mas especialmente porque transforma as antigas fórmulas. Se num passado próximo aprendíamos algo como ãa América, hoje somos estimulados a dizer ãas Américas. Isto é significativo, pois por anos a fio o Brasil percebeu-se como um país ãamericano. O termo ãlatino-americano, ao qual tenta-se filiar o Brasil como país e os brasileiros como povo, soa incômodo e de aprendizado recente.

Uma ideia de ãAmérica Latina surge com um propósito francês (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011) de aproximação aos países de tradição colonial luso-espanhola durante o século XIX em detrimento da menor partilha cultural que haveria por parte dos ingleses. Como a imensa maioria dos países ao sul dos Estados Unidos eram ãhispanoablantes e o Brasil lusófono, logo partilhávamos uma certa tradição ãlatina com a França. Todos falavam línguas românicas, ou neolatinas. Todos partilhavam uma tradição católica e, em ampla medida, todos percebiam nos ingleses e, por extensão, nas suas colônias, diferenciações bastante claras.

Quando da descoberta das ãAméricas, levou-se tempo para nomear esta nova porção de terras como ãAmérica. Os primeiros escritos que fazem referência aos termos são de mapas que retratavam o atual nordeste brasileiro e lá figurava ãTerras de América. Isto não ocorria ao acaso, afinal, boa parte do atual litoral brasileiro foi ãdescoberto pelo navegador Américo Vesúcio.

Contudo, aquilo que verificou-se tratar de um continente e não de uma extensão das Índias, não deixou de sentir que seu ãverdadeiro descobridor, Cristóvão Colombo, fosse homenageado nomeando estados, países por todo o continente.

O termo ãamericano foi apropriado, de modo singular, pelas ex-colônias britânicas das porções setentrionais do continente. Nomearam-se a si como ãEstados Unidos da América, cujo gentílico é ãamericano. Ao sul de suas terras, o termo ãlatino assentou, pois

aqueles países guardam tradições culturais fortemente relacionadas aos países da Europa Latina, nomeadamente Portugal e Espanha.

O Brasil apresentou dificuldades em se perceber ôlatino-americanoö, e seria errôneo julgar isso como uma recusa a reconhecer-se como parte do universo latino, mas ao contrário, sempre percebeu-se como membro do universo maior, neste caso, partícipe de um ôcontinente americanoö.

Identificar-se como ôamericanoö, ôlatino-americanoö ou mesmo apenas ôlatinoö é um aspecto a mais num universo mais amplo. A própria noção de brasileiro é algo que estudiosos questionam há dezenas de anos. Basta, para tanto, nos centrarmos no termo ôpaísö. Se recorrermos aos escritos do Brasil do século XVIII perceberemos facilmente que a noção de ôpaísö referia-se ao ôlugarö apontado. Nesta época, nos escritos de Pedro Taques de Almeida (1980), aquela que hoje é a cidade de São Paulo é tomada como ôpaísö. Isto é muito particular às línguas neolatinas e se tomarmos emprestado do italiano o vocábulo *paese*, perceberemos que pode ser sinônimo de estado-nação, mas é, via de regra, sinônimo para o lugar onde se nasceu, onde se vive.

Disso, talvez resulte alguns aspectos interessantes a se analisar. É corrente que o sul do Brasil passou por uma influência menor do colonizador lusitano do que aquilo que ocorrera nas porções mais setentrionais do nosso país.

Dizer-se de origem portuguesa não é o melhor referencial a quem vive em porções amplamente colonizadas por alemães, italianos ou eslavos em geral. E isto, percebe-se especialmente no sul do Brasil. É queixa comum dos brasileiros meridionais a identificação menos clara com o restante do país. Contudo, ao invés disso ser percebido como consequência ônaturalö das proporções territoriais brasileiras, muitas vezes o é pela menor influência do colonizador português nos estados paranaense, catarinense e gaúcho.

Coincidentemente, estes três estados guardam para si a característica única de serem a fronteira do Brasil diante de sua maior vizinha: a Argentina.

Argentina e Brasil protagonizam no cenário sul-americano desde antes de existirem como nações independentes. Tal protagonismo não ocorre gratuitamente. Ambos os países são herdeiros de uma certa rivalidade quase milenar entre seus colonizadores, neste caso, Espanha e Portugal.

Ao deslocarmos nosso olhar para a cercania, podemos alçar voos mais amplos e distantes e tentar compreender Espanha e Portugal

historicamente a fim de entendermos o presente político da Península Ibérica e, talvez, aprendermos um pouco sobre como nós brasileiros somos o que somos já que seríamos destinados a ser um oímenso Portugalõ⁶.

Portugal é considerado o primeiro país unificado da Europa e isso não conta com apenas 150 anos, como é o caso de Alemanha e Itália, por exemplo. Portugal unificou-se a quase 900 anos num contexto que envolvia a partilha do poder sobre o que restava de terras cristãs ao norte da Península Ibérica nos anos 1100.

Àquela altura, quase a totalidade da Península estava sob domínio islâmico. Após a ascensão islâmica do século VII, houve uma rápida expansão da religião e do território que ela abrangia. Tal expansão, em cerca de 200 anos prolongava-se da Índia à Portugal, passando por todo o norte da África, Orientes Próximo e Médio, chegando ao centro e ao sul da Ásia.

Depois de uma breve manutenção da totalidade da Ibéria, os Reinos Islâmicos perdem o extremo norte do território e os cristãos iniciam uma aventura pela recuperação do território que levará mais de 500 anos.

Nosso objetivo aqui não é recriar uma história da Península Ibérica, muito menos as histórias de Portugal e Espanha⁷. Porém, torna-se necessário apresentarmos breves esboços sobre tal construção para que possamos entender como ocorre a criação e adensamento das identidades portuguesas e espanholas, pois talvez, de algum modo, a riqueza na sucessão de acontecimentos seculares deste quadrante do globo possa explicar parte sensível de atualidade.

Nos primeiros séculos da retomada, a qual nos referimos, havia um Condado que pertencia ao Reino de Leão, chamava-se Condado Portucalense. Por questões quase hamletianas, o herdeiro do Condado, Afonso Henriques de Borgonha, revolta-se contra sua mãe, Dona Teresa, e contra o rei de Leão. Ao fazê-lo, Afonso Henriques torna-se um forada-lei e é perseguido. Tal revolta deixa de ser apenas uma querela familiar e ganha contornos heroicos ao implicar na independência do Condado Portucalense. Ao tornar-se independente, o Condado passa a

6 Conforme mencionado na canção õFado Tropicalõ de Chico Buarque.

7 Para saber mais sobre a História dos dois países sugere-se a consulta a obra õEspanha e Portugal: Histórias e Cultura da Península Ibéricaõ (VINCENT; STRANDLING, 1997).

chamar-se Portugal.

Portugal, tornou-se independente de Espanha, lutou contra os Reinos Islâmicos e, em menos de 200 anos após a independência já contava com o contorno geográfico que possui atualmente, excetuando-se a cidade de Olivença, a qual será perdida aos espanhóis nos anos 1800 (MATTOSO, 2008).

Espanha, por seu turno, é a herdeira direta do Reino Visigótico que estabeleceu-se na Península Ibérica ao fim do Império Romano. Os visigodos, eram parte das levas de etnias que cruzavam os antigos limites do Império e ocuparam vastos territórios, sendo que este fato é um dos elementos considerados cruciais para o fim do Império Romano (VALDEÓN; PÉREZ; JULIÁ, 2010).

O Reino Visigótico, ou Visigodo, durou do fim do Império Romano até ser destruído pelo novo ator em cena, o Império Islâmico.

Refere-se a Império Islâmico a expansão levada à cabo pela dinastia Omíada, cuja base era a Síria atual. Os Omíadas são, portanto, aqueles que conquistam a Pensínsula Ibérica, mas não serão os únicos muçulmanos a mantê-la. Por volta de 750 é criado o Emirado de Córdoba pela dinastia Abássida. Dinastia essa que toma o poder dos Omíadas em grande parte do Império Islâmico, mas que por séculos vai partilhar com este a Ibéria (ARRUDA; PILETTI, 1996).

O Reino Visigótico havia acabado, porém, havia permanecido um remanescente que passa a ser chamado de Reino das Astúrias. É de lá, das Astúrias, norte da atual Espanha, que partem os reconquistadores cristãos para o sul da Península.

Aos poucos, percebe-se que não apenas o conquistar muçulmano guarda em seu seio divisões. Os cristãos também são profundamente díspares em seus objetivos, o que ocasiona uma profusão de estados cristãos independentes. Para além de Leão, reino ao qual já nos referimos, havia também Castela, Navarra e Aragão. De Leão origina-se Portugal e será o único de todos a manter-se, já que em 1469 todos os demais reinos unem-se sob Isabel e Fernando, os *católicos*.

É importante notarmos que o católico, desde então, é um epíteto exclusivo dos reis de Espanha, e isso trará consequências modernas ao nosso objeto de estudo.

Mas em 1492 é que ocorre a unificação aos moldes da moderna Espanha. Isabel e Fernando ocupam Granada e o último baluarte islâmico cai no oeste europeu. Para além disso, a fim de evitar disputas futuras, os reis espanhóis recorreram ao também espanhol papa Alexandre VI para que este negociasse um tratado com Portugal. O

tratado foi celebrado na cidade de Tordesilhas e dividiu todo o território que viesse a ser conhecido entre as duas nações. Era um tratado ambicioso e que jamais foi respeitado pelos celebrantes, muito menos pelas outras nações não contempladas no acordo.

Portugal, em 1500, oficialmente chega à costa brasileira. Não vem com um propósito de desbravar o interior, mas de assegurar o litoral. Assegurando o litoral, Portugal conseguia controlar aquilo que lhe era possível, já que contava com a mais desenvolvida marinha da época. Contava, porém, com pouca população e um ávido interesse pela Índias.

Às Índias Portugal fincou bandeira em 1498 e de lá tornou-se, por um quarto de século, a maior potência global. Afinal, transportar as famosas especiarias desde a Índia não apenas enriqueceria os transportadores que chegavam a lucrar mais de 1.000 por cento com as viagens, mas resultaria em levar à Europa informações sobre outros povos e outras histórias, o mesmo que Espanha já fazia de forma incisiva relativamente às Américas.

Enquanto Espanha aumentava paulatinamente seus domínios americanos ao longo do século XVI, Portugal definhava na mesma proporção. Com um território bastante pequeno, população escassa, trabalho sendo relegado a escravos (HOLANDA, 1995) e boa parte das economias vertidas a banqueiros estrangeiros e à Igreja, tornava-se impossível a manutenção de um império.

O cenário acima exposto é o pano de fundo para a criação da obra *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões. O autor narra a epopeia lusitana na conquista do mundo. Trata-se de uma rivalidade dos deuses levada a proporções trágicas a fim de revelar o destino português. Contudo, Camões sabia os tempos em que vivia e exortava seus patriotas a animarem-se e mudarem suas condutas, antevendo a ruína que adviria.

A ruína não era apenas o ocaso de um império nascente, mas também a realidade brutal com a qual eram tratados os portugueses que não faziam parte das camadas mais abastadas, neste caso, a imensa maioria.

Se judeu, se muçulmano (chamado à época mouro), se protestante ou se qualquer outra sorte de heresia fosse impetrada a alguém, isto era suficiente para que o acusado fosse a julgamento e, com relativa facilidade, fosse condenado à fogueira pela Santa Inquisição.

A Inquisição era uma instituição da Igreja Católica já centenária à época de Camões, ganhando imensa robustez como política da Contra-reforma. Se Lutero havia proposto a Reforma, o Concílio de Trento

aplicou a Contra-reforma. Um dos instrumentos desta última era justamente a Inquisição.

Não era necessário muito para alguém ser considerado um cristão-novo (judeu convertido) e ser levado à fogueira. Claro está que todos os bens da vítima eram tomados pelo estado e a proposta, quando efetivamente levada a cabo, implicava em destruir a casa do acusado e jogar sal no terreno.

No início do século XVI, tornou-se célebre um evento em Lisboa. Durante a missa, alguém alegou ter visto a imagem de Jesus Cristo no altar e a congregação entrou em polvorosa. Entretanto, alguém que também estava na celebração disse tratar-se de um engano, pois nada mais era do que o reflexo da luz do sol que entrara pela janela e fazia reluzir as peças do altar. Calhou que o senhor que fez tal observação fora um cristão recentemente convertido. Tal comentário bastou para que ele fosse linchado e que houvesse um verdadeiro morticínio de cristãos-novos e judeus por toda Portugal.

Práticas homossexuais também contavam com punição mortal pela Inquisição. Nalguns casos, quando o acusado contava com bons apadrinhamentos ele poderia desfrutar da sorte de ter a pena comutada para degredo ao Brasil. Aqui, ele poderia vir a ter nova vida ou incorrer nos mesmos delitos (MOTT, 2003; TREVISAN, 2000).

O fervor religioso em Portugal abarcava todas as camadas sociais. A nobreza e a realeza eram fortes propagadoras do credo cristão. Mais que isso, dos valores católicos de então que pregavam a eliminação total do infiel, do herege.

Neste contexto, no final da década de 1570, o rei Sebastião de Portugal, embarca numa aventura especial. Como todas as investidas contra não católicos nessa época contavam com o apoio da Sé de Roma e eram tratadas como õcruzadasõ, Dom Sebastião parte em cruzada contra os mouros no Marrocos.

O rei reúne um exército e parte para a guerra. Perde a guerra e perde a vida. Contudo, como jamais foi encontrado, deu origem ao Sebastianismo, que para aqueles que creem, prega que um dia Dom Sebastião retornará e levará Portugal (e o mundo lusófono para alguns) aos píncaros da glória.

Independentemente do que ocorrerá, o que se sabe é que passado algum tempo, com a morte de Dom Henrique, tio e herdeiro de Dom Sebastião, o rei Filipe II de Espanha reivindica o trono português e o conquista com relativa facilidade.

Apoderar-se de Portugal e de suas possessões não haveria de ser o

feito mais trabalhoso para Filipe. Ele era afeito ao expansionismo e também tomava a si como um predestinado a conquistar o mundo para Cristo. Tomar Portugal, isso implicaria em dominar completamente as Américas. O mesmo ocorria, finalmente, com o riquíssimo Oriente.

Não bastava dominar essa área imensa, já que ele também reinava em boa parcela da Itália, na Holanda e na Bélgica. Era também rei da Inglaterra. Rei Consorte, mas não deixava de ser rei.

Filipe havia se casado nos anos de 1550 com a rainha Maria da Inglaterra. Esta faleceu sem um herdeiro e, ao morrer, deixou o trono nas mãos da irmã Isabel que era protestante. Estava claro mais um forte motivo para que Filipe avançasse sobre a Inglaterra.

A Espanha possuía a maior, a mais moderna e a mais aparelhada marinha da segunda metade do século XVI. A Inglaterra era apenas um reino a mais. Na realidade, tratava-se de um reino menor no tabuleiro político europeu, onde Filipe jogava com tranquilidade.

À Inglaterra restaria a vantagem de estar numa ilha e, portanto, deveria tentar retardar a chegada dos navios que vinham abarrotadas de soldados de Filipe. Estava bastante claro que, se a batalha ocorresse os ingleses seriam presas fáceis. Contudo, houve uma tempestade que, auxiliada pelos pequenos navios ingleses que faziam ataque de corso à marinha espanhola, devastou a ôncrível armada. Os espanhóis nunca mais tentaram invadir a Inglaterra e, desde então, o jogo virou e o poderio inglês é que aumentou e ocupou o espaço que um dia havia sido espanhol.

Portugal, em tal contexto, nada mais era que uma mera província espanhola. Porém, no final da década de 1630, muitos portugueses apoiaram as pretensões da Casa de Bragança para reinar Portugal. Estava declarada a independência (mais uma vez!) de Espanha e, consequentemente, de sua colônia, o Brasil.

Tudo isso não ocorreu sem guerras, ou sem deixar marcas. Uma das consequências foi o estreitamento de laços entre Portugal e Inglaterra, já que Portugal recuperou o território europeu, mas jamais recuperou o território que perdera em ultramar e, também nascia como país endividado.

A Inglaterra poderia ser credora e a ela interessava muito manter na Península um adversário dos seus inimigos espanhóis. É neste contexto que Portugal firma uma aliança com a Inglaterra, considerada a aliança mais antiga da modernidade e que vige até hoje. Nem todos os itens da aliança continuam vigendo, como a não produção de bens manufaturados portugueses em detrimento dos ingleses. Pois decidiu-se

à época que os ingleses comprariam todo o vinho português, desde que Portugal comprasse os produtos ingleses, em especial os têxteis. Não cabe aqui mencionar os efeitos de tal tratado.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, Portugal e Espanha posicionavam-se às vezes como aliados, às vezes como adversários. Porém, o que não mudava, era o papel menor que cabia a cada uma das nações no concerto europeu da época.

Também não mudava a repressão que ambos os estados davam àqueles que pensavam de modo diferente daquilo ditado pelo *status quo*.

No caso espanhol, a Catalunha e a Navarra tentaram a independência, assim como Portugal havia conseguido. Porém, foram malfadados. No caso português, a população era mais homogênea etnicamente, mas o mesmo não se podia dizer em termos de igualdades sociais. Aos diferentes restava tentar viver de um modo diferente daquele de total repressão e aventurar-se no oceano e auxiliar na povoação do Brasil.

Tanto espanhóis quanto portugueses enviavam às suas colônias levas e levas de descontentes ou daqueles que eram tratados como arruaceiros, vagabundos, hereges e incômodos de modo geral. Afinal, era preciso afastar dos olhos tudo aquilo que parecesse diferente do geral. Aquilo que destoasse não cabia no mesmo quadro comum.

Porém, como bem mesmo nos rememora Sérgio Buarque de Holanda, ambas as nações não tratavam do mesmo modo suas colônias. Enquanto que Espanha estimulava que as colônias fossem uma espécie de extensão da metrópole, não é o mesmo que se passa por parte de Portugal. Portugal pontilhava o litoral com pontos de ocupação, com algum tipo de colonização, mas nada que pudesse resultar numa vida autônoma por parte da colônia, dos colonizadores e, muito menos, por parte dos colonizados (HOLANDA, 1995).

Os espanhóis, sob a desculpa da catequização, conseguiam muitas vezes que o habitante das Américas se tornasse dócil e tivesse alguma valia para o trabalho. Caso contrário isso também poderia ser conseguido pela simples escravização. Os portugueses tentaram a mão-de-obra indígena, mas ela revelou-se difícil. Disso resultou alguma escravização indígena ó em especial aquela que os bandeirantes paulistas conseguiam através da pilhagem das reduções jesuíticas espanholas - ou a eliminação plena de muitas tribos da América Portuguesa.

Essa foi a sorte dos indígenas, não partilhada pelos escravos oriundos da África. Daquele continente estima-se que chegaram ao

Brasil óe somente ao Brasil- mais de 5.000.000 de almas que conseguiram sobreviver à desumana travessia do Atlântico Sul. Sob as mais rigorosas condições de falta de higiene e sanidade, as pessoas eram compradas por traficantes portugueses que eram arrancadas dos seus por guerras entre as tribos, guerras estas devidamente estimuladas pelos colonizadores europeus, cabe lembrar (ALENCASTRO, 2000).

Aqui no Brasil, mas na América do Sul na generalidade, a busca por metais preciosos tornou-se uma obsessão desde a descoberta e uma conduta visceral nos séculos XVII e XVIII.

Ao encontrar ouros nas Minas Gerais, mais e mais portugueses afluam ao Brasil, ao ponto de suas reais majestades proibirem a entrada de mais lusos em território brasileiro (HOLANDA, 1995).

Ao encontrar metais preciosos, tudo poderia mudar. Uma nova vida surgiria, a possibilidade de voltar à metrópole e conseguir reconhecimento era clara. Como ainda estavam vigentes as leis medievais, os filhos que não fossem os primeiros estavam sem acesso às terras, logo, aventurar-se nas Américas era uma solução que poderia ser ponderada.

Não apenas a possibilidade de adquirir grandes quantidades de terras, mas a possibilidade de encontrar ouro e diamante no Brasil e muita prata nas colônias espanholas fazia com que luzissem muitos olhos europeus.

Contudo, poderia o sujeito ter milhares de hectares de terras nas Américas e ele poderia ser mais pobre que um pobre na Europa. As dificuldades em extrair da terra o que ela poderia dar eram imensas. Também se considerarmos as distâncias pelo interior tudo isso era muito dificultoso. Num quadro como esses, a atual Florianópolis e antiga Desterro do ano 1770 era muito mais próxima do Rio de Janeiro ou de Buenos Aires do que de Curitiba ou Porto Alegre. As distâncias marítimas eram muito menores que as terrestres (HOBSBAWM, 2009).

Mas o século XVIII, ao findar, trouxe consigo o germe da revolução. Em França, ocorrera no ano de 1789 aquela que viria ser reconhecida como Revolução Francesa. A partir de então, os homens passariam a ser reconhecidos em plena igualdade. Não haveria de haver distinções de nascimento e credo. Todos passavam a ser iguais perante a lei. Bem, este ótodosõ não abrangia totalmente o termo ótodosõ. A Declaração dos Direitos do Homem era bastante clara: Homem!

A Revolução foi suficiente para derrubar cabeças que antes eram ornadas por belas coroas Europa afora e para colocar pais e filhos em zonas opostas, como foi o caso espanhol, em que uma França já sob a

égide de Napoleão colocou o rei Carlos e o príncipe Fernando em guerra. Tudo isso para desestabilizar e conquistar. Era a velha prática romana readequada aos padrões do *corso*.

Em Portugal, a Rainha D. Maria I, após uma série de vicissitudes como a morte do pai, do esposo e do filho predileto, vê no horizonte a ascensão de poderosas forças anti-monárquicas. A soberana enlouquece e seu filho, D. João, é que passa a reger o Reino.

Este movimento foi crucial para a história brasileira e, para além do pitoresco imanente, trata-se de uma sucessão de fatos que tornará a história de ambos os lados do Atlântico riquíssima e única.

Após o início da Revolução Francesa, houve cerca de 10 anos de agitações populares e constante quedas de governos. Neste contexto é que surge a figura salvadora de Napoleão Bonaparte. O jovem militar, nascido na Córsega, galga postos e consegue tornar-se governante dos franceses. Eliminando obstáculos e conseguindo, finalmente, centralizar o poder em torno de sua figura, passa a gerir uma política expansionista e que apontava como inimiga última a Inglaterra.

Os países do continente europeu eram ãconvidadosõ a tornarem-se aliados de França, sob a pena de terem seus territórios invadidos. A peculiaridade aqui é que ser aliado não significava maior segurança, já que, a qualquer momento a disposição do mandatário francês poderia mudar e o aliado tornar-se adversário e ter o território invadido e o rei trocado. Comumente o rei adversário era substituído por alguém da confiança estrita de Napoleão. Na Espanha, seu irmão José tornou-se o monarca. Nos países Baixos, seu irmão Luís, na Suécia o Marechal Bernadotte e, para o Sacro Império Romano-Germânico, o mais importante da Europa da altura, Napoleão concedeu a honra de desposar sua princesa, abrindo mão de seu antigo casamento, e dando o golpe final eliminando juridicamente a figura do ãImperador Germânicoõ (ARRUDA; PILETTI, 1996).

Aliás, é justamente no terreno jurídico que reside a maior contribuição napoleônica. Com a criação do Código Civil Francês, de 1804, eliminou-se naquele país a pena que era destinada a práticas homossexuais. Como os ventos de liberdade, igualdade e fraternidade correrão o mundo, especialmente o ocidente, tal exemplo legal passa a figurar em boa parte dos países que adotam um modelo semelhante legal (SPENCER, 1996).

Em 1800, ainda antes de invadir Espanha, Napoleão provoca a chamada ãGuerra das Laranjasõ, entre Portugal e Espanha. A última não era rival possível de ser abatida pela primeira. Contudo, isso não tornava

Espanha uma adversária à altura de França. Os franceses contavam com um exército maior e mais aparelhado. Porém, neste caso, o que interessava é que houvesse desgaste espanhol e uma õsuaveõ lição aos portugueses, que insistiam em manter-se aliados aos ingleses.

A Guerra das Laranjas foi rápida e um acordo foi selado após Portugal perder a praça de Olivença aos espanhóis. A aliança franco-espanhola não alteraria em nada os planos napoleônicos que em breve destituiria o rei Carlos e colocaria seu irmão no posto.

Tal postura obteve retumbante negativa por parte dos õhispanoablantesõ americanos, que viram-se sem rei e às voltas entre obedecer um rei francês, ou, neste caso, passar a gerenciar seus próprios vice-reinados. Neste contexto há como fim último a independência dos vizinhos brasileiros de Espanha e guerras tanto contra a antiga metrópole como também contra ingleses, franceses e, conseqüentemente, guerras civis.

Portugal, por seu turno, já não pode mais fazer um jogo-duplo com Inglaterra e França. Escolhe sua antiga aliada e segue com a sua família real e a corte ócerca de 15.000 pessoas- para o outro lado do Atlântico e chega ao Rio de Janeiro que, a partir de então, passa a ser a capital do Império Português.

Este fato é único na historiografia ocidental. A fim de manter sua sobrevivência e a colônia mais rica, os portugueses abrem mão do próprio território a fim de assegurar seus mais próspero investimento. Se Portugal optasse pela aliança com França, contaria apenas com a boa vontade de Napoleão para não trocar o rei e, além de tudo, com a óbvia tomada do Brasil por Inglaterra. Diante disso, mais valia assegurar o que era minimamente seguro do que arriscar tudo e manter apenas Portugal em si, lugar de onde não provinha a verdadeira riqueza pela qual o Império era sustentado.

O Brasil e especialmente o Rio de Janeiro são transformados com este ato. Aquilo que antes era proibido, como comércio com estrangeiros, imprensa e escolas superiores, passa a ser característica de uma sede de Império. Um novo olhar, uma nova realidade, uma nova possibilidade de vida passa a ser percebida e desejada.

Neste contexto, Portugal deixa de ser reconhecido como o tradicional Reino de Portugal e Algarve e passa a ser Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Não se tratava apenas de uma simples alteração nominal, e sim, uma alteração de status estabelecida no ano de 1816, agora sob o reinado de D. João VI.

Contudo, Portugal, no início dos anos 1820 passa a exigir a

presença em seu território de seu rei, exigindo-lhe a assinatura da Constituição e D. João VI volta a Portugal. Mas deixa aqui seu primogênito Pedro, que, além de declarar a independência do Brasil, voltaria num futuro próximo a Portugal para defender a Constituição que seria abandonada pelo irmão.

Em Espanha, não houve um rei nas Américas, mas houve períodos de interregno, períodos com três reis num mesmo ano, momentos nos quais uma única coroa circulava por várias testas. O povo, não sabia mais quem era o rei, mas sabia que não queria o invasor estrangeiro em suas terras e passa a organizar-se a fim de defender o território.

O momento era absolutamente novo. Os ventos vindos de França não eram apenas de destruição e desolação. Os mesmos portadores de desgraças como a guerra e a fome ó sempre presentes em guerras e que vitimam especialmente as camadas mais vulneráveis - eram também os portadores de uma nova concepção de mundo. Não havia mais a necessidade de um rei, de um soberano. O povo poderia guiar os rumos da nação e decidir sobre seu futuro, de acordo com os ideais revolucionários franceses.

Diante de um quadro de invasão estrangeira e de acefalia de soberania que ainda não havia experimentado a sensação de ser partilhada, restou aqueles que não tinham condições de fugir e de se abrigar num país estrangeiro de se defender. Os espanhóis organizavam-se em grupos de defesa e realizavam ataques rápidos, mas virulentos. Tais ataques passaram à historiografia como *guerrillas*.

De 1808 a 1818, um curto espaço de apenas 10 anos, Espanha havia perdido a imensa maioria de suas colônias no Novo Mundo. Era de lá que ela extraía sua riqueza. O retorno do rei, agora Fernando VII, era uma tentativa de recuperar o antigo poderio e impedir a independência das colônias.

O Congresso de Viena, do ano de 1814, logo após a abdicação de Napoleão como imperador francês, resultou na chamada *Santa Aliança*, uma união, mesmo que débil, entre os países remanescentes da tempestade francesa. Este acordo previa o restabelecimento da ordem que havia entre as nações antes da Revolução Francesa. Os territórios voltariam a ter a velha configuração, a ter as antigas dinastias reinantes e, sobretudo, haveria o envio de tropas dos países aliados a fim de esmagar qualquer esboço de revoltas intestinas que algum país não desse conta de debelar.

Quanto às colônias, os membros da aliança não reconheceriam

nenhuma das recém-nascidas repúblicas e/ou, no caso brasileiro, império. Eventualmente reconheceria com a aquiescência do antigo colonizador. Havia, inclusive, a promessa de envio de tropas às colônias, se necessário fosse. Fato jamais ocorrido.

O retorno de Fernando VII ao trono espanhol significou a volta de uma Espanha independente, porém, uma Espanha sangrenta, intolerante e altamente conservadora. Ser conservador, mais do que a concepção contemporânea de conservadorismo que ainda abre-se e respeita o diferente (SULLIVAN, 2010), implicava em combater as liberdades apregoadas pelos ideais revolucionários, combater a maçonaria, restabelecer as antigas configurações de força e, de modo especial, reforçar o catolicismo que perdera fôlego durante o processo. É sintomático deste quadro que o último auto de fé, como eram conhecidas as execuções de sentenças de morte pela inquisição tenha ocorrido no século XIX.

Portugal, teve no retorno à Lisboa um rei João VI obediente à constituição liberal, mas de vida curta. Em 1826, o rei morre, apenas dois anos após reconhecer e dar a reconhecer o Brasil como independente. Com este fato, restava saber quem seria o futuro rei. Pedro I do Brasil era o natural herdeiro, porém, como ele já era imperador do Brasil, não havia como sê-lo de Portugal. A solução encontrada foi, desculpem-nos o trocadilho, caseira.

Dom Pedro sugere ao irmão Miguel, que este se case com Maria, filha mais velha de Pedro e que, à altura, contava com sete anos de idade. Num primeiro momento Miguel aceita, já que seria o regente do Reino de Portugal, Rei Consorte, etc. Porém, não tarda para que Miguel perceba que os setores refratários aos pressupostos liberalizantes da Carta Magna eram bastante fortes em Portugal. Ele mesmo nunca assinara a Constituição. Diante disso, não aceita Maria em solo português e declara-se Dom Miguel II de Portugal.

Os países da Santa Aliança dividem-se entre aqueles que apoiam a herdeira legítima e seu pai e aqueles que apoiam o novo rei. Passados cinco longos anos de escaramuças, Dom Pedro abdica do trono brasileiro, volta à Europa e organiza um exército que invadirá Portugal, expulsará Dom Miguel e, agora Dom Pedro IV, consegue, finalmente, entronizar sua filha Dona Maria II em 1834.

Obviamente os fatos transcorreram de maneira bem mais trágica do que pode ser explicitado num simples parágrafo. Guerra civil, fratricidade no significado pleno do vocábulo e que deixou marcas até a atualidade, mas que resultou na realocação dos ideais revolucionários -

agora chamados *liberais* - ao posto de valores norteadores da nação.

O liberalismo do século XIX foi uma corrente política fortemente influenciada pelas obras de John Locke, Adam Smith, Montesquieu, dentre outros que elaboraram suas teorias no final do século XVII ou durante o século XVIII.

Alguns princípios básicos norteavam o liberalismo. A existência de um estado demasiado forte seria algo que mais oprimia e tolhia as possibilidades de desenvolvimento pleno de um ser humano. Agora o homem deveria ser tomado como cidadão e, diante disso, cada indivíduo representava uma decisão, como consequência disso, seria mais que salutar a audição dessa opinião.

Se cada um tem uma opinião e uma decisão, como sabê-la se somos muitos? Basta para isso que, regularmente, os homens reúnam-se e realizem um pleito. A decisão da maioria deve ser acatada, desde que a minoria seja salvaguardada, dentro de um período estabelecido, até que todos voltem e renovem ou mudem sua decisão anterior. Para isso, o antigo modelo grego de democracia serviu de base.

Se o homem não era apenas um homem, mas agora cidadão, logo um estado poderoso e que decidisse tudo sozinho não havia motivação para existir. A figura do absolutismo passa a ser a grande adversária do liberalismo. O poder (ou aquilo que imagina-se dele) não deve estar concentrado numa única pessoa, mas deve ser partilhado.

Como o partilhar a gestão de um estado? A solução montesquiana apresenta como resposta a tripartição dos poderes em executivo, legislativo e judiciário. O primeiro administra e executa, o segundo cria as leis e fiscaliza e o terceiro dissolve querelas e pune aqueles que se portam em desacordo com o estabelecido. Onde está o estabelecido? Num documento chamado Carta Magna, ou Constituição, que deve ser redigido e aprovado por um público eleito e que seja representativo de dada sociedade.

O estado deve existir como uma espécie de regulador das ações. Deve ser um agente que resolva contenciosos entre suas partes e que zele pelas liberdades individuais. Nunca este estado deve dizer ao cidadão qual religião ele deve seguir, se é que deve seguir uma religião, e este cidadão deve ter sempre sua opinião respeitada. Isso não significa que ele terá sua decisão acatada, mas sim respeitada, pois ele tem direito à livre opinião.

Ao ler princípios que nos parecem tão óbvios no século XXI, soam-nos distante que isso tenha sido causa de séculos de discussões e de revoltas. E as principais revoltas e revoluções cujo pano de fundo era o

liberalismo ocorreram justamente no século XIX. Durante os anos 1800 a maioria das revoluções europeias e do lado de cá do Atlântico contavam com reivindicações liberais. Especialmente a década de 1840 que implicou em consideráveis alterações em todo o ocidente dos regimes estatais.

Aquela época ainda levava algum tempo para as notícias chegarem de um continente ao outro, mas já não demorava mais como no passado. Já havia uma forte articulação entre as pessoas e as trocas já eram tão rápidas quanto as embarcações e as recentes estradas de ferro poderiam permitir.

Em Portugal, a subida de Dona Maria II ao trono foi o resultado das Guerras Liberais (VENTURA, 2008). Os portugueses dividiram-se entre o partido dos liberais e dos conservadores. Os últimos queriam o retorno da mão forte do rei, do centralismo, da força da igreja. Enquanto isso, os primeiros preferiam maior flexibilidade, mais direitos aos súditos-cidadãos e maior liberdade de ação. Essa liberdade de ação, obviamente, não se tratava apenas da liberdade de ir e vir e suas consequências primeiras, mas também maior liberdade de mercado, de tráfego e menor cobrança de impostos.

Em Espanha, a queda de Fernando VII e sua substituição pela filha a rainha Isabel II trouxe maior alívio aos liberais, mas isso não significou que eles conseguissem maior força. Ao contrário de Portugal, a Espanha manteve de modo bastante eficaz mecanismos de controle e um forte poder clerical.

Sua Majestade, Dona Isabel, nunca foi uma rainha popular. Menos popular ainda era seu consorte, Francisco de Assis. Sobre este, o século XIX espanhol foi profuso na elaboração de adjetivos, especialmente aqueles que questionavam seus hábitos e gostos sexuais.

Se a rainha portuguesa era considerada uma mãe compulsiva, já que a cada dois anos trazia à luz um filho, a espanhola não contava com o mesmo gosto e, não partilhava com o esposo daquilo que passava a ser importante no ocidente do século XIX, ou seja, uma família feliz.

O século XIX foi especialmente marcante para os reinos da Península Ibérica porque marcaram uma série de processos revolucionários que assinalaram indelevelmente suas histórias. Não bastavam as revoluções almejavam novos governos ou dividirem-se entre monarquistas e republicanos, havia também o desejo de mudar o papel da Igreja Católica tanto em Portugal como em Espanha.

Durante a década de 1840, o Reino de Portugal propôs alterar a prática bastante usual de sepultar os defuntos dentro das igrejas.

Recordemos que neste período histórico há o princípio dos processos higienistas. Mais do que por fatores anticlericais ou políticos de ocasião, acreditava-se que com esta decisão haveria diminuição na propagação de doenças.

Ao saber da proibição baixada por Lisboa, a região do Minho, no norte de Portugal, revoltou-se e os camponeses invadiram cidades e queimaram registros civis e outros elementos que conotavam a interferência laica naquele espaço que há séculos pertencia à alçada da Igreja.

No caso espanhol não havia grande diferença. Séculos de hegemonia da Igreja não poderiam ser eliminados de uma hora para outra. Aos poucos a Igreja perdeu terras e várias de suas atribuições foram assumidas pelo Estado. Ensino, saúde, casamento, eram vários os espaços que há menos de cem anos a autoridade máxima para tratar sobre tais temas era a Igreja e, de uma hora para outra, tal autoridade é questionada e, mais que isso, é substituída pelo Estado Civil.

Obviamente haveria manifestação contrária. Séculos de forte influência não se passam de um momento a outro. Havia tanto em Portugal como Espanha vários defensores do desenvolvimento de um papel mais forte da Igreja dentro do Estado. Se a Igreja não haveria de reassumir seu posto do passado, que ao menos pudesse influenciar o Estado de forma tal que o antigo *status quo* fosse, de algum modo, mantido.

Se o governo da ocasião passava a aceitar nas suas hostes um grande número de partidários religiosos, ele passava a ser visto com desconfiança pelos liberais, pelos maçons e por todos aqueles que lutavam por maiores liberdades. O contrário também podia ser dito sobre os conservadores quando estavam diante da subida de algum liberal ferrenho.

Este quadro deve ser analisado sob um ponto de vista especialmente centrado entre os anos de 1840 e 1870. Nestes trinta anos, há alguns fatores que marcaram todo o continente europeu. Em 1848 há na França a queda de Luís Filipe e a subsequente ascensão de Luís Bonaparte. Tal processo não ocorre sem derramamento de sangue e, tal sangue, na imensa maioria das vezes é perdido por trabalhadores urbanos, os chamados proletários que estão em cada vez maior número por toda a Europa.

Com baixíssimas condições de vida, jornada de trabalho de cerca de 16 horas diárias, sem a menor defesa contra o trabalho infantil e com baixíssimos salários, as revoltas e revoluções eram a válvula de escape e

a esperança para que essas pessoas pudessem ter uma vida mais digna.

No caso ibérico, o número de trabalhadores urbanos ainda era bastante pequeno, mas suficiente para causar grandes alvoroços. Como já havia nestes países movimentos republicanos e estes não encontravam substancial aderência nos círculos mais tradicionalmente relacionados ao poder, muitos trabalhadores enxergavam no republicanismo a possibilidade de amenizar as mazelas.

É também fato ocorrido neste período de 30 anos o ataque feito pela Igreja Católica à Maçonaria. Em 1860 efetiva-se o longo processo de reunificação italiana e tal processo é desencadeado sobretudo por maçons. Até esta data, o Alto Clero raramente se manifestava contrariamente à Maçonaria, mesmo porque vários dos membros do clero eram igualmente membros de Lojas Maçônicas.

Ao reunificar a Itália, mexeu-se com os brios da Igreja especialmente porque um dos maiores entraves a tal reunificação era ela própria, à medida em que o território ao centro-oeste da Península Itálica, nomeadamente a região de Roma, era formada pelos chamados Estados Papais. Com a reunificação e, portanto, tomada de praticamente toda a península apenas deixando para mais tarde a anexação da região do Vêneto e de Trento, os italianos que participaram das lutas e, conseqüentemente a Maçonaria que tanto apoiou caem em desgraça com a Igreja.

A Igreja passa a apontar os maçons e a excomungá-los. Ora, em países como Portugal e Espanha, onde um forte pendor católico foi sempre presente, a presença de membros maçons nos governos não era bem percebida. Vivia-se naquela altura, uma espécie de parlamentarismo à moda ibérica. Havia eleições parlamentares, o partido vencedor (via de regra divididos entre liberais e conservadores) indicava uma lista de candidatos a primeiro-ministro e a sua real majestade da ocasião escolheria quem chefiaria o governo e este governo duraria até ser aprovada uma moção de repúdio ao mesmo. Daí decorriam novas eleições.

Desde que os liberais, ou melhor, as ideias liberais encontraram maior apoio e passaram a vigir em Portugal e Espanha é que seus impulsionadores passaram a fazer parte dos governos e a orientar diretrizes. Com a condenação da Igreja aos maçons, que muitas vezes estavam nestes governos, aquilo que antes era publicamente aceite e percebido com menores reservas, passa a ser encarado como um grande complicador.

Se os católicos mais fervorosos não apontavam seus dedos aos

maçons, não era necessariamente porque não desejassem, mas sim, porque eles contavam com a proteção do governo da ocasião. Contudo, isto não impediria que houvesse o fomento e a aliança de um pensamento católico-conservador que encontrava eco nas epístolas papais, referência a todo o mundo católico.

A interferência papal na península se fazia antes mesmo da existência de Portugal e Espanha como estados. O próprio reconhecimento de Portugal como estado foi adquirido com vultuosas somas monetárias enviadas à Roma. A partilha do mundo, como ficou também conhecido o Tratado de Tordesilhas, foi também mediado por um papa. O reconhecimento do rei Miguel como o legítimo rei de Portugal não encontrou muitos apoiadores estrangeiros, mas o papa o reconhecia e o recomendava fervorosamente aos fiéis católicos lusitanos.

Numa circunstância em que há várias opiniões distintas em jogo e este sendo um jogo que aceita apenas um vencedor é pouco provável que não haja choques. Foi o que ocorreu em fins da década de 1860 em Espanha, quando a rainha Isabel II abdica e parte rumo à França. Iniciam-se ali as tentativas de estabelecimento de uma república espanhola.

Antes da república, porém, há a tentativa de colocar um outro monarca a chefiar os espanhóis. Por três anos esta tentativa mantém-se, contudo, mostra-se malograda e em 1873 há a primeira república espanhola.

Tal república mais serviu para demonstrar as fortes fissuras pelas quais atravessa a Espanha da época do que para mostrar o verdadeiro apreço que a população teria por um governo republicano. Em poucos meses de existência a república já contara com quatro mandatários.

Um cenário como este era propício ao retorno da monarquia, especialmente porque os setores mais tradicionais e a própria igreja apoiavam tal retorno. Assim, o filho mais velho da antiga rainha Isabel, Afonso XII retorna aos 16 anos à Espanha prometendo ser católico e liberal (VINCENT; STRANDLING, 1997).

A tentativa de uma república na Espanha contou com sua primeira etapa. No século seguinte haveriam outras tentativas. Todas, porém, desembocaram em guerras civis com milhares de mortos e a solução sempre encontrada foi a volta do sistema monárquico.

Em Portugal, o último quartil do século XIX passou sem grandes sobressaltos. Havia certo crescimento e estabilidade, especialmente sob o reinado de Luís I, cognominado *O Popular* por não ter aceito a coroa

espanhola quando da queda de Isabel. Em Portugal havia o rotativismo que nada mais era do que a alternância constante entre as forças políticas locais em torno do poder central, em Lisboa.

O final do século ficou marcado negativamente pela questão do chamado *o*Mapa Cor-de-Rosa⁸. Tratava-se de uma tentativa, por parte de Portugal, de convencer as potências estrangeiras - e de modo especial os próprios portugueses - de que as pretensões colonialistas portuguesas na África estavam asseguradas. Pelo tal mapa, as possessões portuguesas iriam de Angola à Moçambique e englobariam toda a região centro-sul africana. Como os ingleses desejavam a posse do território, exigiram a saída dos portugueses e estes, numa clara demonstração da fraqueza tanto militar quanto financeira em que viviam aquiesceram.

Tal atitude foi tomada como uma grande afronta pelos portugueses, os quais eram alimentados desde o nascimento com a ideia de que eram membros de um país que era também uma potência colonial. Contudo, há anos Portugal claudicava não apenas para manter suas colônias, mas também para permanecer com o verniz de seus governantes no plano interno.

A perda dos territórios do mapa colocou em xeque o papel do rei, à altura rei Carlos I e, de modo bastante agudo, a real função da monarquia como melhor forma de governo aos portugueses. Se estavam num processo falido, talvez aquilo fosse resultado também de um igualmente regime falido. O descontentamento com os líderes portugueses era tão grande com seus mandatários, que vários setores da sociedade aderiram ao republicanismo.

O mesmo pode ser dito sobre Espanha, que nos mesmos fins dos anos 1890 viu-se enredada nas guerras expansionistas dos Estados Unidos da América. Espanha mantivera duas colônias remanescentes nas Américas e uma na Ásia, Cuba e Porto Rico, e as Filipinas, respectivamente.

Tratava-se da primeira potência europeia diretamente atacada em suas colônias pelos Estados Unidos. Como o desejo destes era se estabelecer no mar ao sul de seu próprio território, constituiu-se num óbvio impedimento a existência de territórios espanhóis no caminho. Na Ásia se passava o mesmo, pois desde a Era Moderna as Filipinas constituíam-se num território em posição chave para futuras expansões

8 *o*Mapa Cor-de-Rosa^o foi a forma pela qual ficou conhecida a partilha europeia da África Portuguesa. As potências do Velho Continente reconheciam seus domínios por cores específicas. Cor-de-Rosa era o que cabia a Portugal.

na região.

Os efeitos da guerra sobre a população e a consequente derrota rápida de Espanha, foram devastadores moralmente, assim como anos antes ocorrera com os vizinhos portugueses.

Quando analisamos a Península Ibérica durante o final do século XIX e o início do século XX, devemos considerar dois fatores bastante importantes: um deles refere-se ao baixíssimo número de trabalhadores urbanos, nas indústrias e até mesmo o nível de urbanização era bastante baixo. Outro fator a se considerar é que, apesar do número escasso de moradores urbanos e proletários, o anarquismo floresceu com grande vigor na região. Vários ataques de anarquistas radicais foram impetrados contra autoridades públicas tanto de Espanha, como de Portugal.

O rei Carlos e seu herdeiro, Luís, foram assassinados em Lisboa em 1908 durante a passagem do cortejo real. Com efeito, Manuel II, com apenas 18 anos torna-se rei de Portugal, num reinado efêmero, que culminaria com a proclamação da república portuguesa em outubro de 1910.

A república advém com grande entusiasmo, porém, não porta em seu seio apenas o fim do regime monárquico. A proposta republicana era anticlerical, não apenas porque dividia a relação ancestral do Estado Português com a Igreja Católica, mas também revestia os feriados religiosos que passaram a ser civis, secularizava cemitérios, introduzia-se o casamento civil e o divórcio e limitava até mesmo o uso de hábitos por religiosos. (VINCENT; STRANDLING, 1997).

A efervescência em torno da república dura pouco mais de uma década. Com quedas constantes de presidentes e em meio a crises econômicas, inclusive as decorrentes da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, acrescido a isso o descontentamento de setores conservadores e ainda afeitos à monarquia, a década de 1920 presencia o princípio da ditadura civil portuguesa.

Em Espanha, o rei Afonso XIII, na mesma década, concede à formação de um gabinete de governo ao general Primo de Rivera. Tratava-se de uma ditadura mal-disfarçada e que trazia grandes dissabores à maioria da população que era antipática ao rei bem como o era ao chefe de governo.

Com a depressão dos anos 1930, não havia mais nada que segurasse o rei e este abandona a Espanha à própria sorte e, finalmente, é proclamada a segunda república espanhola.

A república espanhola não conseguiu demonstrar um mínimo de unidade entre seus dirigentes. Ali cabiam as mais variadas posturas

intelectuais acerca de desenvolvimento político. A paz jamais se consolidou e a chegada de uma guerra civil foi inevitável. Os setores conservadores espanhóis, agora auto-intitulados ãnacionalistasõ (VINCENT; STRANGLING, 1997), aliavam seu ressentimento pela postura federativa, defendida pelo novo regime, com maior autonomia às regiões, assim como detestava o tom laico defendido pelos republicanos.

Em 1936 há um levante contra a república, orquestrado por generais e que foi a deixa para que os demais militares pegassem em armas. Espanha era uma zona conflagrada. O general Francisco Franco, com o indiscutível apoio das ãneutrasõ Alemanha e Itália é transportado do norte da África para o sul da Península Ibérica e inicia sua expansão conquistadora e õlibertadoraõ da Espanha, cujo governo passa a ser percebido como inimigo não apenas de Espanha, mas da cristandade de um modo geral.

Ao lado dos republicanos, várias nações enviavam tropas e apoios, nunca de modo direto, sempre como reforço aos republicanos ou aos revoltosos. Tudo isso para que não se caracterizasse como intervenção externa. Mantinha-se a fachada de guerra civil, mas àquela altura, estavam revelados no território espanhol interesses democráticos, soviéticos e nazi-fascistas.

Após longos e sangrentos 3 anos de guerra civil, finalmente Franco e seus asseclas vencem a guerra e este general torna-se o mandatário de Espanha pelas próximas três décadas e meia.

Em Portugal, tudo havia sido acertado de modo menos desordeiro. Em fins da década de 1920, o presidente eleito, general Oscar Carmona convida o professor António de Oliveira Salazar a guiar a economia do país. Como este demonstra-se bem sucedido num período que fora amargo para todo o mundo capitalista, no início da década seguinte o mesmo presidente o convida a ser o chefe de governo. Diante disso, o primeiro-ministro Salazar implementaria uma política nacionalista, católica, conservadora e consolida o Estado Novo Português (VINCENT; STRANGLING, 1997).

Tanto Espanha como Portugal passarão as décadas seguintes tentando equilibrar seus gestos políticos. Internamente há um forte controle sobre as instituições sociais e a valorização do esquema família-tradição-propriedade. A família como o alicerce da sociedade, tendo o pai como guia e os demais membros obedientes e cada um conhecendo o seu lugar. A tradição enaltecida pelos valores católicos e da pujança representada por um passado de glórias que poderia ser

reconquistado num futuro próximo com o depuramento dos males que afligiram a sociedade. A propriedade era um valor a ser defendido pois tratava-se de um forte elemento cuja flexibilização era rapidamente associada ao comunismo.

Com o discurso acima mencionado voltado ao plano interno, bastaria alguma adaptação ao exterior para que houvesse algum reconhecimento estrangeiro. Ambos os países defenderam posições análogas aos nazi-fascistas Hitler e Mussolini, mas jamais se aliaram a estes durante a Segunda Guerra Mundial. Com a derrota das forças do Eixo na Guerra, paulatinamente Salazar e Franco aproximaram-se dos vencedores.

O anti-comunismo que caracterizava tanto o regime português quanto o espanhol foi marca que rapidamente os engolfou na polarização Estados Unidos- União Soviética que marcara profundamente o século XX. Tanto Portugal como Espanha ingressaram na OTAN e Portugal cedeu bases em seu território aos americanos. Não havia como não ser aceite e bem aceite na chamada comunidade internacional.

As décadas de 1960 e 1970 são de grande expansão econômica nos dois países. Um forte fator de atração de capitais foi o turismo que era fortemente estimulado. Os processos de industrialização dos dois lados da fronteira intensificam-se e o surgimento de uma classe média urbana foi consequência natural.

Portugal, porém, em fins da década de 1950 havia perdido seus últimos territórios na mítica Índia, onde havia sido a primeira nação europeia a colocar os pés. Em África, Portugal manteve até os anos 1970 suas colônias, fato este que há mais de uma década todas as outras potências coloniais já haviam enfrentado e entregue às mãos dos locais o governo e o território.

Salazar sofre uma apoplexia e afasta-se do governo, ou melhor, é afastado, pois até sua morte acreditava piamente que ainda governava o país. É substituído por Marcelo Caetano, que tenta modernizar o país sem afetar as estruturas que o mantêm no poder. É malfadado, assim como apresenta péssimos resultados com a intensificação das guerras colonialistas que, para além de perder várias vidas, resulta em gastos estratosféricos e impossíveis para a economia portuguesa.

Em 1974 há a Revolução dos Cravos, capitaneada por militares descontentes que derrubam o governo e introduzem uma república que contará com vários presidentes em poucos meses de existência, mas que consegue se consolidar e retirar o país do atoleiro da guerra e colocá-lo

num rumo democrático.

A Revolução não apenas elimina o regime ditatorial como também sela a paz com suas possessões africanas e agora passam a ser tratadas como países independentes que são. Deste universo fazem parte São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique. Havia também a possessão do Timor na Ásia, mas após a retirada das tropas portuguesas, a Indonésia anexa integralmente a ilha.

Com o fim da guerra colonial, milhares de portugueses voltam à terra e são pessimamente recepcionados. Os chamados retornados passam a ser considerados como cidadãos de segunda-classe e têm um processo de reintegração bastante difícil, não sendo difícil ainda na atualidade ouvir que alguém é filho ou é mesmo um retornado.

Já Espanha entra no segundo lustro de 1970 sem seu caudilho, Francisco Franco. Porém, este fora precavido e deixara como seu sucessor o neto do antigo rei Afonso XIII, João Carlos.

A monarquia é reintroduzida em Espanha e há a convocação de uma constituinte que estabelece a chamada monarquia constitucional, o rei reina e não governa. Descontentes com o declínio de poder, os militares tentam um golpe de estado no início dos 1980, invadindo o parlamento e fazendo os deputados reféns. A decisiva ação de João Carlos, que convida os militares à obediência hierárquica, já que ele mantém o posto de comandante das forças militares, faz com que haja recuo e a democracia espanhola consolide-se.

Para além da ação regular do grupo separatista basco, ETA, a Espanha consolidaria nos anos 1980 sua posição de economia forte, grande abertura e centro irradiador de cultura para toda a América Latina. A própria ação do ETA passou a privilegiar ataques a políticos e demais autoridades, sendo que, ao passar dos anos diminuiu sua atuação e em 2010 renunciou a continuidade de atividades violentas.

Tanto Espanha como Portugal foram aceitos pela Comunidade Europeia no ano de 1986. Os europeus sabiam naquela efeméride, que os dois países, acrescidos à lista a Grécia, não eram suficientemente maduros para as propostas da Comunidade, porém, como forma de apoiar as disposições democráticas que animavam os três países, antigos parceiros da OTAN e mercados interessantes à abertura, convencionou-se e entendeu-se por bem que os três deveriam ser aceites.

Durante os anos 1980 e 1990 houve crescimento econômico espantoso na Península Ibérica. Surgimento de multinacionais de bandeira tanto espanhola como portuguesa e o prosseguimento da atração de turistas e também de imigrantes, que passam a ser tolerados à

medida em que cresce a necessidade por força de trabalho.

As Olimpíadas de 1992, transcorridas em Barcelona e a Expo'98 em Lisboa, são os principais eventos internacionais a marcar a década nos Estados Ibéricos. Para além da afluência de capitais com os Jogos e com a Exposição, há também o olhar global para a região, que permaneceria por alguns anos como um exemplo de superação e vitória, especialmente exemplar a países do terceiro mundo ou em desenvolvimento que, expostos aos exemplos de Portugal e Espanha, poderiam sair praticamente do nada e tornarem-se países ricos e desenvolvidos.

A última possessão portuguesa, que singrou mares e colocou marcos por onde passava, foi entregue aos chineses nos últimos dias do ano de 1999. A cidade de Macau, último bastião ocidental no extremo oriente é entregue. Tal fato significou o fim do colonialismo português.

Os anos 2000 não poderiam iniciar de modo mais alvissareiro aos luso-espanhóis. Membros da agora União Europeia, adaptados desde os anos 1980 aos meandros das instituições europeias. Membros plenos de todos os órgãos, Portugal e Espanha trafegam livremente entre os espaços.

O acesso à moeda única, o Euro, facilita trocas e negociações, assim como a pertença à União faz com que os produtos de Portugal e Espanha encontrem toda a Europa e seus parceiros de livre-comércio como mercados abertos.

Com os cidadãos espanhóis e portugueses passa a haver um processo mais ou menos semelhante, afinal, fronteiras dentro da Europa deixam de existir. Contatos com outras ideias, com outras possibilidades de interação, convivência e liberdade chegam a um instante.

Eis alguns elementos que auxiliam-nos a entender um pouco dos processos que levaram Portugal e Espanha a assumir centralidade em algumas áreas. Adiante, perceberemos que em matéria de direitos LGBTs, ambos os países são mais que centrais: formam vanguarda.

5 MOVIMENTOS LGBTs EM ESPANHA E PORTUGAL

5.1 OBJETIVOS

Com esta tese, objetivamos conhecer e dar a conhecer o movimento LGBT de Espanha e Portugal, entender sua organização, seus objetivos e conquistas. Também buscamos entendê-los de um modo comparativo a fim de levantarmos suas dessemelhanças ou similitudes ou, se há muito mais em comum do que se pensa.

Comparando os movimentos podemos também entender as relações que os LGBTs da região conseguiram e conseguem se articular entre si, dentro da Europa e de que forma conseguem (se conseguem) extrapolar as fronteiras do continente.

No Brasil, de modo geral, há conhecimento acerca do movimento LGBT Ibérico, mas nunca de modo mais aprofundado. Sempre o conhecimento vem de modo tangencial e, mais ou menos ligeiro. Com nosso trabalho, buscamos contribuir um pouco mais para os estudos sociológicos sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, bem como trazer à academia brasileira uma construção histórica de inegável sucesso por parte de ativistas políticos que utilizam das ferramentas que o século XXI proporciona para o reconhecimento de sua cidadania.

Os nossos ativistas foram sugeridos pela socióloga Ana Cristina Santos, quando fizemos estágio doutoral na Universidade de Coimbra, junto ao Centro de Estudos Sociais. Como Ana Cristina já havia publicado uma série de trabalhos, inclusive um livro sobre o movimento LGBT português e encontrou em nós o desejo de conhecer os grupos portugueses, ela deu a sugestão de três manifestações de ativismo.

As três sugestões não vieram a esmo. Ela sabia que teríamos pouco tempo para o trabalho, assim como também era nosso desejo conhecer grupos similares espanhóis a fim de entendermos as semelhanças e as diferenças entre todos. Diante disso, ela sugeriu que procurássemos a ILGA-Portugal, O Clube Safo e o Panteras Rosa.

Percebia-se apenas pelo conhecimento literário-sociológico destes grupos que os três guardavam profundas distinções entre si. A ILGA era o mais institucionalizado e com articulações internacionais igualmente institucionalizadas. Conhecia o caminho das pedras para financiar projetos, sabia como chegar ao Judiciário e ao Legislativo e, certamente, teria o número de um contato-chave em qualquer situação.

O Clube Safo não é tão institucionalizado, mas bastante organizado. Formado apenas por mulheres, não guardava aquele

discurso universalista que muitas vezes permeia ONGs e coletivos dirigidos quase que exclusivamente por gays. Neste caso, a proposta já estava clara: de mulheres e para mulheres.

Já o Panteras Rosa era absolutamente dissonante quanto ao padrão já repetitivo de organização e de prática ativista. Havia algo de anarquista e que se voltava para uma série de exclusões. Na verdade, utilizava-se da bandeira LGBT como uma das inúmeras fontes de desigualdades contemporâneas, mas não fazia isso com os velhos motes de esquerda como o primeiro a luta de classes, não. Tratava-se aqui de reconhecer a centralidade do problema da discriminação aos LGBTs que é terrível, pois LGBTs também fazem parte de outros segmentos e que, em algum momento, as lutas podem se encontrar.

Coube a nós revivermos a técnica metodológica *snowball* e pedir sugestões de grupos similares, em Espanha, a cada um dos entrevistados. A ILGA nos sugeriu o Triângulo Rosa. O Clube Safo a COGAM e o Panteras Rosa a Red por la Despatologización Trans.

Cruzamos a fronteira em busca de cada um destes coletivos. De todos os contatos que mantivemos, apenas o Triângulo Rosa nunca nos retornou e, portanto, não contamos com ele em nosso trabalho. Já COGAM e a Red foram muito atenciosos e nos receberam para entrevistas.

Por mais que COGAM tenha sido uma sugestão do Clube Safo, percebeu-se que o *modus operandi* era muito mais próximo à ILGA. Enquanto que a Red guardava grandes semelhanças com o Panteras Rosa.

Abaixo segue uma apresentação de cada um destes grupos ativistas entrevistados.

5.1.1 ILGA Portugal

A Associação ILGA Portugal é a mais antiga associação de defesa de direitos LGBTs em Portugal. Existe desde 1995, porém, formalmente, desde 1996. Já em 1997 passou a ter a sede onde foi criado o Centro Comunitário Gay e Lésbico de Lisboa e agora chama-se Centro LGBT.

Trata-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS⁹. Suas atividades concentram-se na área social, de apoio, comunitária e política. Há uma série de projetos, um dos mais

⁹ Semelhante às OSCIPs ó Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, no Brasil.

destacados pelo nosso entrevistado, Paulo Côrte-Real, seu atual presidente, é o chamado "Real Pride". Trata-se de um evento integrado ao EuroPride e ao WorldPride e, portanto, mobiliza a cidade de Lisboa, onde ocorre, e consegue grande afluência de partícipes de toda Portugal e demais países europeus. Como ocorre sempre por volta do internacional dia 28 de Junho, dia do Orgulho LGBT, está também integrado às chamadas "Festas de Lisboa" e ocorre no início do verão europeu.

Poderíamos chamar a "Pride" de "Parada", afinal, este é o equivalente brasileiro que temos. Contudo, a ILGA Portugal faz questão de enaltecer o teor político que mobiliza esta atividade pública que ocorre desde 1996. Não se trata de uma parada, mas sim da ocupação do Terreiro do Paço com atividades promovidas por várias associações e coletivos, que contam também com a presença de estabelecimentos LGBTs ou que sejam considerados "friendly". Durante o dia, para além das manifestações políticas, há os "Queer Games". Com uma proposta divertida, há competições que entrelaçam esportes e atividades manuais com o deboche ao próprio preconceito contra LGBTs. Há também "Arraialito", com atividades para crianças e para as famílias. Como numa parada, a noite fica reservada à música e ao encontro ainda mais descontraído.

As "Marchas do Orgulho" ocorrem sob a organização de várias associações e delas participam os ativistas do Movimento LGBT. A ILGA Portugal é uma dessas associações. Novamente, a semelhança com a "Parada" é mesmo a marcha, já que os partícipes e a temática toda é bem mais politizada.

Já o Centro Comunitário Gay e Lésbico de Lisboa, que nosso entrevistado diz chamar-se atualmente Centro LGBT é onde sedia-se a ILGA Portugal. Trata-se de um centro de documentação, com a recolha e manutenção de informações LGBTs de Portugal. Um dos objetivos de sua existência é guardar a história deste público para que torne-se referência para estudos futuros.

No centro há serviço de aconselhamento psicológico e uma linha telefônica atendida por voluntários. A ILGA Portugal conta com algumas fontes de recursos: uma delas é a de projetos ligados à prevenção do HIV (chamado em Portugal de VIH) e de outras DSTs. Trata-se de um trabalho que sempre foi feito pela associação. Para isso, há a chamada "Brigada do Preservativo", que realiza um trabalho mensal, informando sobre prevenção e direitos.

A ILGA Portugal promove anualmente "Os Prêmios Arco-Íris",

que são dedicados a personalidades e instituições que se distinguem no combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero desde 2003.

A associação faz publicações, como livros infantis, cadernos para colorir, brochuras sobre vários temas com várias publicações ao longo dos anos, sempre objetivando intervir politicamente.

Em 1997, realizou sua primeira campanha em torno do artigo 13º da Constituição Portuguesa, artigo este que trata sobre o princípio da igualdade. Desde 2004, graças ao trabalho da ILGA Portugal e outros agentes, o artigo passou a proibir a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

A ILGA Portugal acompanha as eleições em geral, realiza audiências com parlamentares, faz intervenções na imprensa, sedia e participa de debates. É membro do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero - CIGA. Este é o órgão governamental em Portugal que trabalha com a discriminação de gênero, orientação e identidade desde 2008.

Um ano antes, em 2007, foi o Ano da Igualdade de Oportunidades da União Europeia e rendeu muito trabalho à associação. O ano foi importante porque chamou a atenção para a questão da igualdade, já que o Estado Português não tinha nenhum órgão que priorizasse essa causa, bem como foi uma forte contribuição para a elaboração do Plano Nacional da Igualdade e do Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.

O projeto de 2010 da ILGA Portugal, ano de nossas entrevistas, era identificar e combater os crimes de ódio contra pessoas LGBT. Tratou-se de um projeto europeu e a associação era a parceira portuguesa. Junto às polícias portuguesas, objetivava-se realizar formação para a PSP¹⁰, PJ¹¹, GNR¹² e SEF¹³.

A ILGA Portugal faz parte de coletivos europeus e passam

10 PSP- Polícia de Segurança Pública.

11 PJ- Polícia Judiciária.

12 GNR- Guarda Nacional Republicana.

13 SEF- Serviço de Estrangeiro e Fronteiras.

informação de Portugal à União Europeia e também recebe informações privilegiadas. São membros da ILGA Internacional, e, desde 2005, são membros da Rede Mundial de Combate à Homofobia.

A intervenção também ocorre através de peças publicitárias na rádio e na TV desde 2005. A primeira foi sob o lema "Pelo Direito à Indiferença" e buscava que a homossexualidade fosse percebida de forma comum, sem espantos, com a naturalidade pela qual trata-se a maioria das relações. Já em 2010, a associação procurou chamar as atenções à parentalidade e para os filhos e perguntavam "Se seu pai ou mãe fosse gay ou lésbica mudaria alguma coisa?".

Desde 2009 a associação conta com um financiamento do Espaço Econômico Europeu (patrocinado especialmente por Noruega, Islândia e Liechtenstein) por dois anos. Com estes recursos, contrataram uma pessoa que coordena o centro e coordena todo o voluntariado, o que é difícil de se fazer sem alguém disponível o tempo inteiro. Ainda, outra pessoa foi contratada por meio período para o centro de documentação, cujo objetivo, ao final do projeto, é disponibilizar toda a informação para o país de modo online, já que há apenas este centro em Lisboa.

A ILGA Portugal é uma das instituições mais hierarquizadas que encontramos nesta pesquisa. Há vários grupos de trabalho internos. Desde o grupo que organiza a Real Pride até os grupos que trabalham com questões de intervenção sobre transexualidade, chamado GRITS, bem como o grupo que organiza os "Giros e Giras", caminhadas que servem de congraçamento aos membros mais jovens da associação. No dia da entrevista, o coro da associação estava ensaiando no Centro e isso tornou-se inesquecível a mim, pois durante a transcrição da entrevista o coro a pleno fazia ouvir-se por toda minha casa.

5.1.2 Clube Safo

O Clube Safo, surgiu no ano de 1996 na cidade de Aveiro. Aveiro não é uma das maiores cidades portuguesas, mas está bem situada entre Lisboa e Porto e bastante próxima de Coimbra.

Quatro amigas que trocavam correspondência através da Revista Lilás, uma publicação direcionada às mulheres e que contava com uma seção de trocas de endereço, e que moravam nos arredores de Aveiro conheceram-se e, durante as conversas, constataram que não havia em Portugal nenhuma organização que tivesse como foco principal as lésbicas. Não havia nada em Lisboa, nada no Porto, nada em qualquer uma das cidades maiores. Portanto, ao invés de apenas lamentar, elas

resolvem se juntar e criam o Clube Safo. O nome Safo é uma clara alusão à poetisa grega que imortalizou-se pelo seu amor declarado às mulheres.

As primeiras ações do Clube referiam-se ao estabelecimento da própria identidade. Afinal, tudo bem criar um grupo, uma associação. Já se sabia que não havia nada específico para lésbicas, mas qual haveria de ser o objetivo, ou os objetivos do Clube Safo? Decidiu-se por um coletivo que seria gerido e teria como objetivo principal as mulheres. Apenas mulheres dele participariam. Uma segunda decisão foi saber sobre em que aspecto dar-se-ia a intervenção. Neste caso, decidiu-se que a intervenção do Clube Safo não seria nos moldes tradicionais das associações, cujo objetivo político era sempre visível ou latente. As mulheres membros do Clube Safo queriam intervir diretamente na vida das lésbicas portuguesas batalhando por sua valorização e auto-estima. O Clube haveria de ser um espaço de socialização e de segurança àquelas que ao Clube buscassem.

O Clube Safo existiu por muito tempo sem uma formalização documental junto aos órgãos governamentais. Apenas em 2002 é que um grupo de 20 mulheres foi a um cartório na cidade de Santarém e formalizou sua criação, tornando-se o único do gênero em Portugal.

Porém, não ser oficial não significa não ser atuante. Ao longo de todos estes anos o Clube Safo realizou uma série de atividades. Uma delas é a criação da *õZona Livreö*. A *õZona Livreö* foi um boletim publicado bimestralmente, com atividades para as lésbicas de conscientização e apoio em que a proposta era sempre promover encontros. Tais encontros eram incentivados em ambientes não estereis e nem acadêmicos, mas criativos e de partilha. Eram encontros que nem sempre contavam com uma prévia organização burocratizada, mas que com o passar do tempo foi mudando. Num mês realizava-se um encontro, no mês seguinte uma edição do *Zona Livre*. A edição poderia conter um simples tema ou vários. Desde parentalidade, assumir-se, etc., tudo poderia ser tratado. Como não encontravam espaço noutros lugares para tratar sobre dramas que afetavam especialmente as lésbicas, a *Zona Livre* era um lugar privilegiado.

Foram 60 edições da *Zona Livre* e ela serve como arquivo vivo do Clube Safo, já que trata sobre as cobranças de cotas que se fazia, bem como apontava para a estrutura de organização dos eventos do Clube.

Um destes eventos era o acampamento. Ocasionalmente as mulheres se reuniam num dado espaço e acampavam. Ali, mais do que um simples lugar de encontros, também era um espaço especial de

trocas de experiências e reordenamento dos objetivos futuros. Não eram feitos em espaços tradicionais para gays e lésbicas e sim em qualquer espaço que fosse agradável para a membresia. Nestes acampamentos frequentavam de 20 a 200 mulheres.

Já as Jornadas Lésbicas eram eventos que ocorriam com o apoio de instituições e tratavam de um academicizado as questões pertinentes à lesbianidade. Traziam convidados, inclusive estrangeiros, e eram fruto de parcerias com instituições de ensino bem como de modo mais estreito com o Instituto de Psicologia Aplicada, uma faculdade de psicologia de Lisboa. Nestes eventos reuniam cerca de 300 pessoas.

Ainda neste segundo momento, de exposição externa do Clube Safo, há a apresentação da proposta da criação da Marcha do Orgulho às outras associações portuguesas. Já havia a Real Pride, mas não havia a Marcha que seria uma proposta ainda mais politizada e que não implicasse num ambiente de encontros amorosos e sim, exclusivamente político e de visibilidade. Desafiaram à participação na Marcha do Orgulho outras associações LGBTs portuguesas, sindicatos, partidos políticos e vários outros setores que, num primeiro momento alegavam que o país não estava preparado para aquele tipo de intervenção mas que depois, mesmo relutantes passaram a participar.

É neste contexto que, pelas mãos do Clube Safo, surge no ano de 2000 a Marcha do Orgulho de Lisboa.

Boa vontade, disponibilidade e empenho das pessoas eram os elementos que movimentavam o Clube Safo. Flexionamos aqui os verbos no passado, mais do que por nos referirmos a um trabalho de campo realizado em 2010, mas especialmente por nossa entrevista, Fabíola Cardoso, nos dizer que o Clube Safo estava às portas da extinção quando da entrevista.

O que nos ficou claro é que quando do auge do Clube Safo havia por parte das pessoas que dele faziam parte um forte trabalho que envolvia muitas das possibilidades de redes sociais que o último lustro do século XX permitia. À partida elas juntaram-se graças a uma publicação voltada para as lésbicas, mas que implicava ainda na obsoleta utilização do correio tradicional. Esperavam-se dias pela resposta de uma carta que talvez nem mesmo viesse. Somente depois disso é que haveria a possibilidade de um segundo passo. Com o passar dos anos, as partícipes do Clube passaram a comprar os créditos para o celular de Fabíola. Uma oação entre amigasõ permitiu comprar um scanner. O mesmo não ocorria com a gasolina e nem com os pedágios das estradas. Em casos como estes cada uma pagava o seu.

A vantagem de não ter dinheiro algum é que elas tornavam-se mais criativas e colaborativas. A grande desvantagem é que viam-se cerceadas pelas impossibilidades óbvias de ação que a falta de dinheiro faz. Quando da entrevista, Fabíola relata que tiveram, certa feita, a visita de algumas alemãs a um dos acampamentos. As visitantes admiraram muito a organização do Clube Safo e elogiaram suas ações. Diante de tudo o que viram perguntaram como elas se mantinham. Quando tiveram a resposta que sobreviviam graças às contribuições individuais elas teriam ficado estupefatas, já que em seu país, algo com aquela organização também poderia ocorrer, mas não sem recursos como era o caso que elas acabavam de conhecer. As alemãs não acreditavam que tudo o que o Clube Safo fazia era sem recursos, ou melhor, fazia o melhor possível diante da partilha do que havia.

5.1.3 Panteras Rosa

Para sabermos sobre a trajetória bem como saber das práticas do coletivo Panteras Rosa, entrevistamos aquele que conduz o grupo, Sérgio Vitorino. Ele nos diz que o mais adequado seria chamar de ãPanteras Rosa- Frente de combate a lesbogaytransfobia.

É um coletivo que existe desde 2004, considerado recente, já que a maioria dos outros grupos portugueses de defesa dos direitos LGBTs é oriundo ainda dos anos 1990. Vitorino também considera o grupo recente por não ter as marcas de partícipes do 25 de Abril, data magna de Portugal, em que há a queda da ditadura e a instauração da democracia. Os Panteras, na realidade, são frutos de ondas recentes de manifestações.

Conta, dentre seus participantes, com ativistas que já militaram noutros grupos, mas que procuram estar estreitamente conectados com as demandas, bandeiras e símbolos das novíssimas lutas sociais, lutas estas que não estavam contempladas na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, por exemplo. Estes militantes podem ser tanto ativistas fundadores do movimento LGBT português, assim como a especialidade do grupo que são as causas e a juventude deste novo milênio.

Seus objetivos estão intimamente entrelaçados com a luta contra os mais variados tipos de opressão. Realizam intervenção junto aos profissionais do sexo, aos imigrantes, e também, sempre que possível, estão lado a lado com manifestantes que apresentem como adversários qualquer motivo opressivo. Isto vale para as feministas, bem como para os operários de fábricas.

Panteras Rosa não é um grupo ideologicamente anarquista, mas possui uma estrutura mais ou menos anárquica, segundo seu próprio fundador. Para ele, mais do que juntar manifestantes que lutam por causas LGBTs, os ativistas do grupo têm uma consciência coletiva muito mais ampla.

Ideologicamente apresentam-se como ãnadaõ, porém, reconhecem-se como radicais de esquerda. Conhecer as práticas e o trabalho do coletivo que, novamente segundo Vitorino, é admirado e odiado é um exercício bastante interessante.

Foi uma ação dos Panteras aquela que é considerada a primeira manifestação anti-homofóbica do país. Ocorreu na cidade de Viseu, no ano de 2005. Viseu é considerada uma espécie de bastião do conservadorismo em Portugal¹⁴e, para além disso, naquele ano havia uma série de denúncias que acusavam a existência de uma organização armada que atacava gays na cidade.

Houve denúncia formal à Justiça e nada foi feito. Vitorino chegou a ir pessoalmente cerca de cinco vezes à Viseu a fim de conferir de perto as denúncias que eram feitas. Contudo, nada disso surtia efeito.

Como os Panteras Rosa são um coletivo com múltiplas ligações, conforme veremos na entrevista, convidaram uma jornalista para investigar a questão e, como resultado, apresentou-se à Justiça uma listagem com cerca de 40 nomes de homens ligados às práticas violentas contra os gays e que o faziam com simples intuito de ãdivertirem-seõ. Muitos destes, das classes mais abastadas do Distrito de Viseu.

Também os Panteras estiveram envolvidos nas investigações da morte da travesti brasileira Gisberta, que ocorreu na cidade de Porto, no ano seguinte ao caso de Viseu, em 2006.

Uma das múltiplas atividades do grupo no ano de 2010, quando da entrevista, era lutar pela aprovação da Lei de Identidade de Gênero¹⁵. Tanto que nos dias seguintes à entrevista haveria uma atividade na Assembleia da República onde os Panteras estariam presentes. A título de informação, no ano de 2011 a lei foi aprovada e já está vigindo em

¹⁴ Em conversas informais com amigos portugueses, diziam-me que uma alcunha pela qual Viseu conhecida é ãCavaquistãõõ, em referência ao presidente da república, Aníbal Cavaco Silva, de centro-direita e classificado por muitos como um claro representante do conservadorismo português.

¹⁵ A Lei trata sobre a possibilidade de transexuais passarem a ser reconhecidas (os) pelos nomes que passem a adotar, por exemplo.

Portugal.

O orçamento com o qual Panteras Rosa trabalha gira em torno de 250€ anuais, tratando-se de doações espontâneas, já que não há cobrança alguma de cotas aos ativistas. Da parte do Estado não recebem nada. Aliás, como veremos adiante, as relações com o Estado Português são bastante sofríveis.

Contam com várias parcerias, dentre elas o movimento feminista, movimentos anti-racistas, associações de imigrantes, especialmente de africanos, mas eventualmente também com a Casa do Brasil, organizações ambientalistas, associações culturais, grupos de teatro, com alguns bares, muito embora haja grande resistência à solidariedade neste meio, segundo o entrevistado.

Trabalhos de prevenção ao HIV/AIDS foram mais desenvolvidos no passado que à época da entrevista.

Panteras Rosa, por mais que apresente-se aberto às novas reivindicações, aponta uma visão bastante crítica quanto à possibilidade de juntar forças a partidos políticos. As queixas não são apenas contra os chamados partidos de direita, mas aos de esquerda também. Aos comunistas ainda resta uma postura conservadora, especialmente no concernente à prostituição.

O coletivo Panteras realiza um trabalho muito próximo às pessoas envolvidas com prostituição. Há uma grande esperança no potencial que este movimento, ainda incipiente, possa apresentar no futuro. Não apenas por atrair as atenções para a baixa qualidade de vida a qual os trabalhadores do sexo estão expostos, mas também pelas lutas que visam reconhecer este trabalho como uma profissão, com direitos trabalhistas e demais vantagens. Para além disso tudo, há também a grande possibilidade de desconstrução de vários pilares sob os quais a contemporaneidade está assente. Figuras como a família tradicional, a monogamia e mesmo as relações com o próprio corpo e com a sexualidade estão em jogo e a entrada da prostituição como um forte elemento no tabuleiro movimentalista pode causar alguma modificação substancial no modo pelo qual os movimentos sociais são percebidos.

Se há a crítica aos partidos políticos, há também ao sistema político, que, por ser representativo, verdadeiramente não expressa o desejo de cada cidadão. Cada um, ou, a cada um caberia a decisão sobre a própria vida. Não é à toa que há uma identificação forte entre os Panteras Rosa e o anarquismo.

5.1.4 Red por la Despatologización de las Identidades Trans del

Estado Español

A Red por la Despatologización de las Identidades Trans del Estado Español é um grupo ativista que nos foi indicado durante a entrevista com Sérgio Vitorino, representante do Panteras Rosa. Àquela altura, perguntamos a Sérgio se havia algum grupo espanhol que ele indicasse o trabalho, que de algum modo guardasse similitudes com o ativismo dos Panteras. Ele nos indicou o grupo que passaremos a tratar por òRedö.

Nossa entrevista ocorreu em Barcelona. Coincidentemente, um dia após a visita do papa Bento XVI à cidade. A entrevista ocorreu numa segunda-feira e, no domingo, o papa havia feito uma forte pregação objetivando enaltecer a família nuclear como sendo a portadora dos valores cristãos. Sua passagem pela cidade não ocorreu sem protestos. Muitas pessoas participaram de um õbeijaçoö gay/lésbico no trajeto do papamóvel e terá sido impossível ele não ter percebido o que ocorria.

Nosso entrevistado é um jovem de 23 anos. Colega de profissão, o sociólogo Miguel teria sua identidade trans absolutamente despercebida pelo entrevistador se não a mencionasse explicitamente. Como apresentaremos mais adiante, Miguel inicia sua entrevista esclarecendo: òPrimer punto: Soy transexual y esto condiciona mi perspectiva.ö.

A Red não cabe numa explicação ou enquadramento simplificado como uma associação. Não apenas por não ser formalizada em termos civis, mas especialmente por ter uma amplitude que extrapola os limites do Estado Espanhol. Por mais que tenha surgido em Barcelona e, como o próprio nome aponta, busca como fim último a despatologização das identidades trans em Espanha, a Red ganhou destaque internacional e é considerada uma das principais porta-vozes globais sobre o tema.

O grande aspecto aqui envolvido é que a imensa maioria dos países trata a questão trans como patologia, ou seja, *grosso modo*, identificar-se como trans implica numa necessária inadequação identitária da relação sexo-gênero. Um homem mira-se no espelho e, percebe sua genitália masculina mas não se identifica como homem e sim como mulher ou qualquer outra identificação que não seja a de um homem.

Nos últimos anos, alguns países têm concedido o direito aos seus cidadãos de realizar uma cirurgia que é chamada de õreadequaçãoö. Tal õreadequaçãoö ocorreria à medida em que fosse concedido ao paciente

aquilo que ele reclama¹⁶.

Este é um procedimento que encontra apoio em muitos setores que envolve desde psicólogos e psiquiatras até cirurgiões e assistentes sociais. Há, portanto, uma variada gama de profissionais que acompanham o paciente desde sua escolha até os últimos procedimentos.

Desde a chegada do candidato à ressignificação até a efetiva ressignificação demora-se mais de dois anos. Afinal, a medicina não pode errar e se ela aceita fazer a série de cirurgias é porque está provado cientificamente que o candidato encontra-se inadequado na situação presente. Em termos ainda mais claro,s como é comum ouvir em determinados corredores, õse ele se sente ela então temos que recorrer à cirurgiaã.

Porém, o processo não para neste nível. Logo após vem a etapa jurídica, ou seja, o homem do exemplo torna-se uma mulher. Tem sua documentação alterada e, para todos os efeitos, trata-se de uma mulher.

Ao narrar a situação nestes termos, pode soar frio e parcial da nossa parte. Contudo, não objetivamos aqui esmiuçar os procedimentos médico-jurídicos quanto à ressignificação. O que queremos é acrescentar mais elementos à uma discussão que já está acalorada.

Não se trata de penalizar a prática nem discriminar mais uma vez grupos sociais altamente vulneráveis como as pessoas trans. Trata-se, isso sim, de questionarmos se essa é a melhor e a única solução para a questão. É mesmo necessário, se eu me sinto uma mulher eu ter que passar por cirurgias invasivas que modifiquem totalmente o meu corpo para que o estado avalize e diga õsim, é uma mulherõ?

Mas mais que nossa, essa é a dúvida posta pela Red e que apresentaremos alguns importantes aspectos neste nosso trabalho.

O principal objetivo da Red é lutar pela despatologização, ou seja, transexualidades não seriam consideradas doenças nem inadequações, mas entrariam no vasto campo das liberdades pessoais as quais todos teriam direitos.

Isto no que concerne diretamente ao corpo. O segundo movimento da Red é lutar pela erradicação do preconceito contra trans em todos os espaços. Na educação, onde o número de trans como estudantes é baixíssimo. No trabalho, onde sua contribuição é sempre invisibilizada e até mesmo nos espaços de lazer, onde são sempre postos

16 Se o homem do exemplo anterior não se identifica com seu pênis, a õreadequaçãoõ poderia extrair o pênis e criar uma vagina naquele corpo, por exemplo. Como a õreadequaçãoõ deve ser o mais próximo possível da realidade, o mesmo ocorreria com a feitura de seios, etc.

de lado, ocupando apenas determinados espaços õpermitidosõ.

Se as mudanças pretendidas não são alcançadas em termos globais, a Red atua intensamente em termos de Espanha. Que o Ministério da Saúde local passem a tratar a questão de modo respeitoso e mais amplo, não apenas identificando diante de si um doente, mas uma pessoa com direitos, com liberdade. Que haja maior abertura em termos de aceitação legal dessas pessoas, mas que isso não as torne õespeciaisõ e sim, que sejam percebidas em todas as suas dimensões.

A Red possui um trabalho iminente atrelado às redes sociais da internet e isso é um dos grandes fatores do alcance global. Conta com recursos de cada um dos membros que custeiam suas próprias atividades. São em poucos, mas segundo Miguel bastante eficientes.

Reconhece que estão bastante centrados na questão da patologização e que, necessariamente este não é um tema central para os trans da Espanha nem para do resto do mundo, mas pensam que é muito importante e estão conscientes deste recorte.

Algo que une os membros do grupo é a noção de que não são enfermos. Hoje seu discurso é ouvido no Parlamento Europeu, na ONU, na ILGA, em Congressos Mundiais de Juventude e um dos muitos objetivos é o de criar um dia mundial em defesa de sua causa. O que distingue a Red de outros grupos formados por trans é uma metodologia estratégica. Enquanto alguns preferem defender a ideia de enfermidade física, outros interpretam a situação como uma questão identitária que envolve uma multiplicidade de fatores.

5.1.5 Colectivo de Lesbianas; Gays; Transexuales y Bisexuales de Madrid ó COGAM

A COGAM é uma organização que existe na Espanha desde 1986. É uma das mais antigas em atividade e esteve sempre envolvida com as grandes decisões que afetaram os LGBTs espanhóis.

Por sugestão de nossa entrevistada do Clube Safo, Fabíola Cardoso, buscamos em Madrid a COGAM. Quem falou-nos foi Miguel Martinez que liderava no ano de 2010, as atividades da ONG.

No caso da COGAM, as marcas tradicionais de uma ONG ficam bastante claras. Como este é um formato que ganhou o mundo nos anos 1980, 1990, o mundo ocidental conhece seu enquadramento sem maiores dificuldades.

O principal objetivo ao constituir-se como ONG foi buscar a equiparação política e social de LGBTs. Isto começou com os gays, e o

mesmo se passou com a maioria das associações e depois incorporou-se todo o abecedário. Como objetivo foi/é mostrar que as leis são aprovadas porque há força e estratégia por parte do movimento. Os políticos aprovam porque são exigidos e também porque muitos passam a assumir sua sexualidade. Mais que em termos de leis, em termos de sociedade, já que há que se cumprir o que está na lei, supervisionar para que tudo se cumpra. E este papel de supervisor é que cabe à COGAM.

O ponto principal, dentre vários, ao longo de quase 30 anos de ativismo encabeçado por COGAM foi ter conseguido encampar no Parlamento Espanhol a lei do Matrimônio para pessoas do mesmo sexo. Até ali, 2005, os países considerados mais avançados em termos de legislação que beneficiasse LGBTs na Europa eram Holanda, Bélgica e os países Nórdicos. Porém, o caso espanhol torna-se relevante porque consegue mais do que a aprovação de uma lei de união civil, que era o que ocorria naqueles países, estabelece o casamento para pessoas do mesmo sexo.

Pode parecer pouco ou até irrelevante, mas são duas figuras jurídicas distintas e com impactos sociais igualmente distintos. Unir-se civilmente pouco difere de um contrato entre duas pessoas. Aliás, estas duas pessoas podem ter qualquer nível de relacionamento. Enquanto que o casamento era algo que poderia ocorrer apenas entre um homem e uma mulher e com toda a implicação milenar que há na história humana.

Este grande feito do Movimento LGBT Espanhol foi feito sem que para isso fosse criada uma nova lei especificando a nova situação. Afinal, isso era o que se fazia até então e o que se mantém nos países que possuem regimes semelhantes. Contudo, no caso espanhol, houve apenas uma alteração na lei para que todos coubessem na norma.

Como a imensa maioria de suas congêneres mundo afora, a COGAM trabalha com a prevenção ao HIV/AIDS e conta com subvenções através do próprio estado e também de projetos internacionais.

No que concerne aos fundos oriundos do governo madrilenho, Miguel reclama de pessoas ligadas ao Governo de Madrid - Esperanza Aguirre seria homófoba não declarada e minava as relações com os movimentos enquanto alimentava grupos conservadores. Recordemos que o período de nossas entrevistas ainda eram os socialistas que governavam Espanha, em detrimento dos conservadores, grupo ao qual Esperanza é ligada.

A falta de dinheiro é um grande complicador. Há uma infinidade de objetivos e grupos dentro do coletivo. Temas como direitos humanos,

socialização, emprego, etc. Um dos temas que COGAM começa a trabalhar é a socialização de idosos LGBTs. A própria Espanha tem criado residências para os idosos LGBTs, mas mesmo assim seria algo que carecia de maior incentivo.

O sistema educacional necessita, segundo Miguel, de professores que ensinem a não discriminar, a não aceitar ser discriminado. A COGAM seria um espaço possível de sempre socializar, conhecer gente, e encontrar várias possibilidades de atividades.

Para além do convite à participação no grupo de idosos, há também um grupo de trabalho de auto-ajuda aos pais de filhos homossexuais. Os encontros são sempre na própria sede da COGAM que fica no Bairro Chueca, conhecido internacionalmente por sua vida LGBT.

Uma campanha interessante que transcorria durante nossa entrevista referia-se à escolha que os espanhóis têm do destino de parte do seu dinheiro quando fazem a declaração do imposto de renda. O panfleto questionava se o leitor sabia a quem financiaria naquele ano. No verso, colocava uma série de declarações de bispos e arcebispos de várias partes do país que condenavam explicitamente as práticas de LGBTs. Com esta atitude, COGAM não pedia os benefícios para si, mas sim fazia uma ação política que impedia sua adversária declarada, a Igreja Católica, de receber fundos especialmente daqueles aos quais condenava, no caso, os LGBTs.

Em Madri há eventos muito caros aos LGBTs, as chamadas *Fiestas del Orgullo*, ocorrem entre junho e princípio de julho. São festas, festivais de cinema, onde encontram-se em Espanha vários turistas que chegam pelo verão, mas também há o conagraçamento dos ativistas.

As atividades são propostas como mais do que festas, eventos políticos. O próprio *Desfile*, ou a parada local, ocorre sempre no sábado seguinte ao dia 28 de Junho. Neste caso, o aspecto político também é bastante marcante, porém, como nos moldes brasileiros também há carros de som e a possibilidade de participar é bastante ampla.

A COGAM faz parte de todos estes eventos e auxilia na sua organização. Porém, isso não significa que tudo fique sob seus auspícios. Assim como no caso português, há uma divisão do trabalho entre as várias associações e as atividades nunca são tomadas apenas como do coletivo A ou coletivo B.

6 A FALA DOS ATIVISTAS

Quando dizemos que nossas entrevistas foram realizadas com a ILGA Portugal, Clube Safo, Panteras Rosa, Red pela Despatologización ou com a COGAM, trata-se de uma forma metafórica de dizermos que as entrevistas foram realizadas com seus líderes, com seus representantes.

Por trás de cada coletivo há uma voz. Por trás de cada uma dessas vozes há uma história. Não nos centraremos aqui nas histórias de vida de cada ativista, mas sim, principiaremos este capítulo com alguns depoimentos pessoais que muito esclarecem não apenas sobre as trajetórias pessoais, mas muito especialmente sobre os rumos dos grupos aos quais estes ativistas pertencem.

Pedíamos durante a entrevista apenas uma identificação pessoal e uma descrição sobre o grupo ao qual pertenciam nossos entrevistados. Nestas respostas, sempre há um certo intercruzamento entre as vidas pessoais e as públicas.

Contudo, nenhuma das respostas foi tão incisiva quanto a de Miguel, da Red pela Despatologización:

Primer punto: Soy transexual y esto condiciona mi perspectiva. Segundo punto: Soy parte del activismo trans de mi ciudad y soy uno de los que empezó la Red por la Despatologización de las Identidades Trans del Estado Español, que hoy en día es una red mundial y por lo tanto soy uno de los porta-vozes mundiales del movimiento por la despatologización. Y finalmente soy sociólogo (MISSÉ, 2010).

Como já havíamos apontado em capítulo anterior, se Miguel não tivesse feito esta fala não haveríamos posto em dúvida alguma que tínhamos estado entrevistando um jovem rapaz. Porém, o mesmo Miguel faz questão de dizer que isto condiciona a sua perspectiva e, de algum modo, talvez ele quisesse apontar que isso também passaria a condicionar a perspectiva do entrevistador. O que de fato, penso, não ocorreu.

Nas apresentações que seguem as trajetórias se cruzam, mostrando que a vida do militante e do coletivo guardam limites demasiado tênues. É o caso de Fabíola, do Clube Safo:

O Clube Safo fez parte do meu processo de crescimento e desenvolvimento e foi também um momento muito importante para o movimento gay e lésbico de Portugal. Nasce em 1996, na cidade

de Aveiro, através das mãos de 4 amigas que se conhecem através de uma revista que existia à altura, a Revista Lilás (editada em Lisboa). Essas quatro amigas que moravam nos arredores de Aveiro, juntam-se e numa noite de conversa constata-se que de fato não há nada para além de Lisboa. Numa atitude talvez pouco portuguesa, ao invés de queixarem-se depois irem pra casa e continuar tudo na mesma, decidiram então vamos nós fazer. Surge assim o Clube Safo, tendo duas características principais. A primeira: é uma associação exclusivamente de mulheres, para mulheres e por mulheres, sejam elas lésbicas, bis, à partida lésbicas, mas sem serem exclusivamente lésbicas, mas sim exclusivamente de mulheres, apesar de ter havido algumas atividades que houve participação masculina. A segunda característica é que não pretendíamos fazer uma intervenção no nível social e político, mas naquilo que achávamos que é a raiz das coisas, que são as pessoas. Tanto que quisemos fazer primeiro um trabalho de socialização e de criar um espaço que fosse simultaneamente aberto e seguro para as lésbicas em Portugal, o que não existia na altura (CARDOSO, 2010).

Aqui, percebemos revelado o nascimento de uma associação que surge pela necessidade de reconhecer outras pessoas como semelhantes. Como pessoas que partilham os mesmos desejos, os mesmos dilemas e as mesmas dificuldades. Se hoje, não mais que quinze anos após a criação do Clube Safo, parece-nos relatos de uma era muito distante a troca de correspondências a partir de uma sessão de uma revista, deve-se ao fato que hodiernamente contamos com uma série de mobilidades e possibilidades midiáticas e comunicativas que eram nascentes àquela altura.

Recordo-me que foi justamente em 1996 que a rede mundial passou a ser utilizada no Brasil e a se popularizar mundo afora. Em Portugal não se vivia uma realidade muito distinta.

Se considerarmos a tradição de machismo que ronda Portugal saberemos o grau de preconceito ao qual as mulheres do Clube Safo não de ter sofrido. Um grupo onde homens não podiam participar, que realizava acampamentos e outras atividades exclusivamente para mulheres e isso nem se passava em cidades maiores e sim em cidades pequenas, como o caso de Aveiro.

Isto ajuda-nos a entender um segundo tipo de movimento. Um movimento que não busca reconhecer no outra qualidades suas, mas numa nova onda movimentalista, exigir que este outro lhe respeite por aquilo que você é. Esse é o que pode-se deduzir a partir da fala de Sérgio Vitorino (2010), Panteras Rosa:

As Panteras são, mais que um núcleo de pessoas, um núcleo de ativistas com uma consciência política para além da Questão LGBT. Portanto, fazem ligação ao Feminisimo, para começar, de base e pretendem uma compreensão da homofobia e uma abertura para os outros movimentos sociais [í] nem sempre isentas de conflitos. Por exemplo, não é fácil trabalhar com certas comunidades de imigrantes, não é fácil trabalhar a área da prostituição. Não estamos propriamente afinados ao painel LGBT. Relacionamo-nos, em permanência, com todas as questões de liberdade sexual, com questões de imigração, com questões de trabalho, tentamos fazer isso. Temos uma perspectiva de esquerda radical, se quiser. A nossa estrutura é mais ou menos anárquica. Não somos ideologicamente anarquistas, as Panteras Rosa não são ideologicamente nada, são radicais de esquerda certamente de várias ondas, algumas bastante díspares, mas funcionam bem neste diálogo imenso que a gente não quer intervir de forma decisiva, ou seja, intervir para ganhar, nalguns casos desafiar a lei, nos casos em que ela continua a ser homofóbica. Portanto a prejudicar as pessoas injustamente [í] somos odiados, tanto como somos admirados. Não somos um grupo consensual.

Definir-se sem o fazer. Assumir-se como sendo òideologicamente nadaõ não pode ser apontado a qualquer movimento. Seguindo o postulado por muitos autores é possível perceber que o reconhecimento de um movimento social passa pela forte identidade que um movimento social deve ter. Não se pode dizer que Panteras Rosa não se identifique com nada, na realidade identifica-se com muito. Porém, a identificação não se faz mais de um modo estanque. É fluída, momentânea e, sobretudo, líquida (BAUMAN, 2005).

O leque de possibilidades de intervenção vai desde a atuação com quem se prostitui como quem migra. Pode haver intercruzamentos, mas quando percebidos isoladamente fica clara a linha divisória que há entre

essas vulnerabilidades.

As possibilidades de intervenção são maiores ou menores dependendo do número de ativistas engajados, se há mais que um objetivo de luta bem como se há financiamento para associações que atuam com essa modalidade de busca de recursos.

No caso da ILGA Portugal isso é bastante claro quando questionada sobre as dificuldades:

A ILGA, enquanto organização, é a questão da sustentabilidade. [í] Nós temos uma estrutura muito pesada no âmbito associativo, há muitos projetos, há muitas pessoas a trabalhar. De fato, sem staff é impossível de gerir. E essa é uma de nossas preocupações sistemáticas: Garantir a manutenção do staff. Isso não é fácil e tem a ver diretamente com o funcionamento da organização e não tem a ver com prioridades em termos de atuação política (CÔRTE-REAL, 2010).

A ILGA possui uma estrutura bastante grande. Muitos projetos e posiciona-se como centro em Portugal de referência quando o tema são questões LGBTs. Manter tal estrutura sem financiamento externo é quase impossível.

O Clube Safo institucionalizou-se seis anos após sua fundação objetivando a possibilidade de conseguir parcerias com órgãos fomentadores de projetos, muito embora nunca tenha firmado nenhuma parceria neste sentido:

Ainda hoje em Portugal, se fizermos a pergunta õquem são os parceiros institucionais do movimento gay e lésbico?ö, apesar de ter havido muitos avanços, apesar de termos um governo que tem pegado nas questões gays e lésbicas até com alguma coragem, apesar de termos tido um ano europeu de igualdade para todos em que as questões gays e lésbicas foram tratadas pela primeira vez institucionalmente pelo Governo Português e suas instituições, na parceira com instituições europeias, ainda assim, a questão gay e lésbica não compete institucionalmente a ninguém em Portugal. Se for ver aquilo que temos de mais próximo que é a CIGA ó Comissão para a Igualdade de Gênero, a sua lei orgânica, a não ser que tenha sido alterada recentemente, não contempla especificamente as questões de orientação sexual, questões de homofobia.

Portanto, nós continuamos sem grandes parceiros. Os projetos de outras associações têm sido apresentados basicamente a duas instituições: Ao IPIJ, associações que se assumem como associações de jovens e conseguem recolher apoio por aí, ou parceiros europeus, participação em projetos europeus multinacionais. Agora a CIGA está a apoiar a ILGA, em questões mais pontuais, mas porque há uma boa vontade política do PS para que isso aconteça (CARDOSO, 2010).

O caso português levantado por Fabíola torna explícita a diferença que há entre este e o caso espanhol. O tipo de relações que os movimentos LGBTs de Espanha conseguiram estabelecer e o tipo de aliança que conseguem mobilizar torna a vida das associações menos intranquila:

Isto é uma diferença muito grande [í] com aquilo que aconteceu ao movimento gay e lésbico de Espanha. Em Espanha, apesar da situação política, de estar o PSOE no governo outra vez, antes do PSOE tivemos o PP no Governo, mas antes, tivemos mais de 10 anos de governo PSOE. Durante aqueles 10 anos, foram criadas múltiplas parcerias institucionais para o movimento gay e lésbico. Não tanto parcerias com o poder central, mas principalmente com o poder autonómico, dos governos regionais, dos ayuntamientos, em quase todas as câmaras municipais de Espanha há um departamento de questões de igualdade que cuida das questões de raça, gênero e orientação sexual e junto desses parceiros as associações gays e lésbicas conseguiram apoios para fazer campanha de visibilidade, campanhas de prevenção ao HIV, festivais de cinema, para fazer grupos de apoio. Ou seja, em Espanha criou-se um movimento gay e lésbico durante esse primeiro período de governo PSOE. E não estou a dizer que não houve, se calhar, algum clientelismo e algum apoio mútuo entre o movimento e o PSOE, mas criou-se uma diversidade de associações que receberam apoios e que criaram um movimento muito transversal, muito alargado, muito forte na sociedade espanhola. Isso nunca chegou a acontecer em Portugal (CARDOSO, 2010).

Esta relação, mais do que propriamente efetiva, revela o modo

pelo qual a Espanha e os movimentos LGBTs espanhóis são observados por Portugal e pelos movimentos LGBTs portugueses. Não se trata aqui de apenas uma reclamação ao apontar os próprios movimentos LGBTs portugueses de inpetos, mas a crítica vai além e se aplica às capacidades associativas dos lusitanos que, ao coser as relações entre sociedade civil e estado estabelece-se um hiato que apenas pode ser preenchido quando o poder central é ocupado por forças minimamente simpáticas à causa.

Quando perguntamos à COGAM sobre as relações com o Estado Espanhol a resposta que obtemos é a seguinte:

Con el Municipal alguna relación, digamos, buena. En estos momentos está Alberto Ruy Galardón que, digamos, que es dentro del Partido Popular, un centro moderado. Con la Comunidad de Madrid, que es de una derecha tradicional, aun que los llamen liberales, demócratas-cristianos, lo que sea, la relación es bastante tensa por no decir mala, está bastante mal. Y a nivel Estatal, pues bueno, pues tiramos de ellos, el Partido Socialista que ha promulgado una serie de leyes, que nosotros estamos detrás de ellas, la que promulga la modificación del Código Civil, también ha promulgado leyes a favor de la recignificación del sexo para personas transexuales. Con ellos estamos bien. Podríamos estar mejor, pero bueno, hay que contentar a todo el mundo y entendemos que no solamente nosotros somos los que tenemos que estar ahí, pero bueno. Las relaciones en estos sentidos son buenas (MARTINEZ, 2010).

Como observamos, quando a percepção é mais próxima podemos perceber que aquilo que é, a distância, um tipo de relação estabelecida de modo mais duradouro também apresenta alguma precariedade. Não apenas isso, mas também acaba produzindo fortes exclusões de grupos que questionam determinadas posturas políticas ou que pensam de modo diferente daquele que ainda parece ser o pensamento da maioria. Vejamos o que nos aponta o representante da Red por la Despatologización:

Nosotros, que somos una red estatal, que en todas las ciudades españolas tenemos una base fuerte en relación a la despatologización y que somos los que hemos llevado el debate al Gobierno, cuando el Gobierno ha decidido tratar la cuestión nos ha excluido del debate y ha invitado al portavoz oficial de la Federación Estatal y nosotros hemos

quedado fuera. Por qué? Porque nosotros criticamos abiertamente el discurso de la Federación. Es decir, las ONGs han se convertido en empresas gays que tienen un discurso que creo muy, muy poco permeable y que tiene unos objetivos muy concretos, aun que sea criticados por lesbianas, bisexuales. Entonces España había desoído la cuestión de la despadronización hasta que no ha podido más, hasta que se ha dado cuenta la Federación, que tenía que tener integrado en su discurso la cuestión de la despatologización trans (MISSÉ, 2010).

A Federação Estatal apontada pela Red ó e da qual a Red não faz parte - é uma associação de associações LGBTs e que é uma construção dos movimentos LGBTs espanhóis que é percebida de modo, talvez, até mais propositivo pelo exterior do que dentro da própria Espanha. Não que seja mal vista internamente, mas a percepção internacional aponta para ela maiores resultados e conquistas ao movimento LGBT. Basta para isso entendermos o que nos diz o Clube Safo:

Buscamos fazer parceria com Movimento do Estado Espanhol, ou seja, em todas as mesas sempre teve algum representante que nos veio de Espanha [í] porque o público tinha essa ligação com a Espanha. Pelas mãos da Opus Gay fomos convidados a participar na FELG ó Federação Estatal Lésbica e Gay do Estado Espanhol que reunia um conjunto de associações moderada, não todas as associações do Estado Espanhol, mas era um número significativo com mais de 100 associações que realizava periodicamente em vários pontos do Estado Espanhol reuniões e reflexões e tentava criar parcerias, entrosamento entre as várias associações. Isto era um nível de associação 10 ou 20 anos à frente daquilo que havia em Portugal. A realidade portuguesa geograficamente é mais pequena, o número de associações era muitíssimo mais reduzido, a sua capacidade de comunicação também era bastante reduzida e sua capacidade de ação comum não era tão significativa (CARDOSO, 2010).

O caso acima demonstra claramente como a mesma estrutura criticada pela Red pode ser tomada a partir de fora. Em verdade, o que temos em jogo, dentre tantos aspectos, é como acessar o estado. O Clube Safo acredita que a relação estado-movimento em Espanha foi mais

proveitoso e rentável ao movimento LGBT português. Como não havia em Portugal uma FELG ó e possivelmente se fosse criada não contaria com um número tão significativo como no caso de Espanha- uma das possibilidades era pertencer a essa associação de associações que é iminentemente espanhola.

Além desta relação, podemos perceber que entre o próprio movimento lusitano havia descompassos que poderiam ser concertados em termos caseiros. Por que não ocorreu? Muito possivelmente por ser um movimento menos articulado com os pares e por apresentar uma relação mais clientelista com o estado.

Na fala dos Panteras, a relação que eles estabelecem com o Estado Português é bem mais pragmática e assertiva:

Más, muito más [risos]! Nós financiamos casos de denúncia de discriminação em tribunal. Como o resto do movimento hoje estamos a fazer, mas antes ninguém fazia e continua a ser complicado encontrar pessoas solidárias a financiar porque é algo muito caro, mas fizemos, inclusive há casos no Tribunal Europeu, mas acho que é só. Nossa relação com o Estado é uma relação de utilização, conquista de espaço, conquista de recurso para o movimento, nunca para nós, nunca para a nossa atividade e sempre na base da chantagem agressiva. Nós não somos pela existência do Estado. Não somos pela existência deste Estado (VITORINO, 2010).

Torna-se inútil repetir a frase última dos Panteras. Se o estado não deveria existir, por que haveriam eles de lutar para estabelecer vínculos entre estado e movimento? Logicamente isso não significa não se utilizar de seu aparato, claro que isso será feito, mas de um modo utilitário.

O caso da Red parece-nos ser percebido pelos próprios pares como um discurso pouco legitimado. Quer seja por não fazer parte da FELG ou até por defender uma postura bastante vanguardista de movimento trans. Porém, isso não impede de a Red perceber que, quando eles reclamam uma postura não são atendidos pelo Estado Espanhol, mas quando a FELG o faz o resultado é diferente:

Bueno, son las guerras políticas de cualquier movimiento que tienen su oficialismo, su institucionalización. Esto es, las relaciones con el Estado son complejas, porque creo que marcamos el discurso, es decir, al fin y al cabo la Federación

Estatal copia nuestro discurso porque no tiene uno propio, pero también nos excluí del dialogo (MISSE, 2010).

Os limites das relações avançam e retraem-se mas muito dos mesmos pode ter explicação na fluidez interna de dado coletivo. Vamos à fala de COGAM:

Los límites los ponemos nosotros mismos. Pero, una organización como COGAN o otras ONGs ele hecho que se trabaje democráticamente es decir que la opinión de muchas personas se puede poner en común. Esto implica que los límites, muchas veces, nuestros límites los pasamos, los sobrepasamos por la opinión que puedan tener otras personas que forman parte de la organización y esto está muy bien, porque la autocensura nos leva muchas veces a limitarnos en exceso. Somos capaces de hacer una serie de objetivos pero nuestras preocupaciones nos limitan a cosas muy determinadas, pudiendo hacer más cosas, en este sentido está bien (MARTINEZ, 2010).

Para além da fluidez interna, um aspecto que jamais pode ser ignorado é da realidade que cerca este mesmo movimento. O movimento nasce para modificar óou manter- determinadas posturas de uma dada sociedade. No mundo globalizado quando as pessoas tomam conhecimento de práticas muitas vezes muito distantes mas que são entendidas como benéficas a si ou a grupos aos quais se vinculem elas são adaptadas, ou tenta-se adaptá-las às realidades locais. Isto ocorre com boa parte dos movimentos sociais contemporâneos e, conseqüentemente com o movimento LGBT. Para entendermos esse processo de dificuldades e conquistas vamos ao Clube Safo:

A principal dificuldade é a luta pela visibilidade social. Que passa, inevitavelmente, pelo estabelecimento de uma identidade pessoal e que depois essa identidade se constitua enquanto parceria entre várias pessoas numa espécie de identidade política, de identidade social que se torne reivindicação política. Eu acho que esse é o cerne do Movimento Gay e Lésbico que aconteceu noutros países muito mais cedo que em Portugal só se iniciou com o 25 de Abril. Nós, até o 25 de Abril de 1974, temos uma estrutura em que não existe identidade homossexual, existem

práticas, que são condenadas por lei e a homossexualidade só é discriminada em Portugal apenas em 1982. Portanto, continua a ser motivo de prisão até 1982, e só de fato a partir daí é que se começa a construir isso não quer dizer que não houvesse homossexuais em Portugal anteriormente, havia, mas não havia de fato uma identidade propriamente dita. Somente depois do 25 de Abril é que se tenta esse processo e devido a todas as falhas que nossa sociedade tinha, quer de desenvolvimento econômico, quer de informação, Portugal viveu isolado, fechado numa cápsula, só algumas elites conseguiam furar, a informação não chegava (CARDOSO, 2010).

É inegável que, no caso português, a ditadura que isolou o país por décadas dificultava qualquer interação com grupos internacionais, mas de modo muito especial, também dificultava qualquer estabelecimento de relações entre aquelas e aquelas que se identificavam como gays e lésbicas no próprio país.

A autocrítica de setores do movimento LGBT português é bastante grande. Não apenas no que se refere às dificuldades exteriores ao próprio movimento, mas também críticas às posturas dos próprios LGBTs locais. Nas palavras dos Panteras, a homofobia não é apenas exercida a partir de fora, mas muito a partir de dentro:

A dificuldade principal que nós temos é a falta de politização, um movimento muito despolitizado. Sobretudo a parte masculina. E muito machista. Como, aliás, qualquer cultura gay no mundo. Basta abrir qualquer site de engate, a apresentação típica de qualquer gay em Lisboa, ou qualquer parte do país, tem 3 pontos fortes, digamos assim, são quase universais: Sou muito macho, masculino. Não gosto de bichas. Brasileiros abstenham-se -encontra-se aqui- e o ãeu sou normalõ, são quatro, o papel da normalidade. Uma condenação moral dos outros, são cinco! Da bicha, da traveca de todos aqueles que estão abaixo daquilo que estabelecemos como bitola para nós. Que fundamentalmente somos gays, mas muito homens. Este é o discurso dominante e é um discurso que nós contestamos (VITORINO, 2010).

Trabalhar com questões delicadas como estas não é tarefa fácil.

Pois, se num primeiro momento torna-se até mais fácil identificar uma série de dificuldades na comunidade não LGBT, como agir quando se percebe a existência e perpetuação de um discurso homofóbico entre os próprios LGBTs?

Como contestamos também distingue As Panteras e mantém o debate aceso, inclusive com boa parte da comunidade trans que o debate sobre a despsiquiatrização trans, que é a questão de afirmar e de escolher como linha de política internacional e nacional a ideia de que a transexualidade, de que todas as fugas ao modelo binário de gênero não são doenças. São variações e que, portanto, há que dar um salto qualitativo no movimento transexual, transgênero. Fazer ligações ao Feminismo que ainda não foram feitas. Isso não é exemplo de conflito, porque muitas vezes o movimento, especialmente o transexual, tem uma leitura binária da sua própria condição, da sua própria realidade e uma leitura de doença (VITORINO, 2010).

É corrente entre nossos entrevistados que o preconceito contra LGBTs é generalizado. Porém, o preconceito com o seguimento trans, o õTö da sigla, é muito mais grave.

Para a COGAM, é muito necessário algum tipo de intervenção que possa mudar a realidade de vida a qual muitos e muitas trans são submetidos. Afinal, se há uma hierarquização das exclusões, é pouco provável que não seja algo liderado por trans:

Yo diría que es el día a día, la constancia de intentar conseguir que una persona transexual que venga a la bolsa de trabajo, que encuentre una oferta, que no tenga que ir acompañada del técnico de empleo, por ejemplo, al trabajo para decir ñaquí está esta persona, está capacitada para desarrollar el puesto que ustedes ofrecen y, aun que parezca que es una mujer en el carné de identidad ponen Antonio, que la ley nos ampara, pero el jefe del personal pone en carné Antonio. Pero está en trámite. Todos esas dificultades del día a día (MARTINEZ, 2010).

Ainda sobre este tipo de preconceito, a fala da Red também é importantíssima, já que o segmento trans é seu principal foco de luta:

[í] Al fin y al cabo, nuestro trabajo yo creo sea que la gente trans ó y por extensión el resto de la

ciudadanía- viva con mayor libertad de su cuerpo [í], que tenga más espacios para hacer estas preguntas que tienen que hacer, y que tengan más referencias positivos desde una perspectiva no patologizante, porque pensamos que la patologización desempodera y estigmatiza. Esto es realmente el objetivo último es que podríamos elaborar materiales, espacios, referencias desde una perspectiva no patologizante que la gente trans de base podría entender. Yo creo que es una cuestión de clase social muy importante que hace que mucha gente no entienda o se sienta muy lejana al debate queer, al debate de género, sobre el derecho al propio cuerpo, al debate feminista porque no lo entienden, no es una parte de su vida cotidiana. Y para mí, el gran reto es trasladarlo, no trabajar en nuestros círculos sectarios donde todos estamos de acuerdo, de congreso en congreso (MISSÉ, 2010).

Tal tarefa a qual têm como objetivo alguns grupos não é considerada nada fácil. Pois aqui há algo de muito novo mesmo para os movimentos sociais. Comumente, os movimentos surgem a fim de levar adiante um determinado objetivo. Porém, este objetivo é muito claro e, muitas vezes, apresenta uma certa sensação de instabilidade. Este parecia ser o caso do movimento trans ao exigir o acesso às cirurgias. Contudo, agora surge um movimento, a partir de setores do próprio movimento, que não reivindicam mais a cirurgia, mas vão além: desconstruem a própria ideia relacional de sexo-gênero que pouco modifica-se ao longo dos anos na medicina. É deixar de perceber as/os trans como uma situação de distúrbio e sim como mais uma variante de um conjunto riquíssimo que representa a diversidade humana.

Hoje em dia, muitos países já esperam até os 18 anos para decidir, permitem à pessoa escolher realizar uma cirurgia ou não. Mas muitas vezes não é o caso. Há muitas discussões informais para a operação à nascença ainda hoje em Portugal é assim. É obviamente uma violência, uma fábrica de fazer transexuais, de complicar a vida das pessoas na sua auto-percepção de gênero às vezes para a vida toda. O movimento aqui em Portugal ainda não entendeu isto (VITORINO, 2010).

Entretanto, para além do que nos diz o representante dos Panteras Rosa, ele mesmo nos aponta que não apenas há dificuldade pela

despsiquiatrização como há uma fortíssima relutância por partes das/dos próprias/próprios trans:

O movimento associativo é relativamente consciente, mas muito pequenino. A sua capacidade de discussão política, debate político, partilha desse debate político com uma massa de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros é muito complicado ainda porque é uma comunidade muito oprimida, muito expandida e, em grande medida, não saiu do armário. Saíram publicamente, mas as vidas estão a começar a sair. Saem na noite de Lisboa, no limite do Bairro Alto e da Príncipe Real, mas não saem dali. Estão aqui na noite e na televisão, no resto Escondido (VITORINO, 2010).

Aqui nos deparamos com a dificuldade imensa de diálogo e interação que muitas vezes permeia o movimento LGBT. Há um novo discurso sobre outras possibilidades de vida às trans, contudo, nem toda pessoa trans se reconhece neste novo discurso, afinal, já estavam mais ou menos adaptados aos antigos discursos (ou não tão antigos) que apontavam a necessidade e, especialmente, a viabilidade de uma cirurgia patrocinada pelo Estado.

As/os trans são, obviamente, as pessoas mais autorizadas a falar sobre si próprios. Mas isso nos aponta para algo além: Afinal, o que é (se há) o elo entre as siglas L, G, B e T?

O elo é mesmo a experiência da homofobia, e homofobia aqui como *lato senso* [í]. O preconceito não distingue as identidades, o problema é esse, o preconceito é muito mais difuso que as identidades. O trabalho é precisamente desmontar essa difusão e afirmar as identidades. Mas, na realidade, acho que aquilo que há em comum em todas essas pessoas é essa experiência e a noção de que este preconceito existe na sociedade desde que nascemos, não é? Enfrentar isso, ter a experiência do insulto, ter a experiência do isolamento, da invisibilidade e toda essa experiência é comum, mais ou menos, a LGB e T, e isso ajuda a unir as pessoas contra esse preconceito. É claro que em última análise é sempre a questão de gênero que está na base desse preconceito. Portanto, a união vai mais além de L, G, B e T, vai também para as mulheres necessariamente numa luta mais abrangente

contra o sexismo. Há aqui muitas uniões possíveis (CÔRTE-REAL, 2010).

Se para o representante da ILGA Portugal a homofobia, ou a experiência da homofobia é o elo, para o representante da COGAM é a tolerância:

El punto de unión, el nexo, yo creo que es la tolerancia. La tolerancia y la diversidad. Todos somos hijos de nuestro padre y de nuestra madre y todos somos diferentes, pero, al mismo tiempo, todos somos iguales. Estamos buscando una serie de objetivos y estamos buscando una arcadia maravillosa y estupenda donde todos seamos felices, sin discriminación y que todos vivamos muy bien, no? Todos tolerándonos, todos diciendo que bonito, que maravilloso. Toda esa L, G, T, B, I y pa y pe y todas esas letras, pues bueno, la tolerancia dentro de la diversidad y la diferencia que podamos estar a cima reaccionando y relacionando entre nosotros para conseguir una serie de objetivos. Para luchar contra el desalojo de una casa que está abandonada y que vienen los ocupas, pues que todos estebemos ahí, sean ancianos, sean curas progresistas, o no progresistas, transexuales, bisexuales, heterosexuales, que estamos ahí por un algo que socialmente es rechazable. Por ejemplo, porque un piso tiene que estar vacío, simplemente porque el dueño quer especular sobre los terrenos, lo que sea y hay gente que puede necesitar esos pisos, algo así, la comunicación de todos que se puede hacer. Estupendo! Yo creo que podría ser el nexo de unión, la tolerancia dentro de la diversidad, que cada vez hay más letras y a nosotros que somos mayores nos cuesta adaptarnos a todo eso¹⁷ (MARTINEZ, 2010).

Porém, nem todos os nossos grupos ativistas entrevistados têm uma visão mais universalista das possibilidades de vivência conjunta. Há uma crítica bastante feroz, não apenas quanto às experiências de violência às quais os movimentos LGBTs estão expostos, mas também uma capacidade de autocrítica que se perdeu desde os princípios do movimento. Vamos à Red:

17 O ativista refere-se aqui a adaptação às letras da sigla.

Hay un modelo sexo-género, muy violento, que se visibilizan gays por una determinada conducta, que se visibilizan lesbianas y bisexuales por otra, transexuales transgéneros, travestis, drag-queens, te diría. Las bases de eso? El derecho al propio cuerpo, a una libre identidad de género una libre sexualidad. Y yo creo, por supuesto, que nos une, lo que pasa evidentemente es que la identidad puede ser estratégica políticamente en uno determinado momento, etc, etc, etc y yo creo que a nivel de movimiento LGBT y hoy en día, con la historia que tenemos, se ha hecho muy poca autocrítica. Es decir, seguimos sin intentar asumir que Stonewall, una revuelta de la cual somos herederos, que era mucho más avanzada que nosotros hoy en día. Un nivel que lo que importa es ser normal. Lo que importa es ser un ciudadano que tiene un trabajo, un empleo, que tiene una familia, que tiene yo creo que hasta cierto punto nosotros estamos traicionando nuestra propia raíz, no? La lucha en el inicio y no solo Stonewall pero antes de Stonewall ha sido una lucha cuerpo a cuerpo por nuestros derechos a la identidad, a la sexualidad y hoy en día se ha convertido en algo mucho más burocratizado, una cuestión de papeles de derecho, de páginas y ahí se ha perdido mucho. Yo creo que al movimiento LGBT le falta autocrítica porque tenemos un punto en común que se nos ha olvidado, se ha salido de las manos (MISSÉ, 2010).

De um modo mais direto, a representante do Clube Safo aponta as dificuldades impostas pela sociedade e, conseqüentemente a própria sociedade, como o principal elo:

O elo quer entre o G, L o B e o T, quer dentro do próprio elo, quer dentro do próprio G é a sociedade em que vivemos, é a pressão social é o sistema social, econômico, político, religioso, profundamente homofóbico, heterossexista, binarista em termos de gênero que temos. Isto quer dizer que à medida em que vamos questionando esse sistema estamos também a fragmentar aquilo que nos une, estamos a diluir (CARDOSO, 2010).

Ao apresentar estes fatores de erosão, Fabíola os relaciona às

parcerias que o movimento LGBT, ou mais especificamente os movimentos gays e lésbicos, poderiam passar a ter como parceiros mais diretos:

Se é essa pressão, essa estigmatização social que nos mantém ligados uns aos outros, à medida em que vamos questionando, causando a erosão ou até a própria destruição de alguns dos pilares que suportam essa estrutura também vamos fragmentado as ligações entre nós. Por isso que eu acho importante o próprio Movimento Gay e Lésbico estabelecer parcerias com outros movimentos (CARDOSO, 2010).

Quais seriam estes outros movimentos? No caso do Clube Safo, mais provavelmente o movimento feminista. Para além disso, vamos a uma solução por sua representante apresentada:

Qual será a solução disto? O fim do Movimento Gay e Lésbico e eu penso que será a fragmentação e um enriquecimento do Movimento Gay e Lésbico, ou seja, deixarmos de ter uma coisa que parece uma frente comum onde estamos todos de acordo. Não, não estamos todos de acordo. Não, temos milhões de coisas que nos fazem divergirmos uns dos outros. Se calhar, daqui 10 anos teremos um movimento em que teremos os gays conservadores a liderar partidos de extrema-direita, como temos na Holanda, quiçá teremos os gays mais preocupados com questões étnicas, da raça, mais associados. Se calhar termos os gays e as lésbica mais radicais ligados a movimentos de poliamor e isto constituirá um outro passo em que de fato esta fachada comum que é a do Movimento Gay e Lésbico ruirá e emergirá uma enormíssima diversidade de movimentos que se vão aliando a outros parceiros enriquecendo a luta e o movimento social (CARDOSO, 2010).

É interessante perceber a fala da ativista sobre as possibilidades, não poucas, de dispersão do movimento LGBT. Mais interessante ainda é perceber como uma espécie de tabu no interior do movimento é emerso de forma tão clara. Não é a primeira a vez que percebemos ativistas do movimento tratarem sobre as divisões internas do movimento e sobre a clara possibilidade destes movimentos tornarem-se absolutamente distintos. Dos dois lados do Atlântico há vozes pronunciando-se sobre uma eventual hipocrisia que une as letras LGBT.

Contudo, há de se notar que na nossa experiência conhecendo ONGs, grupos, coletivos e demais movimentos, nunca são os gays a fazer referência aos obstáculos insuperáveis para a união da sigla. Via de regra são as lésbicas a apontar para este fenômeno, com alguma expressão, mesmo que tangencial, por parte de trans.

De fato, desde os princípios daquele que era chamado Movimento Homossexual há queixas por parte das mulheres partícipes de machismo e exclusão por parte dos homens. Neste caso, notadamente, há ou haveria a reprodução das relações sociais que ainda privilegiam o homem, o masculino, em detrimento da mulher e de tudo o que esteja atrelado ao feminino¹⁸.

Isto ocorre no Brasil e parece não ser muito diferente na Ibéria. A fala de Fabíola demonstra claramente a existência de fissuras e de objetivos não consonantes entre as siglas. Cabe-nos descobrir se essa é uma postura muito localizada ou se há vozes subterrâneas com força para vir à tona e transformar tal situação.

Gays, de um modo geral, são os dirigentes de organizações de defesa de LGBTs. Portanto, nada mais lógico do que a produção dos discursos vir justamente destes atores. Afinal, se eles estão à frente dos movimentos e, ao contrário de outros movimentos, há no movimento LGBT uma fortíssima ligação com a academia e, portanto, muitos membros com altas titulações acadêmicas, uma produção que induza a crença na existência de união, tanto de objetivos quanto de fraternidade, entre a sigla, torna-se um exercício mais complexo em se perceber o contrário.

Como o Movimento LGBT possui uma forte tendência universalista, deixar de englobar todos aqueles que são considerados òLGBTsô é uma estratégia que tende a ser evitada. Entretanto, não é porque não se diz o que se diz que os fatos deixam de ocorrer ou deixa-se de perceber que a linha que mantém todas as letras unidas numa sigla talvez seja de união tão dúbia quanto muitas vezes parece ser entre as sexualidades envolvidas.

Porém, nem tudo leva a crer para um fim autofágico do Movimento LGBT tão cedo. Quando percebemos a própria identificação com objetivos a longo prazo ou até mesmo aqueles já conquistados, conhecemos um dos outros lados da mesma realidade apontada por COGAM:

18 De acordo com João Silvério Trevisan, na obra òDevassos no paraísoô (2000), o mesmo fato ocorria no início do movimento no Brasil.

Los límites los ponemos nosotros mismos. Pero, una organización como COGAM o otras ONGs ele hecho que se trabaje democráticamente es decir que la opinión de muchas personas se puede poner en común. Esto implica que los límites, muchas veces, nuestros límites los pasamos, los sobrepasamos por la opinión que puedan tener otras personas que forman parte de la organización y esto está muy bien, porque la autocensura nos leva muchas veces a limitarnos en exceso. Somos capaces de hacer una serie de objetivos pero nuestras preocupaciones nos limitan a cosas muy determinadas, pudiendo hacer más cosas, en este sentido está bien (MARTINEZ, 2010).

Ultrapassar barreiras, permitir o florescimento de novas ideias para a construção de uma sociedade mais equânime. Talvez aí resida um dos aspectos mais interessantes do Movimento LGBT. Como aponta o Clube Safo:

Eu acho que o Movimento gay e Lésbico tem, simultaneamente, um papel ao qual não consegue fugir, ainda que queira, de questionar os próprios modelos vigentes, ou seja, nós ao alargar o conceito de casamento de duas pessoas do mesmo sexo, ao alargarmos o conceito de família a uma nova realidade, estamos a questionar estes próprios conceitos, ou seja, nós simultaneamente não estamos só a integrarmos na sociedade, mas estamos a fazer com que a sociedade evolua, com que a sociedade mude e com que a sociedade seja significativamente diferente e em progresso. Portanto, de algum modo nós vamos também, por um lado pretendemos a normalização, mas por outro vamos arrastando essa sociedade para longe dessa norma levando a questionar. Por isso penso que o Movimento Gay e Lésbico é uma grande mais-valia, não só pra gays e lésbicas, mas para todas as sociedades [í] porque de fato o movimento serve como uma espécie de alavanca que obriga a sociedade a melhorar, a evoluir, a descobrir novas formas mais respeitadoras das pessoas e do seu direito à felicidade. Portanto, se calhar, de fato, não há limites. O limite será a própria evolução, a própria mudança social.

Surgem repetidamente novos conceitos [í] a questão dos õlõ, dos intersexuais, a questão da intersexualidade, por exemplo. Outra questão que começa a se afirmar dentro do Movimento Gay e Lésbico é o Movimento Poli. O Movimento Poli-amoroso, que vem questionar todo o padrão monogâmico e de relação exclusiva. Estes dois movimentos já são a vanguarda do Movimento Gay e Lésbico e que começam a encontrar resistências não só na sociedade heterossexista, mas dentro do Movimento Gay e Lésbico mais conservador, mais normativo. Portanto, há aqui uma dialética, que se Marx tiver razão nos há de manter em funcionamento e haverá renovação constante ad aeternum (CARDOSO, 2010).

Indubitavelmente cada movimento, cada grupo, cada coletivo, por mais que porte bandeiras claras e, no caso específico do movimento LGBT, as bandeiras principais sejam a luta contra a discriminação e pelo acesso a direitos, há alguns elementos que unem este movimento a quaisquer outros que reivindicuem para si a identidade de movimentos sociais.

A teoria, especialmente a sociológica, debruçou-se por décadas ao estudo incansável dos chamados movimentos sociais. Esquadrinhou, analisou, delimitou, diferenciou e, por fim, dependendo da corrente teórica do sociólogo da ocasião apontou os elementos vitais para classificar um aglomerado de pessoas como um movimento social.

Contudo, talvez caiba aqui um exercício que implique um passo adiante. Não necessariamente inovador, mas que ao menos permite ao próprio campo de estudos a voz que seja suficientemente audível à academia e que permita entendermos o que estes dirigentes dizem entender como õmovimento socialõ e o que impulsiona seus grupos a continuar suas ações e se os mesmos classificam-se como movimentos sociais.

Vamos à fala da ILGA-Portugal:

Movimento Social é, a partida, não só um conjunto de pessoas, mas também de atividades [í] que têm o objetivo concreto de mudança da sociedade. Portanto, aqui nós fazemos parte claramente de um movimento social. Não só do Movimento LGBT, mas também mais do que isso, de um movimento antidiscriminação, que é mais abrangente, do movimento feminista, que é também mais abrangente. Portanto, temos aqui

vários contributos para movimentos sociais. Integramos estes movimentos não só a nível nacional, mas a nível europeu, internacional (CÔRTE-REAL, 2010).

Com esta leitura, podemos considerar que alguns dos objetivos de um movimento social seja realizar um trabalho, um projeto que vá para além da simples união de pessoas num dado lugar. Há projetos e relação com outros grupos, igualmente classificados pelos pares como movimentos, mas que extrapolam as relações dentro de uma mesma fronteira delimitada.

Segundo o Clube Safo, é importante também a existência de uma causa que seja considerada comum aos membros:

Para mim, um movimento social é um grupo de pessoas unidas por uma causa comum, por um elemento unificador, não se limita a encontrar união entre si por esta característica, mas procura alterar as condições em que esta característica é percebida pela sociedade, ou seja, servem-se dessa característica como elemento de união para transformar a própria sociedade que os define, que os caracteriza. Portanto, é também um movimento em que as pessoas não querem promover a efetivação de mudanças dentro da própria sociedade ou mudanças, ou manutenção de características que já existem dentro da própria sociedade e como tal constituem senão como indivíduos isolados, mas como movimento que procura atingir os seus objetivos. E penso eu que é uma ferramenta extremamente poderosa, nomeadamente falamos do movimento gay e lésbico, tem permitido deste teorização, produção artística, intervenção social, mudanças legislativas. Portanto, se calhar, as grandes transformações do passado que foram feitas individualmente pelo pensador A, B ou C, sei lá, falemos em Freud, Einsteine, Marx, neste momento são feitas pelos movimentos. Falemos, sei lá, do movimento das mulheres, do sindicalismo do movimento gay e lésbico. Portanto, os movimentos sociais constituíram-se nos últimos anos como os grandes atores da transformação e da mudança social. Eventualmente aliados aos partidos políticos, sendo que não sei quem continuará para a próxima

etapa, se os partidos políticos ou os movimentos sociais ou se há ou não uma grande promiscuidade entre os dois (CARDOSO, 2010).

Além de uma causa comum que una as pessoas dentro de uma perspectiva de alteração da realidade, um movimento pode também ser produtor de novas realidades, sejam elas políticas ou até mesmo artísticas. Como o movimento LGBT é um movimento bastante específico, nomeadamente pelo seu forte teor de trocas entre si e entre academia, consegue trazer à tona mudanças sociais preconizadas e valorizadas por intelectuais, tanto do passado quanto do presente, e promove alterações no dia-a-dia das pessoas.

Um movimento social é, antes de tudo, um espaço de discussões e que procura, de algum modo, alterar determinado *status quo*. Isto não significa dizer que todo movimento busca uma alteração de realidade. Muitas vezes, busca-se manter determinada prática. Num caso como este, se o *status quo* prima pela mudança, pela alteração, pode ser que haja movimento que queira justamente a reificação de valores de um passado quase mítico. Ou nas palavras dos Panteras Rosa:

O movimento social pode ser reacionário [í] O movimento social que eu gostaria de ver crescer é um movimento social independente, vindo do crescimento pessoal de cada indivíduo, do ganhar de consciência da sua condição de suas possibilidades, de um desejo de melhorar a vida para si e para os outros. Um movimento solidário, numa tentativa de compreender o mundo e não de passar ao largo da vida dos outros como se não tivesse o mínimo valor. E pessoas conscientes também de sua auto-construção. Há muita gente demasiada má no mundo. Acho que o movimento associativo serve para fazer crescer as pessoas (VITORINO, 2010).

Auto-construção, superação, crescimento pessoal. Eis alguns termos que podem ser apontados como chave de entendimento para um movimento social. Porém, mais do que a construção de um arcabouço romântico sobre os movimentos sociais ou sobre seu objetivo final, entre o desejável e o iminente palpável há a necessidade da prática efetiva, no momento em que o dano ou o elemento a ser combatido se manifesta. Ou no olhar da COGAM:

[í] Gente de la calle que tiene un compromiso y hay algo que no le cuadra socialmente, algo que socialmente esta rechazado y que te toca un poco

en la piel y el sentimiento de decir esto no es lógico, esto no está bien y hay que luchar por eso. No luchar con una pistola o ponernos a pegarnos, no. Sí luchar con el racionalmente, con el pensamiento y buscar soluciones a todos esos problemas sociales que estamos enfrentando día a día. Gente que está tirada por la calle porque las han despedido del trabajo, indigentes, gente que viene de otros países porque en sus países concretamente a los homosexuales les están matando. Ya no te digo a los transexuales ni a las lesbianas, que en muchos países, no estoy hablando de países islámicos moderados, pero islámicos integristas o africanos que no son islamistas pero donde la condición de la mujer es nefasta. [í] Los gayes los están ahorcando, están matando, imagínate a las mujeres? Entonces movimiento social es eso que está luchando: Gente que se une para luchar por unas cosas que considera que no son lógicas que no son buenas para la convivencia. Luchan de una forma lógica no usan violencia física, pero una violencia de acciones de asegurarse comportamientos y asegurar respuestas por parte de los políticos, que son los que en definitiva tienen la última palabra (MARTINEZ, 2010).

Como conciliar o deseável, a realidade sufocante da homofobia que pede ações imediatas e uma miríade de valores democráticos que são exigidos de qualquer instituição contemporânea que viva sob um regime democrático? Como conviver com pessoas cujas trajetórias e objetivos são diferentes e, mesmo assim, conseguir levar adiante um movimento com objetivos que sejam ao mesmo tempo reconhecíveis às pessoas externas ao movimento e que consigam unir, minimamente, os membros? Observemos o apontado pela Red:

Es importante decir que movimiento social no es algo, no es necesariamente lo que deseo, pero me doy en cuenta que tiene una pretensión supra democrática, comunitaria, asamblearia, horizontal y no jerárquica y no se empieza así. Yo tengo muy claro que el óptimo es que sea así. Yo creo que hay veces que es el óptimo y hay otras que no, depende de lo que quieras derrotar. Pero a veces sí lo que tiene que hacer es algo muy rápido y muy complejo no es claro que la horizontalidad sea una

riqueza. Eso es un gran tabú en el movimiento social, una cosa que no se puede decir. Todo tiene que ser asambleario, todo mundo tiene que decidir. Bueno, pues que no sé si todo mundo tiene que decidir, no lo tengo tan claro, porque a veces tiene que decidir la gente que está en el tema, o sea, plantear una asamblea pública, en la ágora que todo mundo opineé no lo tengo tan claro. En esto sentido no creo que el movimiento social sea representativo de la sociedad. Tiene una pretensión de hablar por, de ser portavoz de una demanda social y hay que asumir que no, que el movimiento social, la gente que está en el movimiento social es de una clase social determinada, con un capital social o cultural determinado, con un tiempo libre determinado y esto no es todo el mundo. O sea, en si mismo ya no es representativo. El movimiento social es un movimiento bastante elitista. [í] Al menos que la gente que estamos en el movimiento social asumamos y reconozcamos que estamos en posiciones de privilegio para combatir a lo que combatas, no? Que ni todo mundo puede estar ahí. Es un error pensarse más inteligente, más activo, más politizado o con más inquietudes que los demás. No es más que nadie. Si no tienes un entorno que te ha posibilitado hacer esas preguntas (MISSÉ, 2010).

Como nos diz o representante da Red, é algo pouco convincente imaginar que um movimento social seja a única autoridade a falar sobre determinado grupo. Seria pretensioso, ineficaz e pouco verdadeiro. Porém, muitas vezes os movimentos, neste caso os movimentos LGBTQs, atribuem-se valores que os posicionam como os únicos porta-vozes possíveis e desejáveis.

Para além disso, há a questão da democracia interna. Como bem aponta o ativista, nem sempre todas as decisões são assembleístas ou até mesmo democráticas. Há momentos em que uma postura binária de um õsimõ e de um õnãoõ torna-se presente e precisa ser efetivada.

São questões delicadas e difíceis aos movimentos LGBTQs assumirem que nem sempre são democráticos e que nem sempre são abertos ao novo. A imensa maioria dos nossos entrevistados apresenta sua disposição em aceitar novos membros, mas isso não ocorre sem que haja algum critério.

No caso da ILGA-Portugal há várias atividades e possibilidades de participação:

Há muitas. Além das pessoas se associarem, dos associados participarem das assembléias gerais, da vida associativa mais *stricto sensu*, há todo o voluntariado nos mais diversos níveis e que passa por diversos campos: pelo aconselhamento psicológico, pelo centro de documentação, pela atuação política, pela distribuição de material de prevenção, buscamos fazer um encontro entre as necessidades da associação e os interesses dos voluntárias e voluntários. Temos tentado flexibilizar estes níveis de participação e potenciar e alargar o número de pessoas que trabalham com a associação. E tem aumentado muito. [í] Depois há os grupos de interesse, que são outras formas de socialização, de inclusão da comunidade e de intervenção também, porque, enfim, um coro também faz intervenção no momento em que atua e que se identifica enquanto lésbica ou gay, escolhe o repertório, etc. Há várias formas de intervenção diferentes e para quem quer trabalhar intervenções procuramos sempre encontrar resposta. E tem havido, de fato, o reflexo dessa vontade. Temos conseguido com a pessoa que coordena o centro que tem o cuidado grande em garantir isso: que as pessoas encontrem o que pretendem aqui dentro. Há muita flexibilidade (CÔRTE-REAL, 2010).

Este processo de abertura da ILGA-Portugal, não é muito diferente dos outros grupos por nós entrevistados. Mas isso sempre vai implicar numa forte identificação com o próprio grupo e no desejo que este neotivista seja alguém comprometido com a causa que é a principal bandeira de dado movimento.

Aliar os neotivistas com os antigos e até mesmo a própria identificação se o grupo é ou não um movimento social é algo que apenas a realidade temporal pode mais ou menos cristalizar nos grupos.

Se o Clube se constituiu como um movimento social? Eu penso que o Clube nunca teve a dinâmica, o tamanho e força suficiente para ser um movimento social por si. Foi de certeza transformador e modificador da vida de muitas pessoas, de alguns milhares de pessoas que passaram por ele ou o contactaram mais ou menos

diretamente. Agora, se faz parte de um movimento social, eu não tenho a menor dúvida. Eu saí da Assembleia da República, no dia 08 de Janeiro de 2010, quando foi discutida e votada pela primeira vez a lei do casamento e a alegria que me enchia o coração e a cabeça era a que semear compensa. E eu sinto que nós ativistas passamos os últimos 20 anos em Portugal efetivamente a semear. O Clube foi uma cooperativa agrícola nessa sementeira que de fato nos trouxe até aqui hoje. Nos trouxe até uma sociedade em que é possível ver na telenovela das 9 um casal de lésbicas ou numa sociedade em que aparecem num jornal referências à homossexualidade sem que seja num sentido pejorativo ou que produziu uma lei do casamento, que não é perfeita, mas que é a que esta em vigor em Portugal. Portanto, penso que fazemos parte efetivamente de um movimento social e que este movimento social mudou profundamente, não só a vida de gays e lésbicas, mas a vida de todos em Portugal, a vida da própria sociedade portuguesa (CARDOSO, 2010).

Aqui, há um espaço no próprio tempo em que não um claro posicionamento se o Clube Safo seria ou não um movimento social. Porém, ao refletir sobre as conquistas alcançadas e toda a trajetória vivida, a ativista se dá conta que positivamente a ação, sua e de suas demais companheiras resultou efetivamente em ganhos concretos.

A construção sobre a ideia de movimento social em Portugal é bastante interessante. As posições defendidas igualmente o são. Tanto que é o que podemos depreender da fala do Panteras Rosa, quando o entrevistado é inquirido se eles formam ou não um movimento social:

Sem dúvida. Bastante coeso e com um grau de intervenção muito importante. Acho que nós mudamos este país. Em 10 anos, em 15 anos mudou muita coisa por influência direta do movimento. Isso não é reconhecido, isso não é reconhecido majoritariamente, mas nós estamos a vencer uma batalha geracional. Até agora, as gerações da minha para trás, a minha inclusive são hostis ao associativismo, têm discursos depreciativos do associativismo. Tem as diferenças políticas entre as associações e as divergências saudáveis e menos saudáveis são tidas como um fator de não participação, com o

discurso que não tentam compreender sequer a política LGBT ou as políticas sexuais, discursos de óh, lutamos todos pela mesma causa portanto deveríamos estar todos unidosö e aí se apagam todas as diferenças inclusivamente porque elas são ricas e saudáveis e fazem crescer o movimento. Portanto, um discurso desconhecedor e que acho que está a ser vencido geracionalmente. Fundamentalmente geracionalmente. As Marchas do Orgulho duplicaram e triplicaram nos últimos anos por influência da questão do casamento mas por resultado daqueles 15 anos. Não é só a questão do casamento. Se não tivesse sido o casamento teria sido outra coisa. Tinha sido a adoção, tinha sido o conflito social em torno da homofobia pura e simplesmente (VITORINO, 2010).

As mudanças ocorridas em Portugal e que são referenciadas pelos ativistas são mudanças fundamentais que ocorreram no âmbito dos comportamentos e muito claramente na legislação portuguesa. Num curtíssimo espaço de tempo passou a ser legalizado no país o aborto bem, como o reconhecimento do direito de mudança de nome pelo grupo trans e, o mais emblemático de todos, o direito de acesso ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Neste processo todo, as entrevistas nos levam a deduzir que o papel das Marchas do Orgulho foram primordiais, quer ser em termos de visibilidade externa como também internamente, uma espécie de resposta do movimento ao próprio movimento.

Assim, em encontros com outros grupos ativistas, o Clube Safo sugeriu a criação da Marcha:

Fomos nós a sugerir às outras associações a realização de uma marcha. Á luz do dia, com manifesto, com reivindicações, onde pudéssemos convidar mais parceiros ou até desafiar a participar como os partidos políticos, associações e que se criasse um ambiente mais politizado e alargado à sociedade. Nessa sequência, inicialmente a ideia não foi bem recebida, houve um conjunto de pessoas que achou que era demasiado cedo, que a sociedade portuguesa estava demasiado crua, com o movimento português sem força para isso, mas enfim, conseguimos fazer vencer a nossa ideia. E é assim

que nasce em 2000 a Marcha do Orgulho em Lisboa. [í] Aquilo que de fato, olhando para trás me orgulho mais foi de termos sido nós a sugerir a Marcha. Porque acho que seja bastante simbólico, sendo que a visibilidade lésbica é sempre mais reduzida que a visibilidade gay, terem sido em Portugal as lésbicas a sugerir a realização de um evento de visibilidade, de reivindicação, um evento social e político tão claro (CARDOSO, 2010).

Evidentemente quando uma ideia resulta em efetivo retorno pode se ver inflado o número de seus ideólogos. Contudo aqui a participação do Clube Safo como mentor da Marcha do Orgulho parece-nos pouco questionável. Mas o mais representativo é que este tipo de ação õpara foraõ que busca mostrar a toda a sociedade a existência de LGBTs, que convivem na sociedade, mas que na imensa maioria das vezes são fortemente discriminados, apresenta bons resultados. Alia-se a esta consideração, o fato profundamente significativo que foi a Marcha ter sido sugerida pelas Lésbicas do movimento. Isto marca indelevelmente a construção mais igualitária das relações da sigla.

Mas nem somente de louros conquistados num passado não muito distante vive o movimento LGBT. Desafios futuros apresentam-se constantemente e há de haver força suficiente para que possam ser enfrentados. Neste caso, nenhum outro grupo possui uma fala mais pessimista que o próprio Clube Safo. O desafio maior apresentado pelo Clube é:

A sobrevivência [risos]. O verdadeiro desafio, a verdadeira medida do sucesso talvez seja primeiro de tudo a sobrevivência, apesar dela não estar minimamente garantida eu ainda pessoalmente não desisti de fato que aconteça alguma coisa, mas já me pacifiquei com a possibilidade do seu desaparecimento. Digo pessoalmente porque de alguma maneira essa associação foi para mim um projeto muito pessoal ainda que muito partilhado com muitas pessoas, mas eu sinto quase como se fosse um filho e custa-me bastante, como a muitas pessoas custará bastante vê-la desaparecer. Portanto, nesse momento, o grande desafio seria surgir um grupo de pessoas, de preferência pessoas novas que não estivessem diretamente relacionadas com a associação anterior que pegassem essa estrutura que está montada. Porque

temos uma estrutura, temos um nome, temos um estatuto, temos corpos sociais, uma história, um património em termos de informação [í] (CARDOSO, 2010).

Para além da própria sobrevivência, percebe-se, na fala do Panteras Rosa, um claro receio sobre as conquistas do movimento LGBT:

Acho que nada daquilo que conquistamos nos últimos 15 anos está adquirido na Europa, nada. Fundamentalmente, em termos legais, a questão da parentalidade, mas o período é o pior possível. Por quê? Pela questão da crise. O pior possível. No entanto, eu insisti durante a discussão do casamento que ela tinha que ser travada o quanto antes e acho que não estou enganado. Estamos numa corrida contra o tempo para ganhar de alguma forma, porque nossa janela de alterações legais está a fechar. O auge foram os últimos 10 anos e esta a fechar por algum tempo. O maior desafio que temos pela frente não é o legal e não é de construção de movimento público é de construção comunitária. É de construção de mecanismos de apoio, de inter-apoio, construção de consciência, de proteção de coming out de jovens, crescimento sustentável, digamos assim, e não tanto de saída do armário e ação pública. Não é tanto existimos, é mais vamos cuidar dos nossos, vamos cuidar de nós, vamos ser comunidade (VITORINO, 2010).

Uma das mais ferozes combatentes contra os direitos adquiridos pelo movimento LGBT é a Igreja Católica. De modo especial, em Espanha e Portugal, a Igreja possui relevante papel social e consegue pressionar os governos e partidos de modo contumaz.

Nossa entrevista com Miguel Missé, representante da Red foi exatamente um dia após a visita do papa Bento XVI à Barcelona e a entrevista com Miguel Martínez da COGAM alguns dias depois. Vamos ao que diz o primeiro sobre os receios da Red:

El Papa estuvo ayer diciendo que el matrimonio homosexual tenía que desaparecer. El líder de la oposición, de la derecha en España, que probablemente gane las próximas elecciones, dice que va derogar al matrimonio homosexual. Hay una respuesta política a eso? No. O sea, sabes, no sé cómo, no quiero pensar que se necesita que

vuelva la represión para que la gente se despierte, pero a vecesí la gente está muy tranquila. Los jóvenes gayes, lesbianas y trans hoy en día no tienen ninguna memoria histórica de que hace 30 años las personas estaban en tratamiento de electrochoqueí no sé (MISSÉ, 2010).

O depoimento, vindo do mais jovem de nossos entrevistados, revela-nos um olhar bastante desencantado com a juventude na generalidade. Por mais que tal desencantamento seja-nos revelado, percebe-se claramente que ele não é levado a sério profundamente, pois ele mesmo é um representante desta mesma juventude e consegue ter um trabalho efetivo em arregimentar forças e pessoas em prol da causa pela qual luta.

Mas ainda sobre a Igreja e o papa, vamos à COGAM:

Hay una ley de libertad religiosa que el gobierno no ha querido llevar a cabo, había un proyecto. Pero, como el Gobierno está en minoría y tiene que aprobar los presupuestos y además haz acuerdos con partidos políticos confesionales, es decir, con la democracia cristiana, el PNUB y Comisión Canaria que son una derecha moderada. Pero como necesita sus apoyos para aprobar los presupuestos, pues entonces tiene que hacer un òintercambio de cromosö es decir òtu a probas los presupuestos y yo quito esta leyö o òretraso la aprobación de la leyö. Con la iglesia está tocando mucho las narices. Con la visita del Papa a habido muchos problemas, el Papa ha dicho lo que ha dado en la gana y el Gobierno tuve que aguantar. Pero las protestas en Galicia en Cataluña, en Barcelona han sido muy fuertes por partes de ONGs. Hay un movimiento que se llama òEuropa Laicaö y COGAM está dentro y lo que pretende es eso, es decir, se hay alguna confesionalidad del Estado que sea real. El importante es denunciar los acuerdos del Estado con la Santa Sé para que estas ventajas, tanto fiscales, administrativas y económicas desaparezcan. Desaparezcan porque el dinero que eso requiere puede repercutir en todos nosotros y en el Estado propiamente, no? (MARTINEZ, 2010).

Por mais que os estados contemporâneos ocidentais, em sua imensa maioria, sejam laicos, tal fato nunca fica totalmente claro. A maioria destes países são predominantemente de tradição católica, o que

faz com que os laços entre os estados e a Igreja sejam dificilmente rompidos. Mesmo porque há sempre alguma proximidade entre partidos de centro-direita e a Igreja (ou também de centro-esquerda) o que dificulta ainda mais a separação.

Não é novidade o papa expressar sua opinião e, mais do que isso, dogmas e outras fortes recomendações aos fieis para que rechassem os direitos LGBTs, já que os mesmos são considerados uma afronta aos tradicionais valores familiares, valores estes dos quais a Igreja Católica considera-se a fiel depositária.

No caso de Espanha, como também percebemos na entrevista da Red, há igualmente um outro perigo que ronda as conquistas LGBTs e que também sempre se apresenta como uma ameaça: a direita.

Desde que a mudança legal que liberou o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada, há clara disposição por parte dos partidos de direita de derrotá-la. Se não a derrotariam no Parlamento o fariam judicialmente. O Partido Popular (PP), oposição à altura das entrevistas, realmente havia entrado com uma ação de inconstitucionalidade que até hoje não foi julgada.

Este temor existe e ele é percebido como forte ameaça. Porém, nem todos os setores do movimento estão crendo que realmente venha a ser efetivado. Vejamos o que nos diz COGAM:

Existe miedo de la derecha, pero existe un miedo relativo en el sentido de que estamos seguros o, por lo menos estoy hablando en primera persona, estoy seguro de que se llega el PP, llega la derecha al poder, es imposible, imposible que haya recortes sociales de las luchas que hemos conseguido. Te digo concretamente el recurso al Tribunal Constitucional sobre la modificación de la ley, en materia de matrimonio lo que le molesta, a la derecha, católica, es el nombre de òmatrimonioö. Pero se quitan el nombre òmatrimonioö no es la misma ley. Iguales derechos, iguales nombres. Diferentes nombres, diferentes derechos. Eso es una conquista conseguida. Hace años, el PP estaba en contra la ley del divorcio, que la promulgo UCD, que es centro. Llegó al poder, no toco a la ley del divorcio, lo mismo con el aborto. Había un aborto limitado, estaban en contra, llego al poder y no la tocó (MARTINEZ, 2010).

Percebe-se aqui que há o receio pela ameaça *per se*, mas não que

se acredite efetivamente que haveria uma efetiva mudança no conteúdo da lei. Ademais, haveria um fato inusitado em toda Espanha, segundo o mesmo entrevistado:

Qué van hacer con todas las personas que son casadas de su propio partido?[í] No creo que se atrevan. Y si se atreven que tengan mucho cuidado! Porque volvemos a las barricadas, adelante! Yo en silla de ruedas o con muletas, pero a las barricadas volvemos. Ya a las pancartas, ya a las acciones de comando, pues bueno, volvemos, no hay ningún problema. Pero no, no creo (MARTINEZ, 2010).

Aqui há um nítido propósito de enfrentamento, caso fosse realmente levada à cabo a proposta de retirada da lei. Se ela vir a ocorrer, haveria igualmente um movimento para enfrentar a direita e todos aqueles que retirassem os direitos aos LGBTs. Porém, como nos diz nosso entrevistado, o que seria feito dos próprios membros do PP que são casados?

As relações hodiernas já não são mais tão claras. Não há uma direita purista de um lado contra um movimento de õdegeneradosõ do outro. Assim como não há mais um grupo de raivosos ditadores de direita lutando contra uma cândida esquerda (ou vice-versa). Há uma miscelânea que proporciona justamente uma relação como esta, ou seja, o sujeito pode ser de direita e ser casado com outro homem e toda uma série de outras situações que ocorrem com grande õnormalidadeõ.

A diversidade de relações é uma característica crescente nas democracias mais duradouras ou estabelecidas há mais tempo.

Quando analisamos Portugal e Espanha, não podemos mais fazê-lo do mesmo modo que há 30 anos. Muitas coisas mudaram e, especialmente na Península Ibérica houve um ritmo de mudança muito forte.

Desde 1986 Portugal e Espanha fazem parte do grupo que passou a ser a União Europeia. Tal fato, decorrente da abertura pela qual estes países passaram logo após o fim das ditaduras que assolaram seus países durante metade do século XX, permitiu acesso a outros países, a outras realidades e, de modo bastante claro, permitiu maior interação entre movimentos sociais que não se conheciam e que dificilmente conseguiam se comunicar.

Com a abertura e com o estabelecimento de laços entre os países da União Europeia, permitiu-se também o intercâmbio de ideias e de experiências. O Movimento LGBT Espanhol firma-se a partir dos anos

1970 e o Português, bem mais tardio, estabelecendo-se apenas nos anos 1990.

Pode parecer, a primeira vista, que o Movimento LGBT Português é demasiado tardio. Realmente, se considerarmos seus congêneres europeus, da Europa ocidental, perceberemos que ele é um dos mais recentes. Contudo, se considerarmos o forte teor conservador pelo qual a sociedade portuguesa é guiado, reconheceremos que é um movimento jovem e que conseguiu uma série de direitos, de topo de linha em um curtíssimo espaço de tempo. Levou-se cerca de 20 anos entre o nascimento efetivo do movimento até a celebração do primeiro casamento.

No caso espanhol, há a diferença do fator associativo ser uma marca bastante acentuada no país. Não apenas a associação, mas como a Espanha é dividida em várias nacionalidades, há também vários tipos de sentimentos de pertença: a lugares, a línguas e, conseqüentemente, a lutas.

Houve, nos dois casos, uma apropriação por parte de cada um dos Movimentos LGBTs, uma apropriação particular das relações que cada país mantinha com os demais parceiros da União Europeia, bem como com a própria União Europeia.

Se olharmos com olhos desatentos para Portugal e Espanha, teremos alguma dificuldade em não sobrepor aquelas sociedades sobre a imagem das sociedades sul-americanas de fala castelhana ou portuguesa. Contudo, sabemos que, para além de ser um grande erro metodológico, isso jamais corresponderia à realidade.

Mas a pergunta que nos resta é: se Portugal ou Espanha fossem estados sem as relações estabelecidas com uma instituição como a União Europeia, se ficassem ósoberanasö na própria Europa, será que o Movimento LGBT destes países teria sido tão efetivo na aquisição de direitos?

Vamos a algumas pistas. A primeira vinda do Clube Safo:

É claro que isso não teria acontecido se Portugal não tivesse aderido à Comunidade Europeia, mas aí vamos às raízes, aos alicerces da coisa. Não fizemos o processo só por nós, fizémos porque a sociedade portuguesa também é muito permeável às influências que vem do estrangeiro e, neste caso, a influência da Comunidade Europeia (CARDOSO, 2010).

Neste caso específico, talvez a permeabilidade portuguesa ao que vem do estrangeiro não seja um fator único. É muito possível que tal

permeabilidade também tenha sido sentida pela Espanha ou a ela estejam sujeitos quaisquer países que adiram à União Europeia. Vamos à COGAM:

Yo creo que sí, de cierta forma sí, que España y todos los países que entramos juntos, no solamente los que entraran juntos pero los que entraran después y los están entrando ahora se van a beneficiar mas en el sentido de que están más retrasados en derechos humanos derechos civiles (MARTINEZ, 2010).

Lutar uma luta quase que pessoal, cuja visibilidade é iminentemente local, com poucos apoios e numa sociedade conservadora não é tarefa nada fácil. Arregimentar forças, demonstrar o quanto uma lésbica ou uma travesti sofrem rejeição da família e da sociedade em que vivem é igualmente uma tarefa árdua. Porém, ter maior acesso aos meios de comunicação, não apenas locais, mas transnacionais, acesso a movimentos congêneres, a exemplos de práticas movimentalistas de grupos que têm objetivos muito semelhantes.

Os benefícios de Espanha e Portugal ao aderirem à União Europeia foram e são bastante claros. Ao menos em termos de direitos humanos. Não nos cabe aqui discutir sobre as relações econômicas do bloco, mas sobre as relações sociais vivenciadas por LGBTs que mudaram consideravelmente ao longo dos anos. Voltemos à COGAM:

Se han beneficiado, pero yo creo que ha un coste que no se si a la larga es beneficioso. Te digo, yo considero a Portugal un país mediterráneo, y yo creo que ahí hemos perdido porque la Unión Europea y la sociedad como está enfocada actualmente es muy sajona y nuestros países, nuestras culturas han perdido fuerza. Nuestra cultura mediterránea es de mezcla, de mestizaje de ensalada, de òmelangeõ como dicen los franceses y eso se ha demostrado que es muy importante, pues si no hay mestizaje no hay avance. Pero la Unión Europea está enfocada en una forma muy sajona, muy clasista. Es decir: Todo encastillado y no mezclado, no interrelacionado. Pero la globalización requiere también mestizaje. No imponer una cultura, una razón, algo al resto y no imponer por la fuerza, pues luego que no. El mestizaje, al menos, también supone que en unos momentos algo sobrepase al otro pero inmediatamente hay una contraposición de fuerzas

para nivelar, para arreglar este desnivel que hay. Yo creo que eso los sajones lo han olvidado, pero totalmente y no quieren reconocer (MARTINEZ, 2010).

Se houve, portanto, uma contribuição incontestada por parte da União Europeia a Portugal e Espanha, a fala de Miguel também deixa claro qual seria a contrapartida oferecida por estes países, ambos considerados mediterrâneos, às relações da própria União Europeia.

Tanto Portugal como Espanha são países que foram forjados a partir das misturas, a partir do contato com o outro, com o diferente. Há, naquele espaço, uma espécie de experiência vivida de séculos de história. Tal contribuição poderia ser a dádiva ibérica aos europeus. Contudo, percebe-se na entrevista que isso não é bem visto pela Europa Saxã, referenciada pelo entrevistado.

Passa a se estabelecer entre, as partes, uma relação desigual, onde o que é percebido como bom e desejável por um, pode ser a ele oferecido. Mas aquilo que é oferecido como bom e desejável é percebido como algo de menor valor, impuro e indesejável. Neste quadro de forças e relações há sempre perdas, mas não necessariamente irreparáveis.

Entretanto, o discurso apresentado pelo membro da COGAM espelha um tipo de reação à relação estabelecida, haja vista a crença subjacente ser a de que a contribuição cultural dos povos do sul da Europa ser de inestimável valor. Diante do rechaço, eis a resposta:

Yo estoy, cada vez más, por un reconocimiento y por una lucha de una cultura mediterránea, que creo, aparte de ser la origen de la cultura mundial, es la autentica cultura. Lo siento mucho, pero nuestro mediterráneo, que se me quiten el Mar del Norte y todo lo que sea. Y a la larga, las culturas, las civilizaciones han demostrado que el mestizaje, la mezcla es lo mejor. La pureza lo único que lleva es al desastre, al empobrecimiento y a la desaparición. Pero total (MARTINEZ, 2010).

Estas palavras, por mais que pesadas, devem sempre ser percebidas no verdadeiro contexto em que são produzidas. No caso, a Europa. A imensa maioria, senão a totalidade das parcerias relatadas pelos nossos entrevistados ocorrem com países e instituições da própria União Europeia ou da Europa. São endógenas. Claro está que, por mais que haja uma defesa por parte dos membros do bloco de que há paridade de opiniões, respeito às diferenças, etc., sabe-se que há muitos

desequilíbrios e que estes não são resolvidos de uma hora para outra. Talvez jamais o sejam.

Isto tudo, porém, não serve como propulsor para a busca de outras parcerias para além da própria União Europeia. Quando muito há parcerias com a ILGA Internacional, que funciona como uma espécie de associação das associações LGBTs. Excetuando-se isso, sempre as parcerias envolvem congêneres dos países do norte da Europa.

Quando inquiridos sobre o conhecimento que há sobre grupos do Cone Sul: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, o desconhecimento torna-se absolutamente claro. Fala-se sobre encontros casuais durante congressos, tomada de decisão em conjunto, mas não há referências a nomes ou membros de coletivos deste quadrante da Terra.

Porém, isto não deve ser entendido como total desconhecimento. Sobre o Brasil, há de se destacar dois fatos que demonstram algum conhecimento sobre o passado das práticas de grupos LGBTs e também há uma crítica profunda a um posicionamento específico de um seguimento LGBT, como veremos nas próximas páginas.

Do Clube Safo sabemos que havia parca produção portuguesa sobre lesbianidades e, portanto, com o advento da internet, as lésbicas portuguesas passaram a conhecer sobre sua realidade a partir da realidade brasileira:

Nós, por muito tempo utilizamos fonte de informação brasileira. Vocês avançaram primeiro e nós não avançamos tão rapidamente. Assim, quando surgiu a internet era muito mais fácil encontrar informação atualizada em sites brasileiros do que em sites portugueses. A produção de conteúdos para a internet no Brasil era muito, muito melhor, mais atualizada e muito maior nomeadamente naquilo que diz respeito às questões lésbicas. Cá, as primeiras fontes de informação eram muito controladas e dominadas por gays (CARDOSO, 2010).

Isto que pode representar um grande avanço brasileiro, ainda nos anos 1990, não apresentou continuidade e não foi bem apropriado pelos movimentos brasileiros. Ao menos é isso que pode ser entendido na continuação da fala da entrevistada:

Isso não eram propriamente associações. Eram sites, eram portais, muitos deles até relativamente perecíveis no tempo. Eu ia buscar notícias num site e passado um ano ou dois já não estavam lá, já tinham desaparecido ou já tinham se fundido com

outro. Havia algum contato pontual com associações via net, via mail, de pessoas que nos encontravam. Por exemplo, descobrimos que havia um Clube Safo no Brasil, uma coincidência no nome e eu lembro que, certa altura, houve certa troca de e-mails ãai que giro, vocês têm o mesmo nome, o que fazem, talõ. De vez em quando eu e outras pessoas íamos procurar informações e o que estava a acontecer e algumas associações já tinham site. Cá erámos as únicas, mas nunca houve um contato próximo, nem pessoal, nem institucional com nenhuma associação desse país ou desses países (CARDOSO, 2010).

Ora, chamou-nos muito nossa atenção estarmos no início da segunda década do século XXI, um século sem fronteiras, em que os contatos ocorrem a um clique ou deslizar de um dedo sobre uma tela. Como os movimentos LGBTs Ibéricos desconhecem seus congêneres do Cone Sul? Por que o fazem?

Ao conhecer a opinião do membro da Red, talvez consigamos elaborar algumas respostas para as perguntas acima apresentadas, especialmente no que tange às relações do Brasil com outros movimentos LGBTs:

Brasil es uno de los países más difíciles. Es espectacularmente difícil el acceso al activismo trans brasileño. Nos cuesta mucho montar interlocutores que sigan nuestro modelo de militancia. O sea, generalmente el conflicto es que la gente nos dice õYa, bueno, pero perderemos derechoõ. Y nosotros les dijimos õBien, en esta lucha hay cosas en riesgo porque si no, no sería una luchaõ. Claro que podemos perder, pero la situación en que nos encontramos ahora es muy denigrante. Entonces, vivir toda la vida esclavo de esoí yo te diría mantengamos la patologización se la patologización nos asegura que te van a operar, pero no lo asegura. O sea, en la mitad de los estados del mundo te patologizán y no tienes ningún tipo de acceso sanitario. Entonces, se mi dijeras que vale, yo acepto el diagnostico porque tendrás acceso al servicio público y cubrirán mi proceso bien, pero esto no es ni siquiera la realidad brasileña. Entonces en Brasil es mucho el discurso de õya, pero perderemos derechosõ, õya, peroõ, õya, peroõ. Bueno, de acuerdo. No se puede

imponer nada. Esto es bastante extraño, porque somos conscientes de que en Brasil hay un movimiento trans muy fuerte, pero todos los países que rodean Brasil siguen la campana y el Brasil no (MISSÉ, 2010).

A Red trabalha especificamente com questões trans e trata-se de um grupo ativista com pretensões de atingir globalmente seus objetivos. Portanto, torna-se lógico compreendermos sua ação estratégica de tentar também atingir o Brasil.

Se na fala da representante do Clube Safo temos conhecimento de um Brasil que produz um riquíssimo material LGBT na década de 1990 e a partir da Red há o reconhecimento de que o Brasil possui um movimento trans bastante consolidado, resta-nos compreender onde está o descompasso tanto temporal quanto movimentalista que, em algum lugar, fez com que o Brasil entrasse em algum desacordo com seus congêneres globais.

Seria o Movimento LGBT Brasileiro incompreendido pelos pares internacionais ou haveria algum tipo de construção interna que dificultaria suas relações e até mesmo a forma pela qual as próprias opiniões e bandeiras de luta são apresentadas e defendidas?

Tentaremos apresentar esta relação mais adiante. **7 A DÁDIVA IBÉRICA E O MOVIMENTO CORDIAL**

A sociologia e demais ciências sociais voltam-se ao termo *ôdádivaô* de modo tão solene que muitas vezes ultrapassa o cerimonial e embarca no carinhoso. Trata-se de uma categoria fundadora de nossa área, à medida em que trata sobre as causas e os efeitos que as trocas produzem em nossa sociedade, ou melhor, que podem causar.

Aqui, cabe entendermos um pouco sobre a dádiva:

O caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações. Elas assumiram quase sempre a forma do regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico (MAUSS, 2003, p. 118).

Este sistema de trocas simbólicas que era dado entre os polinésios ou que continua a sê-lo, de modo aparentemente ingênuo, implica na necessidade de haver algo em troca. Não interessa, num primeiro momento, o instante exato que a dádiva daquele que recebeu o primeiro presente se apresentará, interessa sim que ela deverá chegar.

Mas afinal, qual a relação que pode haver entre movimento LGBT e dádiva? De onde *ôDádiva Ibéricaô*?

Portugal e Espanha, como pudemos até aqui acompanhar, contam com uma tradição fortemente conservadora nas suas histórias. Não apenas conservadora, mas com forte cariz religioso, nomeadamente católico. Jamais ambos os países foram percebidos como *locus* privilegiado para o florescimento de um movimento LGBT tão fulgurante a ponto de encerrar em si a aquisição de uma série de direitos que outros países, estes sim, com forte tradição liberal, de abertura, ainda não conseguiram.

O movimento LGBT, bastante globalizado (ou mundializado como preferem os franceses), não deixa de ser um movimento que resulte em *ôtrocasô*. Os casos de sucesso que nós analisamos são de movimentos que sofrem grande influência de fora de suas fronteiras nacionais e, igualmente, influenciam o resto do mundo.

A existência do movimento LGBT de Portugal e o de Espanha, os quais chamamos de movimento LGBT ibérico, nascem a partir dos exemplos que existiam no exterior. Eles não são, necessariamente,

autóctones. Eles tiveram (e ainda têm) fortes influências do que vem de fora.

Este ato de òvir de foraõ, revela a contribuição que os movimentos estrangeiros, americanos e europeus, que existiam desde os anos 1950 puderam dar e servir de exemplo aos ibéricos nos anos 1980. Esta terá sido a dádiva que o movimento LGBT internacional apresentou à Portugal e Espanha, países que muito sofreram com suas ditaduras e que tentavam acessar, pela porta da frente, o seletto grupo de países desenvolvidos. Desenvolvidos econômica e socialmente, bastava aos ibéricos implementar uma série de direitos em sua codificação legal que os reconhecessem como países sérios e que de modo igualmente sério apoiavam e respeitavam os direitos humanos.

Como no chamado õsistema de prestações totaisõ maussiano troca-se de tudo e esta troca ocorre num processo contínuo e alimentador da relação, entendido como *potlatch*. Tal relação, ao invés de representar apenas tranquilidade e simples trocas vai para além disso: implica num certo revanchismo, à medida em que vai se elevando o nível das trocas estabelecidas. Sempre um quer mostrar ao outro que pode mais (MAUSS, 2003). Ou para entendermos melhor:

A seguir, dois elementos essenciais do potlatch propriamente dito são nitidamente atestados: o da honra, do prestígio, do *mana* que a riqueza confere, e o da obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder esse *mana*, essa autoridade, esse talismã e essa fonte de riqueza que é a própria autoridade (MAUSS, 2003, p. 195).

Se no passado, Portugal e Espanha recebiam sugestões ou até mesmo admiravam os movimentos dos õprimosõ europeus bem sucedidos como Bélgica, Holanda e os países escandinavos, eles conseguiram entender o sistema pelo qual estes países agiam e realizaram algo semelhante em solo ibérico. Criaram um movimento a partir do pouco que tinham, souberam mobilizar partidos políticos e partidários para suas ações, conseguiram mobilizar assinaturas e apoio das mais variadas frentes.

Aqui entra um fator relevante em toda essa relação:

Para compreender completamente a instituição da prestação total do potlatch, resta buscar a explicação dos outros dois momentos que são complementares deste; pois a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras

igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro (MAUSS, 2003, p. 201).

Porém, se há obrigação de dar e receber, sendo que o movimento LGBT internacional já presenteou o movimento ibérico, como este deveria proceder? O que ele deveria dar em troca? Em caso de dar, o presente seria aceito?

Percebendo um pouco além nos escritos de Mauss, e se queremos aliá-la à nossa análise, vê-se que toda a relação implica em ãmisturasõ:

Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca (MAUSS, 2003, p. 212).

O movimento LGBT ibérico está disposto a oferecer ao movimento LGBT internacional, mas especialmente aos mais próximos os demais europeus, justamente a riquíssima experiência em termos de ãmisturasõ que tanto caracterizam Portugal e Espanha. E aqui mora um certo perigo. Muitos percebem que o restante da Europa não olha como positivo este legado cultural mediterrâneo que não deixa de também estar assentado no movimento LGBT ibérico. Isto fica claro na fala de um militante, que reconhece a função que a entrada à União Europeia desempenhou no desenvolvimento de Portugal e Espanha, mas que reclama um maior reconhecimento:

Se han beneficiado, pero yo creo que ha un coste que no se si a la larga es beneficioso. Te digo, yo considero a Portugal un país mediterráneo, y yo creo que ahí hemos perdido porque la Unión Europea y la sociedad como está enfocada actualmente es muy sajona y nuestros países, nuestras culturas han perdido fuerza. Nuestra cultura mediterránea es de mezcla, de mestizaje de ensalada, de ãmelangeõ como dicen los franceses y eso se ha demostrado que es muy importante, pues si no hay mestizaje no hay avance. Pero la Unión Europea está enfocada en una forma muy sajona, muy clasista. Es decir: Todo encastillado y no mezclado, no interrelacionado. Pero la globalización requiere también mestizaje. No imponer una cultura, una razón, algo al resto y no imponer por la fuerza, pues luego que no. El mestizaje, al menos, también supone que en unos

momentos algo sobrepase al otro pero inmediatamente hay una contraposición de fuerzas para nivelar, para arreglar este desnivel que hay. Yo creo que eso los sajones lo han olvidado, pero totalmente y no quieren reconocer. Yo estoy, cada vez más, por un reconocimiento y por una lucha de una cultura mediterránea, que creo, aparte de ser la origen de la cultura mundial, es la autentica cultura. Lo siento mucho, pero nuestro mediterráneo, que se me quiten el Mar del Norte y todo lo que sea. Y a la larga, las culturas, las civilizaciones han demostrado que el mestizaje, la mezcla es lo mejor. La pureza lo único que lleva es al desastre, al empobrecimiento y a la desaparición. Pero total (MARTINEZ, 2010).

Aqui se torna clara a proposta de dar e receber que é a essência do *potlatch* (MAUSS, 2003), mas que, para se efetivar, precisa ser aceita. Caso contrário, aquele que não aceita pode até se vangloriar de ser melhor, de ser o vencedor:

A obrigação de receber não é menos constringente. Não se tem direito de recusar uma dádiva, de recusar o potlatch. Agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir, é temer ter de oficar caladoö enquanto não se retribuiu. De fato, é á oficar caladoö. É õperder o pesoö de seu nome; é confessar-se vencido de antemão, ou, ao contrário, em certos casos, proclamar-se vencedor e invencível (MAUSS, 2003, p. 248).

No fundo, é disso que se ressentem os ibéricos: do seu papel e de sua contribuição como membros de um determinado clube e não contarem com a sua contribuição valorada como deveria.

Porém, ao analisarmos o caso português e o caso espanhol, conhecendo os ganhos que cada um dos movimentos em seus respectivos países produziu, percebe-se que a relação maussiana continua viva e continuará a produzir frutos não apenas entre os ibéricos, não apenas para os europeus, mas a força de tal relação potencialmente extrapolará fronteiras mais amplas e emanará seu *mana* para além: õPodemos ainda levar mais longe a análise e provar que, nas coisas trocadas no potlatch, há uma virtude que força as dádivas a circularem, a serem dadas e retribuídasö (MAUSS, 2003, p. 251).

7.1 E O BRASIL?

O Brasil vem conseguindo alguns direitos LGBTs de modo muito demorado, não apenas se o compararmos a maioria dos países ocidentais, mas especialmente se o fizermos com os vizinhos mais próximos. Há quase 10 anos o Uruguai aprovou sua lei de união civil e a Argentina é um país que reconhece pares homossexuais como casais, com direito à casamento.

Aqui, a dificuldade de criar um movimento verdadeiramente forte e que consiga eleger congressistas comprometidos com causas LGBTs parece pouco eficiente. Nas últimas eleições presidenciais a causa LGBT foi posta em xeque e a candidata de esquerda a fim de vencer as eleições recuou sobre suas propostas e deixou-as de lado. Quando eleita, foi além ao impedir a distribuição de material educativo sobre preconceito contra LGBTs. Dentre os principais fatores que levaram a tal decisão estava atender a base evangélica de seu governo.

O movimento LGBT local tenta acercar-se do Poder Judiciário, tradicionalmente mais afeito à aflição de LGBTs que se sentem desatendidos pelo Poder Público. Assim, em 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo o que tem dado margem à transformação deste documento em documento de casamento por parte de várias varas da família.

Contudo, mais do que causa de comemoração, observa-se alguma preocupação nesta relação. Já que a busca pelo Legislativo pareceu ao movimento infrutífera, ele voltou-se ao Executivo, onde alguns de seus ativistas estão instalados e/ou são ligados ao Partido dos Trabalhadores, ou reforça-se a relação com o Judiciário.

A relação com o Judiciário é perigosa porque implicaria numa judicialização que, de algum modo, minaria o processo democrático:

Na medida em que a juridificação da sociedade se constrói pela transferência para o Judiciário dos conflitos sociais que não encontram canais de solução nos sistemas tradicionais de representação (Executivo e Legislativo), ela modifica a relação entre os poderes, gera a crescente politização do Judiciário e afeta sua capacidade de funcionamento como poder responsável pela aplicação das leis, aumentando seu campo de arbítrio, criando um potencial de tensão e rompimento com o sistema representativo. Se no capitalismo o Judiciário teve como função central integrar a sociedade, transformando em universais

certos valores e despolitizando o conflito em torno deles, a judicialização da sociedade politiza o Judiciário e retira seu caráter apolítico e sua força integradora. (SORJ, 2000, p. 112)

Mais do que eliminar este processo tradicionalmente voltado a dirimir conflitos do Judiciário, a relação aí estabelecida corre sempre o risco de ãoã pegarõ, pois as decisões deste poder são comumente percebidas como tomadas por partes de um pequeno grupo, que necessariamente não representa a vontade da maioria:

O perigo maior é que, sendo uma sociedade *juridificada* mas pouco *judicializada* (quer dizer, abundam as leis mas sua aplicação efetiva escasseia), o papel do Judiciário como vanguarda da sociedade democrática tem pernas curtas. Isso porque pode gerar tanto uma reação dos grupos dominantes como a frustração dos grupos dominados ante a limitada eficácia que o Judiciário pode ter na sociedade. O conflito permanente com o legislativo e o Executivo pode ter um efeito paralisante e desgastante do sistema. (SORJ, 2000, p. 118).

Mas afinal, não seria de hoje a compreensão de que há imensa dificuldade de organização dentro do Brasil. Em sua clássica obra, *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda dizia de tal dificuldade e reforçava a ideia de que se haveria uma contribuição que o Brasil haveria de dar ao mundo esta seria a do õhomem cordialõ (HOLANDA, 1995).

As articulações internacionais do movimento LGBT brasileiro talvez não sejam tão amplas como se imagina. Quando existentes, torna-se claro que a postura que tomam diante de seu estado nacional é profundamente diferente da maioria de seus pares. Se há uma forte capacidade de confronto do movimento LGBT dos vizinhos da América do Sul ou por parte dos Europeus, o mesmo não se pode dizer do movimento LGBT brasileiro.

As conquistas surgem. Isto não significa que não surjam sem sangue, aliás, sangue é o que mais há com nossa alarmente taxa de homicídios de homossexuais que apenas cresce ano após ano. Mas do surgimento das conquistas até apontar que as mesmas foram conseguidas pelo movimento há de se perceber alguma distância. Na votação do Supremo, mais que tudo, o movimento dependeu da consciência individual de cada um dos onze juizes. Se estes quisessem ser contrários à união civil teriam sido e o assunto teria sido enterrado,

pois o acesso ao Legislativo é parco e o apoio do Executivo faz-se via apoio a alguns projetos e na base do temor da mudança do governante, na clássica fórmula *örum com ele, pior sem eleö*.

Por isso, pode-se dizer que o movimento LGBT brasileiro é uma espécie de *ömovimento cordialö*, porque contém em seu bojo vários elementos da cordialidade preconizados por Sérgio Buarque de Holanda: é emotivo, pouco ritualístico, redutor do individual (HOLANDA, 1995).

Quando perguntávamos aos nossos entrevistados sobre suas relações com os movimentos LGBTs internacionais eles apontavam uma série de países. Quando perguntávamos sobre o Brasil, nenhum apontou para algum grupo brasileiro. Quando um entrevistado falou sobre o movimento brasileiro foi apenas para criticar uma postura tida como diferente do restante do globo.

Basta analisarmos os nomes que orientam o movimento LGBT nos últimos 20 anos, são os mesmos. A grande causa dos anos 1990, a União Civil, que era novidade e poderia ter colocado o Brasil como referência mundial em assuntos LGBTs naquela época (MELLO, 2005) continua engavetado no Congresso Nacional. O colorido político deles, permanece o mesmo. Houve, por um certo tempo, a criação de movimentos LGBTs em série, de onde eles saíam sempre muito parecidos, sem grandes mudanças. Hoje o movimento de movimentar estancou. Até o número de Paradas do Orgulho reduziu em mais da metade em 10 anos.

O movimento cordial não carrega em si uma *öculpaö*. Nem deve. Em última instância é a tradução das palavras de Sergio Buarque:

Em particular a nossa versão ao ritualismo é explicável, até certo ponto, nesta *öterra remissa e algo melancólicaö*, de que falavam os primeiros observadores europeus, por isto que, no fundo, o ritualismo não nos é necessário. Normalmente nossa reação ao meio em que vivemos não é uma reação de defesa. A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo repertório de ideias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades (HOLANDA, 1995, p. 151).

Como a organização via Legislativo demandaria uma postura mais aguerrida do que aquela até hoje adotada, a velha postura da

cordialidade que é esta aproximação e busca por intimidade, ou seja, do jeito, turva as relações políticas e uma década de oportunidades de avanços legais foi protelada.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

õí] não deve se dirigir, portanto, para um estabelecimento definitivo da matéria de que trata nossa ciência, mas apenas para um esboço da forma e do conteúdo de lidar com essa matéria.õ

(SIMMEL, 2006, p. 56)

Este trabalho é mais uma tentativa de ensaio interpretativo do que a tentativa de constituição de um marco profundo na área temática. Há algum tempo tem crescido o número de produções acadêmicas sobre LGBTs e sobre seus movimentos, costumes, práticas e sexualidade. O intento aqui é o de fomentar ainda mais o debate e o interesse que o tema provoca. Em última análise, busco que o leitor questione e vá à frente produzindo algo novo, diferente, mas que acrescente ao campo das ciências sociais na generalidade e à sociologia em específico.

O estudo sobre o movimento LGBT de Espanha e de Portugal, permite perceber que ambos, os quais passamos a nomeá-los õmovimento ibérico LGBTõ, produziram singularidades profundamente marcantes frente aos seus congêneres europeus e para além das fronteiras da União Europeia.

Espanha e Portugal são hoje referência no quesito conquista de direitos, tais como adoção por parte de casais homossexuais, lutas contra a discriminação e, de modo especial, no que se refere ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Quanto a este último item, Espanha merece destaque ainda maior pois conseguiu incluir LGBTs em sua legislação que versava sobre o casamento à medida em que este passou a ser entendido como a união entre duas pessoas, não mais entre um homem e uma mulher.

Os ibéricos conquistaram seus direitos com o apoio de governos socialistas, mas tiveram, ambos, os mais renhidos debates durante governos conservadores e souberam disso tirar proveito, já que isto os fortaleceu e propiciou o estabelecimento de alianças sólidas e duradouras que levaram à constituição de governos que estavam verdadeiramente comprometidos com a causa LGBT de cada país.

O movimento LGBT de Espanha não é o mesmo que em Portugal, porém, Espanha é o referencial primeiro ao qual o movimento português volta-se em busca de exemplo. As diferenças entre ambos estão especialmente atreladas à longevidade do movimento espanhol, bem como ao fato de ter suas conquistas mais rapidamente acessadas. De modo geral, quanto à organização dos movimentos cada um deles

segue exemplos de sucesso de organizações internacionais.

Mas nem de enquadramentos institucionais vive cada um dos movimentos. Tanto em Espanha como em Portugal existem vozes dissonantes e que impulsionam movimentos sociais altamente questionadores e com objetivos profundamente claros. O que há de homogêneo é a busca pelo reconhecimento dos direitos LGBTs. A forma de acessá-los diferencia de movimento para movimento, mesmo internamente. Contudo, o fantástico é que há alterações internas, mas que quando é necessário há arranjos internacionais que resultam em conquistas locais.

O Brasil, apesar das conquistas que a causa LGBT conseguiu no último 2011, nunca conseguiu absolutamente nenhum direito via o devido procedimento, qual seja, a aprovação via legislativo federal de leis garantidoras de direitos. A última grande conquista do movimento LGBT brasileiro em termos de direitos, a partir do Poder Legislativo, ocorreu no ano de 1824 quando a primeira Constituição Brasileira descriminalizou práticas homossexuais. Desde então, não se tem notícias de leis que possam diretamente beneficiar tais cidadãos.

Mudanças na rota dos movimentos brasileiros poderiam resultar em algo mais propositivo e isto passa pelo legislativo. Conseguiu-se eleger um deputado representante da causa LGBT. Porém, ainda é muito pouco num universo de 513 deputados federais.

O comprometimento dos partidos de esquerda, ou do partido governante de ocasião, deveria mesmo ser posto à prova para que ficasse claro, não apenas à população LGBT, mas a todos os brasileiros, quais as verdadeiras propostas e qual o grau de comprometimento que verdadeiramente há para a mudança de uma triste realidade que propicia centenas de assassinatos anualmente baseados exclusivamente no ódio aos homossexuais. Diante desta informação, o movimento LGBT brasileiro poderia reorientar sua conduta e buscar outras formas de ação e enfrentamento do que o mero aceite do governo do momento imaginado que este é o melhor dos mundos.

Portugal e Espanha servem-nos como farol à medida em que ambos configuram-se como nossos õparentesõ mais próximos na Europa e que por lá contam com inegável relevância no que tange à conquista de direitos LGBTs. Ao analisarmos a trajetória daqueles movimentos, percebemos que as conquistas jamais vieram a partir do silêncio dos movimentos LGBTs e sim, a partir da cobrança de postura e luta verdadeiramente eficiente no cenário nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

CARDOSO, Fabíola. Entrevista concedida a Fernando José Taques. Santarém, 2010.

CÔRTE-REAL, Paulo. Entrevista concedida a Fernando José Taques. Lisboa, 2010.

MARTINEZ, Miguel. Entrevista concedida a Fernando José Taques. Madri, 2010.

MISSÉ, Miguel. Entrevista concedida a Fernando José Taques. Barcelona, 2010.

VITORINO, Sérgio. Entrevista concedida a Fernando José Taques. Lisboa, 2010.

Fontes Secundárias

ALENCASTRO, Luis Felipe de. O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVAREZ, Sonia. Los Femenismos Latino-Americanos se Globalizan em los Noventa: Retos para um Nuevo Milenio, 1997. (paper).

ANGERS, Maurice. A Sociologia e o Conhecimento de Si: Uma Outra Maneira de nos Conhecermos Graças à Sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

APPIAH, K. Anthony. Identidade, Autenticidade, Sobrevivência: Sociedades Multiculturais e Reprodução Social. In: TAYLOR, Charles. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 165-179.

ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. Toda a História. São Paulo: Ática, 1996.

BASTOS, Cristiana. A Política da Produção do Conhecimento e os

Movimentos de Resposta à SIDA. In: Etnográfica. v. 2, n. 1, p. 15-53, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECKER, Howard. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. Falando em Sociedade: Ensaios Sobre as Diferentes Maneiras de Representar o Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BENEDETTI, Marcos Renato. Toda Feita: O Corpo e o Gênero das Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BIRMAN, Joel. A Sexualidade Entre o Mal e as Maledicências. In: LOYOLA, Maria Andréa (org). AIDS e Sexualidade: O Ponto de Vista das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 109-115.

BORRILLO, Daniel. Le role du juge européen dans la reconnaissance des droits des gays et des lesbiennes. Bulletin d'Histoire Politique. v.18, n. 2, p. 101-113, Inverno 2010.

BOURCIER, Marie-Hélène; PRECIADO, Beatriz. Queer Zones: Politiques des identités sexuelles des representations et des saviors. Paris: Éditions Balland, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOZON, Michel. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTLER, Judith. O pretesco é sempre tido como heterossexual?. In: Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp, 2003a.

_____. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASCAIS, António Fernando. Diferentes como só nós: o associativismo GLBT português em três andamentos. Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 76, p. 109-126, Dezembro 2006.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2003.

COLOGNESE, Sílvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica. A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORRÊA, Maíra Baumgarten (orgs). Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

CREMASCHI, Marco. Città senza cittadini. In: ALECCI, Emanuele; BOTTACIO, Mariano (org). Fuori dall'angolo: Idee per il futuro del volontariato e del terzo settore. Napoli-Roma: Ancora del Mediterraneo, 2008. p. 47-53

DUGAN, Lisa. Queering the state. In: Sex wars. Sexual Dissent and Political Culture. Nova Iorque: Routledge, 1995.

ECO, Umberto. Como se faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ERIBON, Didier. Papiers d'identité: Interventions sur la question gay. Paris: Fayard, 2000.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FONE, Byrne. Homofobia: Uma historia. México: Oceano, 2008.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. São Paulo: Graal, 2003.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça da Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (org). Democracia Hoje. Brasília: UNB, 2001. p. 245-282.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade? São Paulo: Brasiliense, 1983.

GAGNON, John. Uma Interpretação do Desejo: Ensaio Sobre o Estudo da Sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GAMSON, Joshua. Must Identity Movements Self-Destructed? A Queer Dilemma. In: Social problems. v. 42, n. 3, p.390-407, 1995.

GEERTZ, Clifford. O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GIAMI, Alain. Cent Ans d'Hétérosexualité. Paris, [s.n.], 1999.

GIDDENS, Anthony. A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Os Problemas de Portugal, Os Problemas da Europa. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____ (org). Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GOUVEIA, Taciana. Movimentos Sociais e ONGs: dos lugares e dos sujeitos. Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, v.1, n.5, p. 77-86, 2004.

GROSS, Martine. Histoire des revendications homoparentales en France. Bulletin d'Histoire Politique. v. 18, n. 2, p. 113-124, Inverno 2010.

GUASCH, Oscar. Histoire politique de l'hétérosexualisation des homosexuels en Espagne. Bulletin d'Histoire Politique. v. 18, n. 2, p. 43-52, Inverno 2010.

GUERRA, Isabel C. Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2006.

HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (org). Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ABIA/IMS/UERJ, 1996.

HEKMA, Gert. Politique et homosexualité aux Pays-Bas. Bulletin d'Histoire Politique. v.18, n. 2, p. 77-86, Inverno 2010.

HERBRAND, Cathy; PATERNOTTE, David. Vers la fin de l'opposition homosexualité/hétérosexualité en droit familial belge? Bulletin d'Histoire Politique. v.18, n. 2, p. 139-152, Inverno 2010.

HÉRITIER, Françoise. El Yo, El Outro y la Tolerancia. In: BARRET-DUCROQ, Françoise (org). La Tolerancia. Buenos Aires: Granica, 2002. p. 22-25.

HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOUTZAGER, Peter; LAVALLE, Adrian; ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas de São Paulo. IN: AVRITZER, Leonardo (org) A Participação em São Paulo. São Paulo: UNESP, 2004. p. 257-322.

IRVINE, Janice. A Place in the Rainbow: Theorizing Gay and Lesbian Culture. IN: NARDI, Peter; SCHNEIDER, Beth (orgs). Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies: A Reader. Londres: Routledge, 1998. p. 573-588.

LACLAU, Ernesto. La Guerre des Identités: Grammaire de l'émancipation. Paris: Éditions La Découverte/MAUSS, 2000.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (org). ONGs e Universidade: Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities An Introduction. Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies. v. 3, n. 2, 1991.

LEVY, Teresa. Crueldade e crueza do binarismo. In: CASCAIS, António Fernando (org). Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer. Lisboa: Fenda, 2004.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SOUZA, Janice Tirelli Ponte. Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Serviço Social & Sociedade. n. 84, p.91-117, nov. 2005.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn ; SELL, Carlos Eduardo; BORBA

Julian (org). Movimentos Sociais, Participação e Reconhecimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

MACHADO, Jorge. Ativismo em Rede e Conexões identitárias: Novas Perspectivas para os Movimentos Sociais. Sociologias. n. 18, p. 248-285, jul/dez. 2007.

MAFFESOLI, Michel. Sobre o Nomadismo: Vagabundagens Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. O Ritmo da Vida: Variações Sobre o Imaginário Pós-Moderno. São Paulo: Record, 2007.

_____. O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MATTOSO, José. A Identidade Nacional. Lisboa: Fundação Mario Soares- Gradiva, 2008.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO, Luiz. Novas Famílias: Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELUCCI, Alberto. A Invenção do Presente: Movimento Sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MENDÉS-LEITE, Rommel. Bisexualité: Le Dernier Tabu. Paris: Cal Mann, 1996.

MOREIRA, Adriano. CPLP: Uma janela de liberdade. In: VÁRIOS. Portugal Hoje: Bloqueios & Desafios. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2010. p. 65-74.

MOTT, Luiz. Crônicas de um gay assumido. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOUFFE, Chantal. O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. Por uma política de identidade nômade. Debate Feminista. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

NARLOCH, Leandro; TEIXEIRA, Duda. Guia politicamente incorreto da América Latina. São Paulo: Leya, 2011.

PELUCIO, Larissa . O Gênero na Carne: sexualidade, corporalidade e Pessoa - uma etnografia entre travestis Paulistas. In: GROSSI, Miriam P.; SCHWADE, Elisete. (org). Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Florianópolis: Nova Letra, 2006, p. 189-216.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. Sexualidades e Saberes: Convenções e Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

RICH, Adrienne. La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catarina. Sexualidad, género y roles sexuales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

RICOEUR, Paul. Caminos del reconocimiento: Tres estudios. México: FCE, 2006.

ROCA I ESCODA, Marta. Le parcours de la reconnaissance des couples homosexuels en Suisse. Bulletin d'Histoire Politique. v.18, n. 2, p. 125-138, Inverno 2010.

SANTOS, Ana Cristina. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal: O jurídico ao serviço de um novo movimento social. In: CASCAIS, António Fernando (org). Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer. Lisboa: Fenda, 2004.

_____. A Lei do Desejo: Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

_____. Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos *queer* e movimento LGBT em Portugal. Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 76, p. 91-108, Dezembro 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Los nuevos movimientos sociales. OSAL, p. 177-184, Setembro 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - Caminhos para uma política emancipatória? Caderno CRH, v. 2, n. 54, Salvador, Sept./Dec. 2008.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, v. 9, p. 49-87, Porto Alegre, 1998.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Sair do armário e entrar na gaveta. In: GOLIN, Célio; WEILER, Gustavo (org). Homossexualidade, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SORJ, Bernardo. A Nova Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SPENCER, Colin. Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SULLIVAN, Andrew. A Alma Conservadora. Lisboa: Quetzal, 2010.

TAQUES, Fernando José. Movimento GLBT em Florianópolis: O Caso das ONGs. 2005. Monografia de Graduação - Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

_____. Movimento GLBT em Santa Catarina: A Questão do Empoderamento. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TAQUES DE ALMEIDA, Pedro. Nobiliarquia Paulistana. São Paulo: Itatiaia, 1980.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TERTO-JR, Veriano. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de AIDS. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (org). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/IMS/UERJ, 1996. p. 90-104.

THERBORN, Göran. Sexo e Poder: A Família no Mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TIN, Louis-Georges. Sexophobie, homophobie, religion et mondialisation. Bulletin d'Histoire Politique. v.18, n. 2, p. 67-76, Inverno 2010.

TOMÀS, Jordi M. Monferrer. Identidad y Cambio Social: Transformaciones promovidas por el movimiento gay/lesbiano en España. Barcelona-Madrid: Egales Editorial, 2010.

TOURAINÉ, Alain. Um Novo Paradigma: Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. O Mundo das Mulheres. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia. São Paulo: Record, 2000.

VALDEÓN, Julio; PÉREZ, Joseph; JULIÁ, Santos. Historia de España. Madrid: Austral, 2010.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. A teoria *queer* e a contestação da categoria ôgéneroö. In: CASCAIS, António Fernando (org). Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer. Lisboa: Fenda, 2004.

_____. A Chave do Armário: Homossexualidade, casamento, família. Lisboa: ICS, 2009.

VENTURA, António. As Guerras Liberais: 1820-1834. Lisboa:

Academia Portuguesa de História, 2008.

VERGEL, Joan Martínez. Gái, El Quinto Poder?: Protagonismo e Influencia de los homosexuales en la sociedad española. Barcelona: Ediciones Robinbook, 2005.

VIDARTE, Paco. Ética Marica: Proclamas libertarias para una militancia LGTBQ. Barcelona-Madrid: Egales Editorial, 2007.

VINCENT, Mary; STRANGLING, R. A. Espanha e Portugal: Histórias e Cultura da Península Ibérica ó Volume II. Madrid: Ediciones del Prado, 1997.